**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

JOSÉ MANOEL SIQUEIRA DA SILVA

**VARIAÇÃO NO PREENCHIMENTO DA POSIÇÃO DETERMINANTE ANTES DE
POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS: PADRÕES DIALETAIS E CONTATOS**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE
2020**

JOSÉ MANOEL SIQUEIRA DA SILVA

**VARIAÇÃO NO PREENCHIMENTO DA POSIÇÃO DETERMINANTE ANTES DE
POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS: PADRÕES DIALETAIS E CONTATOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos. Linha de Pesquisa: Descrição, análise e usos linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Meister Ko. Freitag

JOSÉ MANOEL SIQUEIRA DA SILVA

**VARIAÇÃO NO PREENCHIMENTO DA POSIÇÃO DETERMINANTE ANTES DE
POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS: PADRÕES DIALETAIS E CONTATOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos. Linha de Pesquisa: Descrição, análise e usos linguísticos.

Dissertação aprovada em 11/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Raquel Meister Ko. Freitag
Universidade Federal de Sergipe
Presidente (Orientadora)

Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo
Universidade Estadual de Feira de Santana
1ª Examinadora (Externa)

Profa. Dra. Leilane Ramos da Silva
Universidade Federal de Sergipe
2ª Examinadora (Externa ao programa)

Profa. Dra. Lívia Oushiro
Universidade de Campinas
3ª Examinadora (Externa)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ana Lúcia e Gilvan, que sempre me apoiaram, incentivaram-me a estudar e nunca mediram esforços para que eu tivesse acesso à educação. Vocês sempre estiveram ao meu lado, foram os principais formadores do meu caráter e também foram os financiadores do meu mestrado. Sou e serei eternamente grato por tudo. Amo vocês!

À minha querida orientadora e professora, Raquel Meister Ko. Freitag, por toda orientação, ajuda, paciência, acolhida e puxões de orelha. Em julho de 2019, quando realizamos a troca de orientação, a senhora disse para eu não vacilar. Vacilei muito, mas espero ter valido a pena. Muito obrigado! Espero que possamos continuar trabalhando juntos.

À minha irmã, Joseane, que mesmo me fazendo raiva, sempre me apoia (indiretamente).

A todos os meus familiares, que sempre torceram por mim e me apoiaram nessa jornada, em nome de minha prima Greiciele Rodrigues, sou grato a todos vocês.

À Viviane, amiga que a vida acadêmica me deu, que me aguenta por mais de 4 anos, sempre me ajuda quando preciso e ouve todas as minhas reclamações com a maior paciência do mundo (às vezes). Você sempre esteve comigo nessa jornada e espero que continue para sempre (boa sorte!).

À Fernanda, que conheço desde a graduação e que pôde estar comigo no mestrado. Espero que nossos caminhos continuem se cruzando.

Às amigas que fiz no mestrado, Bruno, Paloma, Lucas, Marta e Vanessa por terem participado e sofrido nessa jornada comigo. Por todos os momentos que passamos juntos no laboratório e fora do laboratório e por todos os conhecimentos (e fofocas) que adquiri com vocês.

À equipe GELINS, em especial Victor, Vitória e Mauro, por terem contribuído bastante com o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado (mesmo a quilômetros de distância): Luiz Felipe, Beatriz, Cleissiane, Cleison, Júlia, Rui e Alice.

Aos amigos que ganhei ao longo do mestrado, que compartilharam diversos momentos comigo e que me deram demasiado apoio nessa jornada: Francisco, Thauany, Jhonata, Aldo, William, Marcos e Any Karla.

Às professoras Leilane e Silvana, por terem contribuído significativamente com o desenvolvimento deste trabalho. Por todos os apontamentos, comentários, críticas e observações.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu estivesse aqui, nesse momento, realizando meu sonho. Muito obrigado!

RESUMO

O português brasileiro varia quanto ao preenchimento da posição determinante antes de possessivo pré-nominal, como “ontem vi *seu* irmão” e “ontem vi *o seu* irmão”. Pesquisas com dados orais evidenciam que esse fenômeno é um marcador dialetal: falantes das regiões Nordeste do Brasil não preenchem mais do que aqueles do Sul e Sudeste (SILVA, 1982; 1998a; 1998b; CALLOU; SILVA, 1997; CAMPOS JR., 2011; GUEDES, 2019; PEREIRA, 2017; SEDRINS *et al.*; 2019; SIQUEIRA, 2020b), como também falantes de um dialeto, inseridos em uma nova comunidade, adotam o comportamento linguístico do novo grupo social quanto a essa variação (GUEDES, 2019). Resultante de políticas de expansão na educação superior na última década no Brasil, a Universidade Federal de Sergipe (UFS), *Campus* Prof. José Aloísio de Campos, São Cristóvão, SE, recebe estudantes que vêm de variados lugares, interagem entre si e têm contato com dialetos diferentes do seu, podendo adotar novas formas linguísticas em seu repertório ou difundir formas de sua comunidade de origem. Neste trabalho, descrevemos os usos do não preenchimento da posição determinante antes de possessivo pré-nominal na fala de estudantes da UFS, levando em conta sua região dialetal de origem, aqui analisadas Alagoas, Bahia e Sergipe, e sua integração à comunidade da UFS, questionando se o não preenchimento da posição determinante antes de possessivo pré-nominal é sensível ao fator dialetal e à integração na comunidade. Nossa hipótese é a de que o fenômeno apresenta distinção dialetal e de que os falantes adaptam o seu comportamento linguístico, uma vez que o número do não preenchimento será menor ao final do curso, como efeito da integração ao ambiente acadêmico e do contato entre diferentes variedades. Utilizamos como método o descritivo/inferencial e o aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), conciliando com aspectos espaciais e de contato (BRITAIN, 2006; 2008; 2019; CHAMBERS; TRUDGILL, 2004). Como *corpus*, utilizamos a amostra Deslocamentos (2019/2020), que conta com 60 entrevistas sociolinguísticas com a fala de universitários da UFS, estratificada considerando seu acesso ao *campus* em termos de mobilidade, tempo no curso e sexo/gênero. Os resultados apontam o predomínio do não preenchimento da posição determinante antes de possessivo pré-nominal, com 56% (1309/2326). O condicionamento extralinguístico demonstra que a variação é sensível ao fator dialetal e à integração por tempo. O condicionamento linguístico apresenta semelhanças com outras pesquisas sobre a temática, principalmente quanto ao tipo de sintagma, função sintática e *status* informacional (e.g. SILVA, 1982; 1998a; 1998b; CAMPOS JR.; GUEDES, 2019; SEDRINS *et al.*, 2019; SIQUEIRA, 2020a). Concluímos que a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais é associada a condicionamentos extralinguísticos e linguísticos. Os resultados deste estudo contribuem para a descrição do português brasileiro falado no estado de Sergipe e para a ampliação de discussões acerca do efeito do contato sobre a língua.

Palavras-chave: Determinantes. Possessivos. Deslocamentos. Contatos. Marcador dialetal.

ABSTRACT

The filling of the determiner position before pre-nominal possessives varies in Brazilian Portuguese, such as "eu vi *o seu* irmão ontem" and "eu vi *seu* irmão ontem". Researches with oral data show that this phenomenon is a dialectal marker: speakers from the Northeast region of Brazil non-fill more than those from the South and Southeast region (SILVA, 1982; 1998a; 1998b; CALLOU; SILVA, 1997; CAMPOS JR., 2011; GUEDES, 2019; PEREIRA, 2017; SEDRINS *et al.*; 2019; SIQUEIRA, 2020b), besides that, speakers of a dialect, inserted in a new community, adopt the linguistic behavior of the new social group regarding this variation (GUEDES, 2019). As a result of the expansion policies in higher education in the last decade in Brazil, the Federal University of Sergipe (UFS), *Campus* Prof. José Aloísio de Campos, São Cristóvão, SE, receives students from different places that interact with each other and have contact with different dialects, being able to adopt new linguistic forms in their repertoire or spread forms from their original community. In this work, we describe the uses of the not filling of the determiner position before pre-nominal possessives in the speech of UFS students, taking into account their region of origin, analyzed here Alagoas, Bahia and Sergipe, and their integration into the UFS community, questioning whether the non-filling of the determiner position before pre-nominal possessives is sensitive to the dialectal factor and integration to the community. Our hypothesis is that the phenomenon presents a dialectal distinction and that the speakers adapt their linguistic behavior, since the number of non-filling will be lower at the end of the course, as an effect of integration into the academic environment and the contact between different varieties. We used the descriptive/inferential method and the theoretical-methodological contribution of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 2006; 2008), reconciling with spatial and contact aspects (BRITAIN, 2006; 2008; 2019; CHAMBERS; TRUDGILL, 2004). As *corpus*, we used the sample *Deslocamentos* (Displacements) (2019/2020), which has 60 sociolinguistic interviews with the speech of university students from UFS, stratified considering their access to the *campus* in terms of mobility, time in the course and sex/gender. The results show the predominance of the non-filling of the determiner position before pre-nominal possessives, with 56% (1309/2326). Extralinguistic conditioners demonstrate that the variation is sensitive to the dialect factor and integration over time. The linguistic conditioners have similarities with other researches, mainly regarding the type of phrase, syntactic function and informational status (e.g., SILVA, 1982; 1998a; 1998b; CAMPOS JR.; GUEDES, 2019; SEDRINS *et al.*, 2019; SIQUEIRA, 2020a). We conclude that the variation in the filling of the determiner position in the context of pre-nominal possessives is associated with extralinguistic and linguistic conditioning. The results of this study contribute to the description of Brazilian Portuguese spoken in the state of Sergipe and to the expansion of discussions about the effect of contact over the language.

Keywords: Determiners. Possessives. Displacements. Contact. Dialectal marker.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Não preenchimento de D com base em Callou e Silva (1997).....	44
Gráfico 2: Distribuição dos possessivos pré-nominais na amostra Deslocamentos.....	92
Gráfico 3: Distribuição do não preenchimento por deslocamento	94
Gráfico 4: Distribuição do não preenchimento por tempo no curso	95
Gráfico 5: Cruzamento entre tempo no curso e deslocamento	96
Gráfico 6: Mudança na distribuição por tempo no curso e deslocamento.....	97
Gráfico 7: Correlação entre o não preenchimento e índice de integração.....	99
Gráfico 8: Correlação do não preenchimento com índice de integração por tempo no curso..	99
Gráfico 9: Distribuição do não preenchimento por sexo/gênero	102
Gráfico 10: Distribuição do não preenchimento por pessoa do possessivo	103
Gráfico 11: Distribuição do não preenchimento por gênero do possessivo	104
Gráfico 12: Distribuição do não preenchimento pela flexão do possessivo.....	105
Gráfico 13: Distribuição do não preenchimento por tipo de sintagma.....	106
Gráfico 14: Distribuição do não preenchimento por tipo de preposição.....	107
Gráfico 15: Distribuição do não preenchimento por <i>status</i> informacional	111
Gráfico 16: Distribuição do não preenchimento por definitude	113
Gráfico 17: Distribuição do não preenchimento por valor semântico.....	114
Gráfico 18: Distribuição do valor semântico por tipo de sintagma.....	116
Gráfico 19: Estimativas no Modelo 1	120
Gráfico 20: Estimativas no Modelo 2.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Demonstrativos do Latim Clássico.....	25
Quadro 2: Tipologia de artigos em línguas do mundo	28
Quadro 3: Os artigos definidos em espanhol, português e romeno	29
Quadro 4: Genitivos em português	32
Quadro 5: Organização da amostra das pesquisas.....	46
Quadro 6: Resultados para o não preenchimento da posição D antes de possessivos pré-nominais no PB contemporâneo	48
Quadro 7: Deslocamentos.....	67
Quadro 8: Deslocamentos (2019).....	74
Quadro 9: Deslocamento 4 na nova amostra	75
Quadro 10: Índice de Integração	82
Quadro 11: Preposições	85
Quadro 12: Categorias e conceptualizações	89
Quadro 13: Sumarização dos resultados.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: A evolução diacrônica do PB	42
Tabela 2: Dados do Atlas Linguístico do Brasil.....	71
Tabela 3: Amostra do Deslocamento 2019/2020	75
Tabela 4: Distribuição do não preenchimento por função sintática	109
Tabela 5: Estimativas e significâncias no Modelo 1	119
Tabela 6: Estimativas e significâncias no Modelo 2	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema de busca com os termos artigo + possessivo + variação e determinante + possessivo + variação	43
Figura 2: Distribuição do não preenchimento da posição D no português brasileiro.....	51
Figura 3: Fronteira Alagoas, Bahia e Sergipe.....	69
Figura 4: Distribuição de “a gente” por Alagoas, Bahia e Sergipe	73
Figura 5: Informantes do Deslocamento 1	77
Figura 6: Informantes do Deslocamento 2 e 3.....	77
Figura 7: Informantes do Deslocamento 4	78
Figura 8: Exemplo de uso do ELAN	79

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. DETERMINANTES EM PORTUGUÊS	19
2.1 A CATEGORIA DE DETERMINANTE.....	19
2.1.1 A emergência do sistema D em português	24
2.1.2 O preenchimento de D por artigo definido	27
2.1.3 A categoria dos possessivos	30
2.1.4 O preenchimento de D por possessivos.....	34
2.2 VARIAÇÃO NO PREENCHIMENTO DE D EM CONTEXTOS DE POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS NO PORTUGUÊS.....	39
2.2.1 Percurso histórico	40
2.2.2 Panorama atual.....	42
2.2.2.1 Resultados dos estudos	44
2.2.2.2 Padrões dialetais na variação	50
3. MUDANÇA DIALETAL: DESLOCAMENTOS E CONTATOS.....	53
3.1 ESPACIALIDADE E VARIAÇÃO REGIONAL	53
3.2 DIFUSÃO GEOGRÁFICA DE VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	57
3.3 DESLOCAMENTOS E CONTATOS LINGUÍSTICOS	60
3.3.1 Processos de migração e deslocamentos	61
3.3.2 Contato linguístico	63
3.3.3 Estudos sobre migração/deslocamentos e língua.....	66
3.4 PADRÕES DIALETAIS: ALAGOAS, BAHIA E SERGIPE.....	69
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	74
4.1 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA.....	74
4.2 PROCEDIMENTO DE TRATAMENTO DA AMOSTRA.....	78
4.3 VARIÁVEIS E TESTE DE ASSOCIAÇÃO.....	79
4.3.1 Deslocamento	81
4.3.2 Tempo no curso	81
4.3.3 Índice de integração	82
4.3.4 Sexo/gênero	83
4.3.5 Tipo de possessivo e subdivisões.....	84
4.3.6 Tipo de sintagma e tipo de preposição.....	84
4.3.7 Função Sintática.....	85
4.3.8 Status Informacional	86
4.3.9 Definitude	87

4.3.10	<i>Valor semântico</i>	88
4.3.11	<i>Contextos excluídos</i>	89
4.4	ANÁLISE ESTATÍSTICA.....	91
5.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	92
5.1	DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS DADOS.....	92
5.1.1	<i>Condicionamentos extralinguísticos</i>	93
5.1.2	<i>Condicionamentos linguísticos</i>	103
5.1.3	<i>Condicionamentos da variação</i>	116
5.2	ANÁLISES MULTIVARIADAS.....	118
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
7.	REFERÊNCIAS	127
ANEXOS		135
ANEXO 1		135
ANEXO 2		139
ANEXO 3		141

1. INTRODUÇÃO

As palavras que utilizamos para nomear pessoas, lugares, animais, coisas, ideias, sentimentos, qualidades etc. – os nomes da língua – podem vir antecidas por um conjunto restrito de outras palavras, que compõem o grupo dos determinantes, como, por exemplo, no português, os artigos definidos (a, o, as, os), os artigos indefinidos (um, uma, uns, umas) e os pronomes demonstrativos (esse, este, aquele, etc.). Os elementos deste grupo apresentam características sintáticas e semânticas específicas: do ponto de vista sintático, os determinantes, no português, sempre ocorrem à esquerda dos nomes; e, do ponto de vista semântico, os determinantes limitam a extensão dos nomes a valores específicos do mundo, a valores únicos:

- (1) a. O menino chegou atrasado ao aniversário do Pedro.
b. Ø menino chegou atrasado ao aniversário de Pedro.

Em (1a), o nome “menino” é antecido pelo determinante “o”, e o outro nome, “Pedro”, é antecido pela contração entre a preposição “de” mais o determinante “o”, na posição à esquerda do nome; os determinantes limitam esses nomes a valores específicos: tanto “menino” é um menino específico, quanto “Pedro” também o é.

Já em (1b), não identificamos determinantes localizados à esquerda de “menino” e “Pedro”. A possibilidade de omissão de determinantes nesses contextos mostra que o português apresenta um padrão em que a manifestação da posição de determinação antes de nomes pode ser vazia. Ainda que isso ocorra, em contextos como em (1b) há uma interferência no sentido do nome “menino”: a remoção do determinante permite uma leitura não específica de quem seja esse menino, tornando-o um nome genérico, o que não acontece com o nome “Pedro”, em que não há mudança de significado.

No português existe outro contexto em que o determinante pode ou não estar presente, sem mudança de significado: antes de pronomes possessivos que precedem nomes – aqui chamados de pré-nominais –, como em (2).

- (2) a. As suas coisas estão com a sua mãe?
b. Ø Suas coisas estão com Ø sua mãe?

Em (2a), os possessivos pré-nominais “suas” e “sua” vêm antecidos dos determinantes “as” e “a”, com o preenchimento da posição. Por outro lado, em (2b), as posições de determinante estão vazias, havendo apenas a realização dos possessivos e dos nomes que os acompanham. O comportamento variável no preenchimento de determinantes em contextos de possessivos pré-nominais tem sido objeto de investigações sociolinguísticas (cf. SILVA, 1982; 1998a; 1998b; CAMPOS JR., 2011; SEDRINS *et al.*, 2017; 2019, dentre outros) que apontam para o efeito de condicionamentos linguísticos e extralinguísticos.

Do ponto de vista linguístico, a variação no preenchimento da posição de determinante antes de possessivos envolve a definitude, compreendida como a possibilidade de identificar elementos do discurso como algo único no repertório do falante/ouvinte (LYONS, 1999). Em contextos como (2a), o determinante “as” faz convergir a leitura de “suas coisas” para algo reconhecível no repertório do falante/ouvinte. Uma questão ainda em discussão é se a definitude é uma propriedade do possessivo ou do determinante: para Neves (2008), os sintagmas iniciados por possessivos já são determinados e referencialmente definidos, e o não preenchimento da posição determinante não afetaria na construção do sentido; já para Mateus *et al.* (1983), o possessivo por si só não carrega valor definido, precisando de um outro determinante – como artigo ou demonstrativo – para que esse valor seja atribuído, logo, a posição de determinante precisa ser preenchida por outro elemento.

Do ponto de vista externo à língua, esta variação é dialetal: comunidades geograficamente diferentes apresentam padrões linguísticos diferentes quanto às formas linguísticas, com falantes do Nordeste do Brasil fazendo o não preenchimento mais do que aqueles do Sul e Sudeste (LUCCHESI, 1993; CALLOU; SILVA, 1997; GUEDES, 2019). Callou e Silva (1997), em um estudo contrastivo entre capitais brasileiras do projeto Norma Urbana Culta (NURC), sugerem que os falantes das regiões Sul e Sudeste – Porto Alegre (21%), São Paulo (30%), Rio de Janeiro (30%) – não preenchem menos a posição de determinante antes de possessivo do que aqueles da região Nordeste – Recife (40%) e Salvador (34%).

A variação no preenchimento da posição determinante no contexto de possessivos pré-nominais enquadra-se em uma das regras que definem o comportamento linguístico de uma comunidade, que caracteriza como aquela comunidade, geograficamente localizada, faz uso da língua. Agindo como uma regra da comunidade, essa variação é difundida dentro dela como um todo, e o contato é responsável por sua entrada na comunidade e difusão dentro de outras comunidades.

O contato linguístico é o processo pelo qual falantes de diferentes dialetos e/ou diferentes línguas interagem entre si, podendo trocar formas linguísticas por meio dessa

interação (TRUDGILL, 1986; BRITAIN, 2018). Processos como o de migração – entendida como a mudança permanente ou semipermanente de residência do indivíduo (LEE, 1980) – possibilitam que falantes entrem em contato com formas linguísticas diferentes das suas. Com o contato, falantes que, por exemplo, tenham em sua gramática comportamento para o não preenchimento de determinante podem incorporar um comportamento de preenchimento, e vice-versa.

Em consequência das políticas de expansão e interiorização da educação superior promovidas na última década no Brasil, a Universidade Federal de Sergipe (UFS), aqui destacado o *Campus* Prof. José Aloísio de Campos, localizado em São Cristóvão, SE, recebe estudantes que migram de suas comunidades para estudar. Esses estudantes vêm de variados lugares (do próprio estado; de estados vizinhos; de estados mais distantes), interagem entre si e têm contato com variedades diferentes da sua, porém inteligíveis, podendo, a partir desse contato, adotar novas formas linguísticas em seu repertório, ou difundir formas de sua comunidade de origem.

Estudos que levam em consideração a fala de universitário da UFS têm apontado uma associação entre a migração, o contato linguístico e a fala dos estudantes que compõem a amostra Deslocamentos (2019)¹, sugerindo que o comportamento linguístico desses estudantes muda à medida em que avançam no curso (CORREA, 2019; RIBEIRO, 2019). Corrêa (2019), descrevendo a palatalização /t/ e /d/ como na pronúncia de /tia/ e /dia/, constatou que alunos do final do curso palatalizam mais (28,6% 1829/6400), enquanto os do início menos (24,6% 1575/6400), levando a autora a concluir que, “quanto maior o tempo de inserção na comunidade, maior frequência de uso da variante palatal” (CORREA, 2019, p. 91), que é a forma assumida como de prestígio e valor social. Ao contrário, Ribeiro (2019) identificou que, ao avançar no curso, a preposição “ni”, variante de “em” em locativos, tende a ser reduzida, sugerindo que o contato barra uma forma estigmatizada socialmente.

Como a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais tem caráter dialetal, consideramos que o contato entre falantes de diferentes origens dialetais pode agir sobre a fala do estudante. Neste trabalho, é objetivo geral descrever os usos do não preenchimento da posição determinante em contextos de possessivos pré-nominais na

¹ Como detalhamos à frente, a amostra Deslocamentos (2019) leva em consideração estudantes da UFS e seu acesso à universidade. A amostra conta com falantes de Sergipe que vêm e voltam para a UFS todos os dias; falantes que são do interior e vêm e voltam todos os dias; falantes do interior que se mudaram para perto da UFS; e falantes externos a Sergipe que se mudaram para perto da UFS. Além disso, é estratificada segundo tempo no curso (do 3º período para baixo e do 7º para cima) e sexo/gênero (masculino/feminino). A amostra que utilizamos em nossa pesquisa leva o mesmo nome, e é apresentada na Seção 4.

fala de estudantes da Universidade Federal de Sergipe, levando em conta a sua região dialetal de origem, aqui analisadas Alagoas, Bahia e Sergipe, e a sua integração na comunidade da UFS.

Considerando a comunidade de universitários da Universidade Federal de Sergipe, que tem propiciado o encontro de estudantes advindos de diferentes regiões do Brasil, buscamos responder a seguinte questão: a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais pelos universitários da UFS é sensível ao fator dialetal e à integração do estudante à comunidade da UFS? Nossa hipótese é de que a variação no preenchimento da posição determinante é sensível ao fator dialetal, e que, com base em estudo exploratório apresentado em Siqueira (2020a), falantes externos a Sergipe apresentam tendência ao preenchimento, enquanto os internos a Sergipe apresentam tendência ao não preenchimento, mas que, ao final do curso, o comportamento será similar entre os grupos, como resultado do efeito da integração à comunidade acadêmica e da “aprovação de seus colegas estudantes” (LABOV, 2008, p. 168).

A partir de nossa questão, é objetivo específico apresentar uma descrição em relação à função de determinação no português, como também as categorias de palavras que são alçadas à posição determinante, relacionando com uma revisão sobre o fenômeno do não preenchimento da posição determinante na língua, para descrever o funcionamento desses elementos na gramática da língua (CASTILHO, 2012; COSTA, 2016; MATEUS *et al.*, 1983; 2003; LYONS, 1999).

Frente ao fato de ser um fenômeno em variação, realizamos a descrição com base na Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2006; 2008), considerando que as realizações da língua dependem de fatores de ordem linguística, social, geográfica e cognitiva. Como a variação no preenchimento da posição de determinante pode ser considerada como regra da comunidade, defendemos que a difusão, migração e contatos linguísticos agem como condicionantes sociais da variação e mudança (BRITAIN, 2006; 2008; 2018; CHAMBERS; TRUDGILL, 2004; TRUDGILL, 1986), e apresentamos um método de análise que controla o efeito dessas variáveis sobre o fenômeno aqui estudado. Apresentamos também descrição do comportamento linguístico de áreas de Alagoas, Bahia e Sergipe, comparando os padrões linguísticos de cada região dialetal quanto a aspectos morfossintáticos e sintáticos, para servir de base para nosso estudo com o preenchimento da posição de determinante antecedendo possessivos.

Como *corpus*, trabalhamos com uma amostra sociolinguística desenvolvida com base no falar de estudantes da UFS, *campus* Prof. José Aloísio de Campos, estratificada segundo *deslocamento* (estudantes de Sergipe, Alagoas e Bahia), *tempo no curso* (do 4º período para baixo e do 5º para cima) e *sexo/gênero* (masculino/feminino). Os resultados deste estudo

contribuem para a descrição do português brasileiro sobre o comportamento dos determinantes e a descrição do português brasileiro falado em Sergipe; também contribui para discussões quanto à relação entre espacialidade/migração/língua, e discussões sobre mudança linguística advinda do contato e da integração do estudante ao ambiente universitário, iniciados, na UFS, por Corrêa (2019) e Ribeiro (2019).

Nosso trabalho ainda se insere em um projeto conjunto alinhado ao *Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade* (GELINS), na Linha de Pesquisa de *Produção e Percepção Sociolinguística*, coordenado pela Profa. Dra. Raquel Meister Ko. Freitag. O projeto, nos últimos dez anos, tem contribuído profusamente para a descrição linguística no estado de Sergipe. Nesse projeto, desdobram-se dissertações sobre:

- ❖ Efeitos prosódicos e emocionais na desambiguação do modalizador parentético epistêmico “acho que” (CARDOSO, em andamento);
- ❖ Variação como diferenciação social: efeitos da escolarização na concordância verbal de universitários (NOVAIS, em andamento);
- ❖ Regência de verbos de movimento na fala de universitários da UFS (RODRIGUES, em andamento);
- ❖ Expressões faciais, prosódia e o significado dos diminutivos no português brasileiro [X-inho] e [X-zinho] (PINHEIRO, em andamento);
- ❖ Gradiência na palatalização /t/ e /d/ na Universidade Federal de Sergipe (SILVA, em andamento).

Organizamos este trabalho em seis seções, de forma a abarcar o que propomos acima. A primeira das seções é a introdução, em que apresentamos o nosso objeto de estudo e encaminhamentos. Na segunda seção, descrevemos os determinantes em português, considerando os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, observando a função de determinação na língua (CASTILHO, 2012; COSTA, 2016; LONGOBARDI, 1994; 2001; MATEUS *et al.*, 1983; 2003). Apresentamos também as classes de palavras que compõem o grupo de determinantes, como os artigos, demonstrativos e possessivos, e como ocupam a posição determinante em português (BRAGA *et al.*, 2008; MATEUS *et al.*, 1983; PERINI, 2005). Ao fim da seção, fazemos uma descrição da variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos no português, de modo a observar sua distribuição no Brasil (SILVA, 1982; 1998a; 1998b; CAMPOS JR., 2011; GUEDES, 2019; SIQUEIRA, 2020a).

Na terceira seção, abordamos, com base na Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1966; 1978, 1994; 2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), pontos sobre variação linguística entre regiões, a variação regional. Discorremos sobre processos de difusão, migração e contato linguístico como condicionantes da implementação de variáveis linguísticas na língua

(BRITAIN, 2006; 2008; 2018; CHAMBERS; TRUDGILL, 2004; TRUDGILL, 1986). Apresentamos também uma revisão de trabalhos linguísticos realizados nas três regiões dialetais envolvidas em nossa pesquisa – Alagoas, Bahia e Sergipe –, visando observar padrões de similaridades e/ou diferenças na língua quanto ao fenômeno em questão.

Na quarta seção, apresentamos os procedimentos metodológicos de nossa pesquisa. Discorremos sobre a constituição da amostra que utilizamos, a amostra Deslocamentos (2019/2020); os procedimentos de coleta – roteiro de entrevista, ficha social e abordagem do informante; as variáveis linguísticas e extralinguísticas que usamos como preditoras da variável dependente; e os contextos excluídos de nossa análise. Para análise dos dados, trabalhamos com a estatística descritiva e inferencial, em que apresentamos a distribuição dos dados, como também apresentamos inferências sobre essa distribuição, por meio de testes de independência, como o teste de qui-quadrado, testes de tamanho de efeito, como o V^2 de Cramer, e regressões logísticas.

Na seção de número 5, apresentamos nossos resultados e discussões. Visualizamos a distribuição de nossa variável dependente – os usos do (não) preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais – e sua distribuição em contraste com as variáveis preditoras – as variáveis independentes. Os resultados são descritos com base em análises univariadas (testes de independência) e multivariadas (regressões logísticas). Por fim, na sexta seção, apresentamos nossas considerações finais, de modo a sumarizar nossos achados.

Passemos, então, para as discussões dessa pesquisa.

2. DETERMINANTES EM PORTUGUÊS

Nesta seção, descrevemos a função de determinação no português, com atenção às categorias de palavras que são alçadas à posição determinante. Para tanto, caracterizamos determinantes e sua relação na estrutura da língua – o surgimento da função de determinação no português, as categorias de artigo e possessivo e o preenchimento da posição determinante – para evidenciar a variação no preenchimento da posição determinante em contexto de possessivos pronominais no português brasileiro. Recorremos a discussões apresentadas em Longobardi (1994; 2001), Neves (2008; 2011), Perini (2005), Mateus *et al.* (1983; 2003), entre outros.

2.1 A CATEGORIA DE DETERMINANTE

Algumas línguas do mundo são conhecidas por apresentarem os seus nomes por meio de um item – ou mais de um – de determinadas classes de palavra (LONGOBARDI, 2001). Em línguas descendentes do latim, como o português, francês e italiano, isso pode ser feito por meio de demonstrativos, artigos e possessivos:

- (3) a. *esse* lobo comeu o coelho.
- b. *o* lobo comeu o coelho.
- c. *seu* lobo comeu o coelho.

Em (3), os nomes são apresentados por três diferentes elementos: “esse”, “o” e “seu”. A eles atribui-se o nome de determinantes, elementos que recentemente vêm sendo alocados à posição de especificador de uma projeção de determinante (D) (LONGOBARDI, 2001).² Estes elementos preenchem a primeira posição do sintagma nominal: “são as expressões que, no português, precedem imediatamente os nomes” (CHIERCHIA, 2003, p. 75), alocados à sua esquerda.

Diferentemente de nossa percepção enquanto falantes, e do que prega a tradição gramatical, a categoria determinante não é imutável, fechada ou estanque, ela apresenta gradiência, sendo difícil fixar uma função e palavras que compõem essa categoria, resultado das mudanças que ocorrem ao longo do tempo, fazendo com que elementos fiquem se movendo

² Os principais desenvolvimentos sobre a projeção determinante foram, inicialmente, propostos por Abney (1987), dentro da Teoria X-barra, segundo o qual os determinantes são os núcleos de suas próprias projeções. Alguns dos termos utilizados nesta seção são de cunho da teoria em questão, como “projeção”.

num *continuum* (BYBEE, 2010). Do ponto de vista semântico e pragmático, os determinantes “realizam operações de pormenorização sobre o referente do nome que está em seu escopo” (CASTILHO *et al.*, 2008, p. 85): limitam a extensão dos nomes a valores específicos, a valores individuais, únicos. Em sentenças como as em (3), o uso de “esse”, “o” e “seu” limita a extensão do nome “lobo” para um referente específico do mundo, um lobo específico.

No português, os determinantes são também associados à categoria gramatical de especificadores (CASTILHO, 2012; CASTILHO *et al.*, 2008; MATEUS *et al.*, 1983), representando por ambos rótulos elementos que desempenham função de determinação. Segundo Lyons (1999, p. 383, tradução nossa),³

em muitas gramáticas tradicionais o termo “especificidade” é usado como sinônimo de “determinação”, e em muitos trabalhos teóricos o especificador foi primeiramente concebido como a posição em SN onde artigos, outros determinantes e até possessivos ocorrem (a casa, essa casa, a casa de Ann) – itens pensados como delimitando ou definindo a referência do SN.

Como aponta Castilho (2012, p. 454, destaques do autor), “o termo *Especificadores* é um rótulo de caráter sintático”, por designar um sintagma que o procede. Contudo, os especificadores, ou determinantes – como chamamos neste trabalho –, não são sempre associados sob seu rótulo sintático, mas sob a função de determinação (COSTA, 2016),⁴ o que significa que não há uma categoria de palavras que são determinantes, mas uma categoria de palavras que funcionam determinando elementos. Em (3), “o” e “esse” estão desempenhando função de determinação, limitando a extensão dos nome a um valor específico.

Os determinantes também “estabelecem a interpretação definida/indefinida do nominal” (LONGOBARDI, 2001, p. 07, tradução nossa).⁵ Entendemos definitude como a noção semântico-pragmática da “gramaticalização da identificabilidade”, ou seja, “em línguas onde identificabilidade é representada gramaticalmente, essa representação é a definitude” (LYONS,

³ No original: “in many traditional grammars the term “specify” is used synonymously with “determine”, and in more theoretical work the specifier was first conceived of as the position in NP where articles, other determiners and indeed possessives occur (the house, this house, Ann’s house) – items thought of as delimiting or defining the reference of the NP (LYONS, 1999, p. 383)”.

⁴ Reconhecemos por categoria o agrupamento de formas ou funções que apresentem comportamentos em comum, forte associação de funcionalidade, e forte agrupamento ao redor do significado (GIVON, 2005). Por exemplo, na categoria de nomes ocorre o agrupamento de formas que nomeiam as coisas do mundo, havendo associação de funcionalidade e agrupamento ao redor do que vem a ser nome. Já para função, consideramos como o que é desempenhado pela forma na oração, sua relação com os demais constituintes da oração que faz parte (PERINI, 2005). Adjetivos, por exemplo, desempenham função prototípica de caracterizar os nomes que os acompanham.

⁵ No original: “among other things, determiners seem to typically establish the definite/indefinite interpretation of the nominal and to often select between a mass or count reading of morphologically singular head nouns” (LONGOBARDI, 2001, p.07).

1999, p. 278, tradução nossa).⁶ A definitude é a propriedade de identificar elementos no discurso como algo único no repertório do falante no momento de interação. O não preenchimento da posição determinante resultaria, seguindo o princípio da definitude, numa leitura indefinida do sintagma nominal.

Há línguas em que os elementos nominais podem ser realizados sem determinantes (LONGOBARDI, 2001), ocorrendo o não preenchimento da posição D. No português, como em outras línguas românicas, isso pode ocorrer por meio dos nome nudes (*bare nouns*). Nos nomes nus, o nominal vem sem nenhum elemento a sua esquerda.

- (4) Menino bagunceiro será punido.

No exemplo (4), o nome “menino” não vem acompanhado de nenhum determinante, contexto em que, tipicamente, haveria o preenchimento, como em “o menino”. Construções como essa são comuns no português, cujo funcionamento é objeto de discussão (cf. BRAGA *et al.*, 2010; OLIVEIRA; ROTHSTEIN, 2013; ROTHSTEIN, 2013). Para Castilho (2012, p. 491),

do ponto de vista sintático, é indiferente a presença ou a ausência do artigo. Na maior parte dos casos, os sintagmas nominais sem artigo são gramaticalmente aceitáveis, exceto quando o artigo nominaliza outras classes de palavras [...] ou em alguns casos em que a complementação do sintagma nominal torna a referência do substantivo altamente definida [...].

Braga *et al.* (2010), analisando a aceitabilidade de nomes nus para falantes do português, observam que o nível de aceitabilidade das sentenças apresentadas varia a depender da atomicidade⁷ do elemento nominal: sentenças com atomicidade natural, como em (5), apresentam mais aceitabilidade do que aquelas menos naturais, como em (6).

- (5) Criança se machuca.
(6) Linha se embarça.

Em ambas as sentenças, ocorre o não preenchimento do determinante e os falantes as consideram gramaticais, mas com diferença de aceitabilidade. O comportamento dos nomes nus nos leva a perceber que, embora existam elementos que desempenham função de

⁶No original: “definiteness is the grammaticalization of identifiability”, “In languages where identifiability is represented grammatically, this representation is definiteness” (LYONS, 1999, p. 278).

⁷Grosso modo, a atomicidade natural é uma característica de predicados que denota um conjunto de entidades onde as unidades atômicas mínimas não são dependentes do contexto (cf. BRAGA *et al.*, 2010).

determinação e apresentam elementos nominais, a gramática da língua também dá possibilidade para que isso não ocorra, havendo um paralelo entre o preenchimento e o não preenchimento da posição D. Entretanto, o valor semântico nesses contextos é alterado. O não preenchimento da posição determinante implica em uma leitura plural para os nomes. No exemplo (5), o nome “criança” permite uma leitura na qual criança é um nome genérico, não havendo uma criança específica, isso porque “o singular nu é sempre um plural, isto é, carrega sempre uma indicação de pluralidade” (BRAGA *et al.*, 2008, p. 111). Um determinante, como “a”, restringe a uma leitura específica singular.

Quanto à definitude em contextos de não preenchimento, para Longobardi (2001), nomes nus só podem ter leitura indefinida se forem introduzidos por um determinante indefinido (artigos indefinidos, artigos partitivos), como em (7):

- (7) *Uma* criança se machucou.
Uma das crianças se machucou.

É por meio dos determinantes indefinidos que ocorre a leitura indefinida. Em contextos como em (5) e (6), a definitude se mantém pelo princípio de movimento de N para D (LONGOBARDI, 1994): o nome sobe para a posição de determinante. Quando ocorre a ausência de um elemento que ocupe a posição D, o N irá subir para esta posição, mantendo a marca de definitude. Embora não haja o preenchimento da posição por um determinante, ele “está presente na estrutura, pois – nesse caso – há uma formação de cadeia entre a posição do nome e a do determinante, produzindo um movimento de N para D” (COSTA, 2016, p. 49). A determinação, então, pode ocorrer de duas formas: com o preenchimento da posição D por um elemento determinante e com o não preenchimento da posição D por um determinante, em que o N é alçado a essa posição, carregando o traço de definitude.

No português, elementos de três categorias podem ocorrer com função de determinação: artigos, demonstrativos e possessivos. Os traços dessas categorias fazem com que os dividamos em dois diferentes grupos: de um lado os artigos e demonstrativos, e de outro os possessivos. Na perspectiva de Mateus *et al.* (2003), os artigos e demonstrativos são mais próximos por ocorrerem em distribuição complementar, podendo ocupar os mesmos contextos, como em (8). Os possessivos, por sua vez, não compartilham desse mesmo traço, co-ocorrendo com artigos e demonstrativos, como em (9).

- (8) a. *a* bolsa caiu no chão.

- b. *essa* bolsa caiu no chão.
- (9) a. *sua* bolsa caiu no chão.
- b. *a sua* bolsa caiu no chão.
- c. *essa sua* bolsa caiu no chão.

Em (8), tanto o artigo “a” quanto o demonstrativo “essa” estão ocupando a mesma posição no sintagma, antecedendo o nome “bolsa”. A posição do possessivo em (9) varia, tanto a primeira posição em (9a), quanto a segunda em (9b) e (9c), possibilitando a presença de artigo e possessivo.

Perini (2005), ao tratar dos elementos à esquerda do nome, elenca como determinantes apenas os artigos e os demonstrativos, como em (8). Aos possessivos, o autor acrescenta uma categoria à parte, a categoria de Poss, na qual são inseridos os elementos possessivos que se encontram à esquerda do nome e agem na construção de seu sentido. A diferença entre determinante e possessivo justifica-se pelo local que esses elementos ocupam na sentença em um SN máximo.⁸ Enquanto os determinantes, tipicamente, ocupam a primeira posição, os possessivos ocupam a segunda, podendo vir antecidos por artigos e demonstrativos (PERINI, 2005), como em (9b) e (9c). Os determinantes ocupam uma posição que é sempre anterior à do possessivo (PERINI, 2005), o que evidencia a diferença de comportamento entre essas duas categorias. Castilho (2012) corrobora com esta distinção ao rotular os possessivos de pós-especificadores, pois ocorrem após os especificadores centrais – demonstrativos e artigos.

Mateus *et al.* (2003) defendem que outra diferença entre os artigos/demonstrativos e os possessivos é a definitude inerente. Enquanto os artigos e demonstrativos são inerentemente definidos, os possessivos não o são. A definitude do possessivo só é atribuída por meio dos artigos e demonstrativos que os acompanham (MATEUS *et al.*, 2003). Mesmo com a presença do possessivo, a posição de D não é preenchida, sendo necessários determinantes definidos nesse contexto.

Como explicitamos mais adiante, há duas visões opostas em relação aos possessivos e ao traço de definitude: i) há línguas em que o possessivo é, por si só, definido, preenchendo a posição de D; e ii) há línguas em que o possessivo não tem esse traço, sendo necessário o uso de determinantes para que D seja preenchido. Antes, retrospectamos o surgimento de

⁸ Um SN máximo é uma abstração linguística que representa um constituinte nominal linear no qual todas as posições estão preenchidas. Conta-se a posição dos elementos com base na distância entre esses elementos e o nome do SN máximo, como em “aquela¹ suas² duas³ amigas^N”.

determinantes no português, como forma de compreender o funcionamento dessa categoria na língua.

2.1.1 A emergência do sistema D em português

Embora compreendamos demonstrativos e artigos como determinantes, ao longo deste trabalho usamos o termo determinante para se referir apenas a artigos definidos, como também usamos artigo definido para nos referirmos a determinantes.

Mesmo que o português atual apresente uma categoria de elementos que atua como determinante, essa mesma categoria não existia no latim, língua da qual descende o português (VINCENT, 1997):⁹

as categorias que são de particular interesse no trabalho gerativo – notavelmente D(eterminante), C(omplementizador) e I(nflexão) e eventuais viradas adiante – são precisamente aquelas que estão amplamente presentes em todas as línguas Românicas modernas, mas que possuem um papel limitado ou simplesmente estão ausentes no Latim. (VINCENT, 1997, p. 149, tradução nossa)¹⁰

Não havendo determinantes em latim, os nomes não eram antecidos por nenhum elemento, ocorrendo o não preenchimento da posição D, com o próprio N alçado para essa função, como em (10), diferentemente do português, em que há o preenchimento por meio de um determinante, como em (11).

(10) *Discipula sedula est* (Aluna é estudiosa).

(11) A aluna é estudiosa.

Em (10), em latim, o nome “*discipula*” aparece como o único elemento do sintagma, enquanto em (11), em português, o nome “aluna” é antecido pelo determinante, “a”. Ainda que sem determinantes, o latim clássico apresentava um sistema de demonstrativos com quatro formas morfosintáticas com contraste dêitico, que apontavam para coisas do mundo (Quadro

⁹ Tanto o português quanto o latim (e demais línguas descendentes do latim) se enquadram na categoria de línguas sintéticas: do ponto de vista morfológico, apresentam diferentes morfemas que designam diferentes valores, como gênero, número, tempo, pessoa etc.

¹⁰ No original: “the categories that are of particular interest in the generative work – notably D(eterminer), C(omplementizer) and I(nflexion) and eventual splits thereof – are precisely the ones that are amply instantiated in all the modern Romance languages, but which play a limited role or are simply absent in Latin” (VINCENT, 1997, p. 149).

1). Três desses demonstrativos relacionavam-se com as três pessoas gramaticais; o outro funcionava como um dêitico não marcado, genérico (LYONS, 1999).

Quadro 1: Demonstrativos do Latim Clássico.

Genérico	is
1ª pessoa	hic
2ª pessoa	iste
3ª pessoa	ille

Fonte: Lyons (1999, p. 333, tradução nossa)

Cada demonstrativo assumia uma relação de distância espacial para cada tipo de pessoa do discurso. Para a 1ª pessoa havia a forma “*hic*”, para a 2ª havia a forma “*iste*”, e para a 3ª pessoa havia “*ille*”, além da forma não marcada, “*is*”, que se referia a elementos genéricos, como alguém, algo ou todos.

A partir da metade do século VI, “povos germânicos, principalmente francos, godos, alamanos, bairuvos, borguinhões e vândalos, invadiram as fronteiras do Império. A derrota política trouxe consequências limitadas à continuidade da língua latina” (FRITSCH, 1973, p. 124). Como resultado dessa invasão, a língua latina começou a ser repelida. Ainda assim, “no interior do antigo império romano, os próprios germanos não escaparam à assimilação estrangeira: adotaram, rapidamente, a língua latina da massa popular” (FRITSCH, 1973, p. 124), difundindo o latim vulgar (FAINGOLD, 2003).

Enquanto no latim clássico cada demonstrativo seguia um padrão de referência relacionado a uma pessoa gramatical específica, no latim vulgar os pronomes eram intercambiáveis, podendo ser usados com pessoas gramaticais diferentes (IORDAN; MANOLIU, 1972). Esse intercâmbio levou a uma mudança no quadro dos demonstrativos:

em uma complexa série de eventos (...), o Latim falado tarde (ou prévio romance) amplamente largou *is* e *hic*, talvez em parte porque eles eram foneticamente mais insubstanciais e se tornariam mais com a mudança sonora do período. *Ille* pegou o lugar de *is* (enquanto continuou em uso como forma de terceira pessoa), enquanto *iste* substituiu *hic*. O lugar de *iste* como segunda pessoa foi tomado por *ipse*, originalmente não demonstrativo, mas expressando sentido enfático de *mesmo* (*ego ipse* ‘Eu eu mesmo’, *Caesar ipse* ‘Caesar ele mesmo’); *ipse* também tendia a ocorrer como forma demonstrativa genérica). (LYONS, 1999, p. 333)¹¹

¹¹ No original: “in a complex series of developments (...), late spoken Latin (or early Romance) largely dropped *is* and *hic*, perhaps in part because they were phonetically rather insubstantial and would become more so with the sound changes of the period. *Ille* took the place of *is* (while continuing in use as thirdperson form), while *iste* replaced *hic*. The place of *iste* as second-person form was taken over by *ipse*, originally not a demonstrative but

Com a perda dos demonstrativos *hic* e *is*, o demonstrativo *ille* era usado como genérico, aumentando seu uso. A forma *iste*, tendo perdido a posição de segunda pessoa – substituído por *ipse* – passou a designar a primeira pessoa. A nova forma *ipse*, além de ocupar a segunda pessoa, também expressava genericidade. Havia, então, duas formas que ocorriam como demonstrativos: *ille* e *ipse*. Em quase todas as línguas descendentes do latim há um artigo descendente de *ille*, além de formas vindas de *ipse* (LYONS, 1999). Traçando um histórico nessa mudança, Said Ali (1931, p. 131) diz que

da primitiva forma, que seria *ello*, *ella*, dão testemunho *el*, usado unicamente em *elrei*, e, por outra parte *lo*, evidente nas contracções dos pluraes *todolos*, *ambolos* e *pello*, *pollo*, ainda usados no século XVI e outras da linguagem popular, como *ullo* (u = onde), *mailo* (= mais o). Excluídos estes casos, aparece por toda a parte, desde a mais remota phase da língua portuguesa, o vocábulo já sem vestígios do radical, inteiramente gasto, e reduzido á terminação atona *o*, *a* (escripto ás vezes *ho*, *ha*).

O fato de o português hoje apresentar um sistema de artigos determinantes só foi possível a partir de um longo processo de mudança linguística, decorrente da aquisição de novas funções gramaticais por parte dos demonstrativos *ille* e *ipse* – o primeiro com mais peso. Como resultado, atualmente há quatro formas determinantes que assumem o rótulo de artigos definidos, “o”, “as”, “os”, “as”.

Contudo, os demonstrativos ainda permanecem na língua portuguesa. Diferentemente dos artigos que apresentam um valor demonstrativo reduzido por conta de sua mudança (SAID ALI, 1931), os demonstrativos atuais mantêm essa função, agindo como dêiticos, apontando para elementos linguísticos e do mundo biofísico e social. Além disso, como ambas categoriais são resultantes dos demonstrativos latinos, elas não podem ocupar o mesmo espaço na sentença, não ocorrendo no mesmo sintagma.¹²

- (12) a. *O este menino está me aborrecendo.
 b. *Este o menino está me aborrecendo.
 c. Este menino está me aborrecendo.
 d. O menino está me aborrecendo.

expressing the sense of emphatic *self* (*ego ipse* ‘I myself’, *Caesar ipse* ‘Caesar himself’); *ipse* also tended to occur as general demonstrative” (LYONS, 1999, p. 333).

¹² Usamos (*) para mostrar que a sentença é agramatical, não pertencente a gramática da língua.

Em (12a) e (12b), a presença de dois determinantes no mesmo sintagma, “o” e “este”, torna a sentença agramatical, pois esses “dois tipos de determinante só podem [...] surgir em distribuição complementar” (MATEUS *et al.*, 2003, p. 348), como em (12c) e (12d), em que ocupam a mesma posição na sentença, demonstrando que eles “integram a mesma classe gramatical” (CASTILHO, 2012, p. 490), e que o artigo “*categoricamente continua a ser uma partícula pronominal demonstrativa*” (CASTILHO, 2008, p. 123, destaques do autor), com valores referenciais, referindo-se a elementos do mundo, como em (12d), em que o uso do artigo antes no nome atua referenciando-o.

Com isso, no português atual existem essas duas classes de palavras que agem com função de determinação e que não podem co-ocorrer no mesmo contexto. Os artigos, ausentes na língua de origem – o latim –, encontram-se hoje presentes em todas as línguas românicas, em variadas formas, preenchendo a posição determinante antes dos nomes que compõem essas línguas. Na próxima seção, observamos esse preenchimento no português.

2.1.2 O preenchimento de D por artigo definido

Os artigos definidos são formas que agem com função de determinação, antecedendo um N, operando semanticamente sobre ele, influenciando na construção do sentido. Com isso, “o artigo definido representa o referente do sintagma nominal em que ocorre como identificável pelo interlocutor” (BRAGA *et al.*, 2008, p. 99, destaques dos autores), aplicando a definitude ao SN.

(13) A minha casa é vermelha.

Se o falante que enuncia (13) tem uma casa, ele está se referindo a essa casa específica do mundo, reconhecida pelo interlocutor no processo de interação, sendo por ele identificável: “referentes já mencionados ou presentes na situação de fala são considerados potencialmente dados, identificáveis, e constituem um contexto muito propício ao uso do artigo definido” (BRAGA *et al.*, 2008, p. 101).

Para Longobardi (2001), o artigo pode ocorrer num nível mais alto que outros determinantes, como os próprios demonstrativos, visto que o artigo definido é a própria gramaticalização do conceito de definitude, e seu uso conduz “o ouvinte para o referente da

frase nominal, sinalizando que ele está em posição de identificá-lo” (LYONS, 1999, p. 05-06, tradução nossa).^{13 14}

O artigo definido é uma categoria presente em línguas descendentes do latim (como o português, francês, italiano, etc.), mas não tão presente em outras línguas do mundo:

de um ponto de vista tipológico, a categoria gramatical dos artigos é meio que incomum. De acordo com Dryer (1989), artigos seriam atestados em um terço das línguas do mundo. Apenas 8% teriam ambos artigos definidos e indefinidos. Mais ainda, a dispersão desse fenômeno é geograficamente muito desigual, com uma alta incidência nas línguas da Europa (Ocidental). (MULDER; CARLIER, 2010, p. 01, tradução nossa)¹⁵

Apenas um terço das línguas do mundo possuem artigo, prevalecendo a ausência na maioria das línguas existentes (MULDER; CARLIER, 2010). Nas línguas que possuem artigos, as suas formas e posições na sentença ainda variam, como demonstra Lyons (1999) (Quadro 2):

Quadro 2: Tipologia de artigos em línguas do mundo

<i>Artigo preposto</i>		
<i>Húngaro</i>	a nő	(a mulher)
<i>Árabe</i>	al baytu	(a-casa)
<i>Catalão</i>	l' ampolla	(a-garrafa)
	la noia	(a garota)
<i>Artigo posposto</i>		
<i>Wolof</i>	nenne bi	(criança a)
<i>Romeno</i>	cartea	(livro-o)
<i>Hausa</i>	kujerar	(cadeira-a)
	fensir din	(lápis o)

Fonte: Lyons (1999, p. 62, tradução nossa)

As línguas que possuem artigos podem ser divididas entre dois grandes tipos: aquelas em que os artigos definidos ocorrem antes dos nomes, como no húngaro; e aquelas em que os artigos se encontram após o nome, como no wolof; podendo ser nos dois casos afixados, como

¹³ No original: “the hearer to the referent of the noun phrase by signaling that he is in a position to identify it” (LYONS, 1999, p. 05-06).

¹⁴ Um outro uso do artigo definido enquanto determinante é sua característica pragmática de elevar um nome a uma escala superior, como em “ela não é profissional, ela é a profissional”, em que o uso de “a” antes de “profissional” permite uma leitura na qual “profissional” esteja em um patamar superior.

¹⁵ No original: “from a typological viewpoint, the grammatical category of the articles is rather uncommon. According to Dryer (1989), articles would be attested in only one third of the languages of the world. Only 8 % would have both a definite and an indefinite article. Moreover the spread of this phenomenon is geographically very unequal, with a high incidence in (Western-)European languages” (MULDER; CARLIER, 2010, p. 01).

em árabe, ou livres, como no catalão. A maioria das línguas descendentes do latim possui seus artigos em realização preposta, como no português e em espanhol, embora haja casos em que ocorre a posposição, como o romeno (Quadro 3):

Quadro 3: Os artigos definidos em espanhol, português e romeno

Singular		Plural	
masc.	fem.	masc.	fem.
Espanhol			
el	la	los	las
Português			
o	a	os	as
Romeno			
ul – le	ua – a	i	le

Fonte: Faingold (2003, p. 47, tradução nossa)

No português, o artigo definido sempre se antepõe aos nomes, o que leva Câmara Jr. (2004) a chamar o artigo de forma dependente, uma partícula adjetiva, que só pode ocorrer quando antecede um nome ou a algum outro elemento (verbo, possessivo, etc.); limitam-se a quatro formas, “a”, “o”, “as”, “os”, correspondentes aos processos de flexão em gênero (masculino e feminino) e número (singular e plural), por meio das quais são antecidos os nomes.

A escolha entre preencher e não preencher a posição do artigo tem implicações semânticas no português. Em frases como (14), o nome “criança” pode se referir a qualquer criança do mundo, levando a uma leitura genérica, visto que não há um elemento atuando como especificador. Com o preenchimento, como em (15), a leitura faz convergir uma visão específica para “criança”, reconhecida no repertório do falante/ouvinte como algo único.

(14) ☉ criança chora demais.

(15) A criança chora demais.

O preenchimento da posição D por um artigo tem relevância na construção do sentido em elementos nominais. A atribuição de definitude por meio do artigo gera alterações no discurso, desempenhando uma individualização do elemento nominal, na medida em que o não preenchimento permite uma leitura genérica dos nomes, já que o artigo “ocorre, em geral, em **sintagmas** em que estão contidas informações conhecidas tanto do falante como do ouvinte” (NEVES, 2011, p. 391, destaques da autora).

Embora os artigos possam ocorrer com todos os elementos nominais da língua, a implicação semântica em seu uso tende a ser licenciada com nomes próprios. Contextos como

(16), em que o artigo acompanha um nome próprio, comparados a contextos como (17), em que o nome próprio vem sem o artigo, podem ser interpretados com o mesmo sentido.

- (16) A Camila estava te procurando.
 (17) Camila estava te procurando.

Diferentes valores pragmáticos podem ser aplicados a depender do contexto interacional no qual a sentença foi produzida, como também da comunidade de fala na qual o falante está inserido, visto que comunidades diferentes possuem julgamentos diferentes sobre a língua. Para Said Ali (1931, p. 134), “os nomes próprios de pessoas não levam artigo, porque aquelle [sic] a quem falo em geral não conhece, uma por uma, as pessoas que eu conheço”. Entretanto, “na linguagem da intimidade, e no falar do povo, antepõe-se com frequência o artigo a nomes de pessoas conhecidas daqueles com quem conversamos” (SAID ALI, 1931, p. 135). Na visão do gramático, pode-se então usar artigo antes de nomes próprios quando a pessoa for conhecida tanto do falante quanto do ouvinte, na medida em que ele é apagado quando o falante pressupõe que o ouvinte não conheça a pessoa referida. Para Neves (2008, p. 404), esse uso é “ligado ao costume regional, familiar ou pessoal”; além de haver o fator de intimidade, de familiaridade, ainda há a incidência da região do falante sobre o preenchimento antes de nome próprio.

Notemos então que os artigos definidos além de agirem semanticamente sobre os nomes que os seguem, também dependem do contexto de uso, podendo preencher a posição de D para individualizar uma expressão nominal e trazer para a consciência do ouvinte determinado item por ele conhecido, como também podem não preencher a posição de D, mantendo-a vazia, para gerar uma genericidade no sintagma. Além disso, o preenchimento é variável no contexto de nomes próprios, como citamos. Nas próximas seções, vemos que há outro contexto variável para o preenchimento: frente aos possessivos.

2.1.3 A categoria dos possessivos

À parte da categoria de determinantes, Perini (2005) classifica os possessivos em uma categoria própria, a categoria de Poss, visto seu comportamento sintático: ocorrem como adjuntos a nomes e localizam-se em uma posição distinta a outros determinantes. A inserção em uma categoria própria por Perini (2005) nos ajuda a melhor compreender essa categoria, principalmente seu comportamento diferenciado em relação a outros pronomes, como os pessoais e os demonstrativos.

- (18) a. A sua aluna chegou cedo hoje.
 b. *A ela chegou cedo hoje.
 c. *A essa aluna chegou cedo hoje.
 d. A sua aluna chegou cedo e a minha (aluna) também.
 e. Ela chegou cedo hoje.

No exemplo (18a), o possessivo vem acompanhado de outro elemento o antecedendo, no caso o artigo definido, na medida em que os pronomes pessoais e os demonstrativos não podem ter um artigo como antecedente, como em (18b) e (18c). Os possessivos funcionam como adjetivos, acompanhando nomes, como em (18a), ainda que apareçam sem um elemento nominal explícito, porém presente na estrutura discursiva, retomando um elemento já estabelecido, que não aparece de forma explícita (18d). Os pronomes pessoais ocorrem sem outros nomes, como em (18e). Além disso, os pronomes pessoais e demonstrativos podem representar sintagmas, enquanto os possessivos não podem.

Outra diferença entre essas classes é o seu comportamento semântico e pragmático. Os possessivos tradicionalmente são vistos por gramáticas normativas como “a classe que estabelece uma relação entre um possuidor e uma coisa possuída” (CASTILHO, 2012, p. 501). Para Cegalla (2008, p. 182, destaques do autor), “os *pronomes possessivos* referem-se às pessoas do discurso, atribuindo-lhes a posse de alguma coisa”. Em (19), observamos a aplicação dessa definição:

- (19) a. A menina estava andando em sua bicicleta.
 b. A menina que estava andando com a bicicleta que é sua.

O possessivo em (19a) acompanha o nome “bicicleta”, que é o elemento possuído, e estabelece relação com o possessor, representado pelo sintagma “a menina”. O exemplo em (19b) permite uma leitura em que vemos a relação de posse entre “a menina” e “sua bicicleta”. Como os possessivos atribuem relação entre uma coisa possuída e às pessoas do discurso, o elemento possuído é sempre de 3ª pessoa (3P), enquanto o possuidor se estende à todas as pessoas do discurso. Em (19a) o possessor é “a menina”, que representa a 3P discursiva, enquanto o possuído, “bicicleta”, é um elemento de 3P.

A relação de posse advinda do possessivo pode ser compreendida através da função genitiva. A função genitiva designa a ideia de possessividade, de realmente se ter algo. Barros e Bittencourt (2003, p. 71) dizem que “a relação entre genitivo e possessivos [...] faz parte de

uma longa tradição, que começa nos textos dos antigos gramáticos gregos e passa pela mais antiga gramática da nossa língua”. No português, a possessividade é estabelecida por meio de um elemento que concorda com o nome, os possessivos. No entanto, o genitivo, ou a possessividade, pode ser representado de outras formas no português (Quadro 4):

Quadro 4: Genitivos em português

SINTAGMA POSSESSIVO	
SUBSTANTIVO	pronome possessivo
	<i>de</i> + substantivo
	<i>de</i> + <i>pronome pessoal</i> de 3ª pessoa
	<i>de</i> + <i>você, Vossa Senhoria</i> etc.

Fonte: Neves (2011, p. 473)

Há quatro formas de produzir efeito de possessividade no português. Na primeira, ocorre o uso de possessivos, como nos exemplos supracitados. As outras três formas envolvem o uso da preposição “de” mais outros elementos, como nome próprio (20), pronome pessoal de 3ª pessoa, “ele(a/s)”, contraídos, como em (21), e com pronomes de segunda pessoa (22).

- (20) O livro *de Pedro*.
 (21) As coisas são *dele*.
 (22) Eu estou com as coisas *de vocês*.

Embora a relação de posse seja a característica prototípica dos possessivos, ela não é a única e verdadeira. Segundo Neves (2008, p. 563, destaques da autora), “apenas num sentido amplo se pode considerar que tais palavras indicam uma relação de *posse*”. Não vemos a relação de posse no exemplo (23):

- (23) Você passou do *meu lado* e não me viu.

Mesmo com a presença do possessivo, a relação presente no sintagma “meu lado” indica uma ideia de espacialidade, evidenciando por onde o interlocutor referido na oração passou. Benveniste (1995, p. 280) pontua a ideia de que

formas “pronominais” não remetem a “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e refletem assim o seu próprio emprego. A importância da sua função se compra à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação

intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume a cada instância do seu discurso. Desprovidos de referência material não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. O seu papel consiste em fornecer o instrumento de conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso.

Os possessivos, segundo essa visão, são elementos “vazios”, dêiticos, que produzem significados apenas no momento da interação. A cada nova produção, seu significado é novo e variável, referindo-se a elementos da realidade objetiva, já que o uso do possessivo tem como condição a situação do discurso e nenhuma outra além dela (BENVENISTE, 1995). Neves (2008, p. 564) explica que o possessivo “indica uma relação bipessoal, admite-se o caráter fórico da relação por ele indicada”. Os possessivos relacionam pessoas discursivas a elementos do mundo, como em (23), em que “meu lado” remete à pessoa discursiva “eu”.

Azeredo (2008) apresenta uma tipologização dos possessivos baseada na intencionalidade do falante e da situação discursiva na qual ele está inserido. Com isso, a função do possessivo

[...] pode ser de *posse* (*meu* relógio, isto é, ‘o relógio que me pertence’), de *origem* (*nossa* cidade, isto é, ‘a cidade em que nós vivemos’), de *uso* (*minha* sala, isto é, ‘a sala em que estudo’, *meu* ônibus, isto é, ‘o ônibus que costumo pegar’), de *parentesco* (*meus* tios), de *autoria* (*meu* discurso, isto é, ‘o discurso que proferi’; *teus* quadros, isto é, ‘os quadros que tu pintas’), de *compromisso/destinação* (*sua* missão, isto é, ‘a missão que foi confiada a você’, de *afetividade* (*meu* clube, isto é, ‘o clube pelo qual eu torço’), de *grupo social* (*meus* clientes, isto é, ‘os clientes a quem presto serviços profissionais’, *nossos* professores, isto é, ‘os professores que nos ensinam’ – se dito pelos alunos – ou ‘os professores que trabalham na escola que eu dirijo’ – se dito pelo diretor), e assim por diante. (AZEREDO, 2008, p. 250)

Os possessivos ainda podem apresentar informações de contingência, na medida em que estabelecem relações entre elementos que, embora os indivíduos os possuam, eles não podem se dispor desses elementos, como partes do corpo, em (24), e pensamentos, em (25).

(24) *Minha perna* está doendo.

(25) *Meu sonho* é me formar cedo.

Em suma, a significação dos possessivos é vinculada ao momento de produção na qual o falante se encontra (como toda a língua). Além de estabelecerem relações de posse entre um possuidor e uma coisa possuída, possessivos também relacionam elementos do mundo, tendo um amplo escopo de significações.

Quanto à posição, possessivos podem ocorrer em i) posição pré-nominal, como em (26); ii) em posição pós-nominal, como em (27); iii) suprimindo um nome já estabelecido no discurso, como em (28); e iv) em contextos predicativos, como em (29).

- (26) Meu livro.
 (27) Um livro meu.
 (28) (o) teu livro e o meu (livro).
 (29) Este é (o) meu livro/Esse livro é (o) meu (livro).

Em (26), o possessivo encontra-se antecedendo o nome “livro”, pré-nominal. Em (27), há uma permutação, em que o possessivo vai para depois do nome, pós-nominal. A inversão para pós-nominal só pode ocorrer se houver um determinante indefinido, como o “um” no exemplo.¹⁶ Em (28), o possessivo com determinante definido impede a repetição de um nome já estabelecido no discurso, havendo uma elipse, com o nome presente na projeção discursiva. Por último, em (29), o possessivo encontra-se na posição predicativa, o que permite suprimir o nome, que já está estabelecido no discurso.

Os possessivos, então, são formas dêiticas que estabelecem relações entre nomes e elementos do mundo, além de serem responsáveis pela atribuição de posse. Do ponto de vista sintático, podem ocorrer em diferentes posições: antecedendo um nome, seguindo um nome, em função predicativa e em contextos elípticos. Em contextos pré-nominais, são os possessivos que introduzem os nomes, ocorrendo, sintaticamente, à esquerda deles. Na seção seguinte, discutimos sobre o preenchimento da posição determinante por meio dos possessivos.

2.1.4 O preenchimento de D por possessivos¹⁷

Vimos que há duas categorias no português que podem preencher D: os artigos e demonstrativos. Os possessivos também ocupam essa mesma posição; todavia, têm estatuto categorial não consensual, considerados determinantes por alguns autores (MATEUS *et al.*, 2003), enquanto são considerados como categoria à parte por outros (PERINI, 2005;

¹⁶ Neves defende (2008) que há outros elementos que podem ocorrer nesses contextos, como o quantificador “todo”, demonstrativos, números cardinais e o pronome “qualquer”.

¹⁷ Mesmo que assumamos que os possessivos possam agir preenchendo a posição determinante, vamos considerar ao longo do texto que apenas os artigos e demonstrativos são determinantes, seguindo o que é proposto tanto por Perini (2005), que diz que os possessivos pertencem a categoria própria de Poss, quanto por Castilho (2012), em que os possessivos são pós-especificadores. Aceitamos isso com base na posição que os possessivos ocupam num SN máximo, sempre posterior aos determinantes.

CASTILHO, 2012; BECHARA, 2015). A diferença pode ser explicada pelo traço de definitude. Mateus *et al.* (2003) defendem que os artigos e demonstrativos são inerentemente definidos, enquanto os possessivos não o são, precisando de um elemento para atribuir esse traço semântico.¹⁸ Por outro lado, Neves (2008, p. 587) defende que o “possessivo tem o estatuto de determinante no sintagma nominal, e, portanto, os sintagmas nominais iniciados por esse elemento já são sintagmas determinados, referencialmente definido”. O possessivo, por si só, pode preencher a posição em D, além de ele próprio atribuir a definitude. Há uma diferença entre as duas perspectivas.

- (30) Você viu onde está sua mãe?
 (31) Você viu onde está a sua mãe?

Se seguirmos a proposta de Mateus *et al.* (2003), o sintagma nominal possessivo em (30) é indefinido, enquanto em (31) é definido, visto a presença do artigo definido, atribuidor desse estatuto (MATEUS *et al.*, 2003). Seguindo a proposta de Neves (2008), tanto o sintagma possessivo sem artigo quanto o com artigo são definidos, já que “o determinante à esquerda de outro determinante [...] deixa de operar, realmente, a determinação” (NEVES, 2008, p. 589). Em contextos como (31), o artigo para de desempenhar sua função determinante, realizada apenas pelo possessivo.

Lyons (1985; 1986; 1999) defende uma proposta que separa as línguas em dois tipos quanto aos possessivos e ao preenchimento de D. Ao primeiro tipo de língua, o autor adota o termo de *Determiner Genitive languages* (línguas com genitivo determinante, *DG languages*). Dentro dessa categoria, “um possessivo tem o efeito de induzir a uma interpretação definida em um sintagma nominal e modificá-lo, e um artigo definido não pode aparecer” (LYONS, 1999, p. 130).¹⁹ Os possessivos nessas línguas não ocorrem com artigos por serem inerentemente definidos, como no inglês (32), alemão (33) e francês (34), para “minha bicicleta”.

- (32) my bicycle.
 *the my bicycle.
 (33) mein Fahrrad.
 *ein mein Fahrrad.

¹⁸ Devemos considerar, contudo, que a variedade do português que Mateus *et al.* (2003) descrevem é a europeia.

¹⁹ No original: “a possessive has the effect of inducing a definite interpretation in the noun phrase it modifies, and a definite article cannot also appear” (LYONS, 1999, p. 130).

- (34) ma bicyclette.
 *la ma bicyclette.

O artigo nesse contexto torna a sentença agramatical, justificando o princípio de que o possessivo carrega o traço de definitude e não necessita de outro elemento para essa atribuição, preenchendo a posição de D nessas línguas.

O segundo tipo de língua é descrita como *Adjective Genitive languages* (línguas com genitivo adjetivo, *AD languages*). Nelas, “um possessivo não induz a uma interpretação definida. Se a língua tiver artigos, eles podem co-ocorrer com os possessivos para induzir definitude ou indefinitude” (LYONS, 1999, p. 132, tradução nossa).²⁰ É preciso ter artigo definido para que se faça a leitura definida do SN, e é o artigo que preencherá D.

O autor inclui neste tipo línguas como o italiano e português. Elas funcionariam como *AD language* por produzirem efeito de definitude só com a presença de artigos definidos antes de possessivos, como em (35).

- (35) A minha escola está fechada por conta da greve.

A presença do artigo “a” em (35) é o elemento atribuidor de definitude, e só com ele a posição do determinante é preenchida, visto que o possessivo não pode fazer isso (LYONS, 1999). É fato que, na variedade europeia do português isso pode ser confirmado, visto a categoricidade no preenchimento da posição determinante antes de possessivos (MAGALHÃES, 2011). Entretanto, na variedade brasileira, em que o preenchimento da posição é variável, não há como fazer uma distinção. A classificação que Lyons (1999) faz do português com pertencente as *AG languages* não é aplicável ao português brasileiro, visto a variabilidade no preenchimento.

Giorgi e Longobardi (1991) propõem uma tipologia de língua semelhante à de Lyons (1999) na qual “os elementos possessivos são especificados sintaticamente para serem realizados na superfície como Adjetivos (como em italiano) ou como Determinantes (como em inglês ou francês)” (CASTRO, 2006, p. 03). Nos possessivos Adjetivos, o preenchimento de D é feito também por meio do artigo ou demonstrativo. Já nos possessivos Determinantes, é o próprio possessivo que ocupa essa posição.

²⁰ No original: “a possessive does not induce a definite interpretation. If the language has articles, these can co-occur with possessives to indicate definiteness or indefiniteness” (LYONS, 1999, p. 132).

Para observar esse comportamento, os autores recorrem à distribuição dos possessivos com outros elementos, como artigos, demonstrativos e numerais. Elencamos exemplos com o inglês, em (36), francês, em (37) – línguas Determinantes – e o italiano, em (38) – língua Adjetiva.

- (36) *the/a/each/some/this/that my book.
o/um/cada/algum/este/aquele meu livro.
- (37) *le/un/chaque/ce mon livre.
o/um/cada/este meu livro.
- (38) un/ciascun/questo/quel mio libro.
um/cada/este/aquele meu livro.

Em (36) e (37), o possessivo não co-ocorre com nenhum outro elemento determinante, já que ele é o próprio atribuidor de definitude e ocupa a função de determinação. No italiano, em (38), pode co-ocorrer, condicionando a definitude do sintagma por meio desses elementos, não sendo o possessivo alçado a essa posição. Os autores também caracterizam os possessivos em português como Adjetivos. Seguindo a distribuição proposta, com a combinação dos possessivos como outros determinantes, percebemos que isso não ocorreria de forma linear no português brasileiro, havendo, em alguns casos, uma agramaticalidade.

- (39) a. o meu livro.
b. *um meu livro.
c. este meu livro.
d. aquele meu livro.
e. *cada meu livro.
f. *algum meu livro

Os exemplos (39b), (39e) e (39f) são agramaticais, considerando que nesses contextos o possessivo deve ficar após o nome, como em “um livro meu”, “cada livro meu” e “algum livro meu”. Em (39a), (39c) e (39d), há a realização padrão, o que seria o atribuidor da definitude no N na proposta dos autores. A distribuição complementar proposta por Giorgi e Longobardi (1991) não ocorre de forma linear, não contemplando o português em nenhum dos dois tipos de parâmetros de línguas. As propostas de que os possessivos em português são Adjetivos (LYONS, 1999; GIORGI; LONGOBARDI, 1991) não refletem a realidade da

variedade brasileira do português. Fato é que “essa análise se tornou tão padrão que é raramente discutida na literatura teórica” (HASPELMATH, 1999, p. 230, tradução nossa).²¹

Uma contra análise é defendida por Castro (2001; 2006): “os possessivos pré-nominais [no Português] estão mais próximos dos ditos possessivos determinantes do Inglês” (CASTRO, 2006, p. 09, acréscimos nossos). O não preenchimento do artigo definido na posição D não exclui a visão determinante definida do possessivo: ele é alçado à posição, gerando a leitura de definitude. A autora segue Longobardi (1994) ao explicar que, mesmo que não ocorra o determinante na projeção funcional do determinante, ele “está presente na estrutura, pois – nesse caso – há uma formação de cadeia entre a posição do nome e a do determinante, produzindo um movimento de N para D” (COSTA, 2016, p. 49); o possessivo é, então, alçado à função de determinação, carregando o traço de definitude. Contextos em que o sintagma é indefinido apresentam uma organização sintática diferente, como em (40):

(40) Um livro meu.

Nesses contextos, o possessivo pré-nominal é apagado, ocorrendo a realização pós-nominal, que não permite a realização do artigo definido, e sim de um artigo indefinido “um”, evidenciando que, em relação à definitude, não é de fato o artigo que atribui esse traço nesse contexto:

pode-se concluir então que o possessivo pré-nominal é definido de alguma forma. O que se propõe aqui é que, neste caso, não é o artigo definido o elemento marcador da interpretação definida do sintagma nominal, uma vez que o possessivo, que ocupa a posição D, produz o mesmo efeito - cf. Lyons (1985,1986,1999). O artigo definido é, neste contexto, um artigo expletivo, ou seja, semanticamente vazio, uma vez que não contribui para a codificação (de definitude) do sintagma nominal. (CASTRO, 2006, p. 10)

Todavia, não podemos assumir que, do ponto de vista semântico, os artigos definidos são semanticamente vazios ou expletivos (CASTRO, 2006), pois um elemento expletivo só surge num contexto em que há a necessidade, quando a posição é vazia. Se a autora considera que o possessivo assumiu o lugar do artigo no contexto determinante, logo não há uma posição vazia a ser preenchida (FLORUPI, 2008). Em nossa pesquisa, consideramos a definitude pela proposta de Enç (1991), o que permite a identificação do referente, considerando a relação entre o preenchimento da posição D e os possessivos pré-nominais (cf. 4.3.9).

²¹ No original: “this analysis has become so standard that it is rarely discussed in the theoretical literature” (HASPELMATH, 1999, p. 230).

O percurso explanatório apresentando evidencia que a instabilidade dos possessivos como determinantes no português associada ao escopo dos possessivos quanto à atribuição de definitude levam à variação no preenchimento da posição de determinante em contextos de possessivos pronominais no português, com condicionamento de natureza linguística, como o tipo de sintagma em que se localiza o possessivo. Mas não são apenas esses condicionadores que atuam na variação no preenchimento, como vemos a seguir.

2.2 VARIAÇÃO NO PREENCHIMENTO DE D EM CONTEXTOS DE POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS NO PORTUGUÊS²²

No português brasileiro ocorre variação no preenchimento da posição D antecedendo possessivos pré-nominais, com a posição vazia em D, como em (41) e (42):

- (41) Eu não sei onde coloquei Ø minha carteira.
 (42) Ø sua mãe estava procurando você.

Em (41) e (42), não há determinantes na posição D. À primeira vista, tal mudança pode passar como despercebida para o falante ao encontrar uma construção variável como essa. O não preenchimento do determinante antes de possessivos pré-nominais pode parecer não ser perceptível para o falante, ou até mesmo o falante não saber quando usar assim (cf. KABATEK, 2004; SILVA, 1982).

Perguntando para falantes do PB sobre usos variáveis no preenchimento, Kabatek (2004) percebeu que eles questionaram fortemente esse uso, como também alguns o chamaram de falso. Segundo o autor,

dado a existência real desse fenômeno, provavelmente estamos na presença de um caso típico de divergência entre a realidade linguística e os julgamentos metalinguísticos, o que também confirma a marginalidade desse fenômeno e, ao mesmo tempo, pode ser um indício de seu recente surgimento. (KABATEK, 2004, p. 153, tradução nossa)²³

Mesmo com o impasse por parte dos falantes (o que sugere que o fenômeno esteja em um limiar entre a consciência e a não consciência), a variação no preenchimento da posição

²² Parte do que é apresentado nesta seção foi publicado na Web Revista Sociodialetto (SIQUEIRA, 2020b).

²³ No original: «étant donné l'existence réelle de ce phénomène, nous sommes probablement en présence d'un typique de divergence entre la réalité linguistique et les jugements métalinguistiques, ce qui confirme aussi la marginalité de ce phénomène et qui peut en même temps être un indice de son émergence récent» (KABATEK, 2004, p. 153).

determinante em contexto de possessivo pré-nominal é contemplada nos compêndios gramaticais. Said Ali (1931), em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, explica que o uso do artigo determinante junto à possessivos adjuntos age como um reforço, visto que o possessivo aliado ao artigo deveria melhor determinar o nome a que ele se refere, como também chamar a atenção antes para o possuidor do que para a coisa que era possuída (SAID ALI, 1931).

Na mesma linha que Said Ali (1931), Cunha e Cintra (2008) explicam que a escolha do preenchimento do artigo desempenha uma clara distinção significativa: o não preenchimento antes de possessivos passa uma simples ideia de posse; já com o preenchimento, “faz-se convergir a atenção para o objeto possuído, que se evidencia como distinto de outros da mesma espécie, não pertencentes à pessoa em causa” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 228).

Bechara (2015, p. 161, destaques do autor), por outro lado, defende que “no português, em que a presença do artigo junto ao possessivo adnominal tem sido marcado por um progressivo emprego da fase antiga à moderna, o uso do artigo em “*o meu livro*” é redundante”. Bechara (2015) opta por seguir a visão do determinante como um elemento redundante, que aparenta não desempenhar papel na construção do sentido, como Castro (2006) e Neves (2008). Como podemos perceber, instrumentos normativos apresentam explicações distintas para o mesmo fenômeno; apresentamos a seguir a perspectiva histórica da variação no preenchimento do determinante antecedendo possessivos, e o panorama atual desta variação.

2.2.1 Percurso histórico

O comportamento diacrônico do português europeu (PE) mostra que, até o século XIII, não havia artigos definidos preenchendo a posição de D em sintagmas (SAID ALI, 1931; MATTOS E SILVA, 1989). A partir do século XIX, a variação se estabiliza na língua, havendo uma predominância do preenchimento de artigo definido antecedendo possessivos no PE (SILVA, 1982; CALLOU; SILVA, 1997; RINKE, 2010). No PE atual, o uso de determinante no contexto em questão é categórico (MAGALHÃES, 2011).

Para Floripi (2008), o que houve no português foi uma competição entre gramáticas: havia uma gramática em que o possessivo não carregava definitude, preenchendo com o determinante, e havia uma gramática em que o possessivo por si só trazia esse traço, não preenchendo com o determinante: “em decorrência desta competição de gramáticas a língua sofreu modificações estruturais no sistema do possessivo: uma gramática extinguiu-se (tipo Francês) e a gramática vencedora (tipo Italiano) ainda passou por um processo de reanálise” (FLORIPÍ, 2008, p. 191). Hoje, domina uma gramática em que o possessivo precisa vir com

um determinante no PE. Magalhães (2011), ao considerar a variação no PE do século XVI ao século XIX, aponta que “podemos pensar que havia uma competição de gramáticas no PE que se estendeu até o século XIX” (MAGALHÃES, 2011, p. 141). No século XIX, período em que há a estabilidade, há a predominância da segunda gramática. Ainda para a autora, nessa competição de gramáticas há duas histórias diferentes: uma para Sintagmas Nominais e outra para Sintagmas Preposicionados: “quando o uso do possessivo sem artigo nos SNPs parece ser somente um resquício, o uso do possessivo com artigo começa a ganhar terreno no contexto de SPs e, mais, a variação neste contexto persiste ainda no século XIX, período em que o uso do artigo diante de possessivo nos SNPs passou a ser categórico” (MAGALHÃES, 2011, p. 134), o que demonstra comportamentos diferentes para sintagmas diferentes quanto ao preenchimento de D.

Rinke (2010), diferente de Floripi (2008) e Magalhães (2011), considera que essa variação não é advinda de uma mudança paramétrica entre diferentes gramáticas. Para ela,

o desenvolvimento diacrónico da combinação dos artigos definidos com os possessivos reflecte a difusão do artigo definido, que se estende no seu emprego, cada vez mais, aos contextos possessivos. A proposta é, mais precisamente, que não é o próprio pronome possessivo que sofre mudança, mas o artigo definido que, já existindo no português antigo, se estende aos contextos possessivos. (RINKE, 2010, p. 131)

É a funcionalidade do determinante que se estende a outros ambientes, havendo o preenchimento de artigo definido antecedendo possessivos. A autora ainda relaciona o artigo nesse contexto como um marcador discursivo, que foi progressivamente gramaticalizado na língua, agindo em contextos em que o sintagma nominal é interpretado como definido (RINKE, 2010).

Na história do português brasileiro,

o uso do artigo não cresceu como no PE. Dado que a colonização do Brasil só começou no século XVI, o ponto de partida do PB já deve ter tido uma maior frequência do artigo do que a língua medieval, mas enquanto a frequência em Portugal aumenta cada vez mais até uma generalização, o PB muda muito pouco (SCHEI, 2009, p. 20).

Schei (2009) apresenta os resultados descritos por Silva (1982), em seu *Estudo da regularidade dos possessivos no português do Rio de Janeiro*, por meio de textos do PB de antes do século XX. Estão inclusos textos de Pe. Antonio Vieira (Séc. XVII), texto da Câmara do Rio de Janeiro (Séc. XVII), documentos sobre a Inconfidência Mineira (Séc. XVIII) e texto literário de B. Guimarães (Séc. XIX).

Tabela 1: A evolução diacrônica do PB

<i>corpus</i>	frequência relativa de casos com artigo
Vieira	41%
Documentos séc XVII	11%
Documentos séc XVIII	34%
Bernardo Guimarães	26%

Fonte: Schei (2009, p. 20)

Na diacronia do PB, não houve uma generalização no preenchimento de D antecedendo possessivos, como ocorreu no PE a partir do século XIX. Analisando sete escritores oitocentistas²⁴ para observar o comportamento dessa variável no século XIX, Schei (2009, p. 31) nota que

Macedo e Bernardo só empregam o artigo em 34% e 21% dos casos, respectivamente, Aluísio e Machado o empregam em mais de 90% dos casos; em Machado o uso do artigo quase chega a ser categórico. Entre esses dois extremos encontram-se Almeida, Alencar e Taunay, com 62%, 68% e 74%, respectivamente.

Na história do PB, o artigo no contexto de possessivo pré-nominal já era variável desde o início da literatura no Brasil, perdurando até os dias atuais.

2.2.2 Panorama atual

No português falado, encontramos padrões diferentes de preenchimento do determinante antecedendo artigo. A fim sistematizar esses padrões, procedemos a uma revisão integrativa. Partimos dos trabalhos seminais, os primeiros desenvolvidos sobre a variação no preenchimento da posição determinantes antes de possessivos pré-nominais, pesquisando nas bases Google Acadêmico e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Essa pesquisa nos revelou a tese de Silva (1982) e seus desdobramentos, em Callou e Silva (1997) e Silva (1998a; 1998b).²⁵

Após a seleção dos trabalhos seminais, buscamos trabalhos desenvolvidos sobre o fenômeno em outras regiões, aplicando os seguintes critérios (Figura 1):

²⁴ A autora analisou romances de Joaquim Manoel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar, Bernardo Guimarães, Visconde de Tauany, Aluísio Azevedo e Machado de Assis.

²⁵ Esses trabalhos encontram-se disponíveis exclusivamente em formato impresso, o que dificultou o acesso.

- i) combinação dos termos *artigo definido + possessivo + variação e determinantes + possessivos + variação* para a pesquisa;
- ii) trabalhos publicados a partir do ano 2000 sobre o fenômeno;
- iii) até a página 10 das plataformas, por considerarmos que após essa página os resultados não seriam sobre os termos pesquisados;
- iv) apenas trabalhos com o português falado, com dados orais contemporâneos;
- v) publicados em periódicos com classificação mínima de B5 e dissertações.

Figura 1: Esquema de busca com os termos artigo + possessivo + variação e determinante + possessivo + variação

Fonte: elaborado pelo autor

As pesquisas apresentaram resultados similares. Todos que apareceram na segunda combinação também apareceram na primeira. A primeira combinação resultou em mais trabalhos. Os resultados são para os trabalhos de Campos Jr. (2011), Guedes (2019), Nazário (2007), Pereira (2017) e Sedrins *et al.* (2019). Com isso, juntando aos trabalhos seminiais, tínhamos um total de 9 pesquisas para descrever o comportamento variável no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais. Todavia, não conseguimos acesso à pesquisa de Nazário (2007), o que reduziu nosso número. Por apresentar o panorama de Sergipe, incluímos o trabalho de Siqueira (2020a). Com isso, retornamos ao total de 9 pesquisas sobre a temática.

Os trabalhos selecionados não abarcam todas as regiões do país: as descrições são do Nordeste (CALLOU; SILVA, 1997; PEREIRA, 2017; SEDRINS *et al.*, 2019; GUEDES, 2019; SIQUEIRA, 2020a), Sudeste (SILVA, 1982; 1998a; 1998b; CAMPOS JR., 2011; GUEDES, 2019) e Sul (CALLOU; SILVA, 1997). No Centro-oeste, encontramos o de Nazário (2007) que, como falamos, não conseguimos acesso. No Norte, nenhum trabalho foi encontrado na plataforma selecionada. Os resultados são apresentados na seção seguinte.

2.2.2.1 Resultados dos estudos

Callou e Silva (1997) constata, com dados de fala de cinco capitais brasileiras do *corpus* do Projeto Norma Urbana Culta (NURC), que os números para o não preenchimento são maiores nas cidades do Nordeste – Recife 40% (n= 39/98) e Salvador 34% (n= 30/87). As cidades do Sul e Sudeste apresentaram os menores percentuais para o não preenchimento – Porto Alegre 21% (n= 7/33), São Paulo 30% (n= 62/209) e Rio de Janeiro 30% (n= 119/399). Os resultados mostram associação entre a região geográfica da comunidade e o fenômeno (Gráfico 1).

Gráfico 1: Não preenchimento de D com base em Callou e Silva (1997)

Fonte: elaborado pelo autor, extraído de Callou e Silva (1997, p. 21)

Embora a amostra das autoras tenha sido diferente daquela desenvolvida no Brasil em estudos sociolinguísticos, visto que o *corpus* do NURC privilegia aspectos estilísticos e formais, e só com falantes com superior completo (FREITAG, 2019), o recorte de capitais de diferentes regiões do Brasil permite a comparação entre áreas dialetais, contribuindo para o mapeamento sociolinguístico do Brasil com a distribuição geográfica de variantes.

Silva (1982), analisando o português falado no Rio de Janeiro, identificou 57% de não preenchimento de D, em uma amostra constituída de: i) quatro informantes – um homem e três

mulheres – sendo três deles alunos de curso superior e um do então segundo grau; ii) cinco jovens (15-22 anos) – três homens e duas mulheres – semialfabetizados, que faziam parte do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

A autora considerou as variáveis *especificidade, parentesco, número, posição sintática e ambiente fonológico anterior ao artigo*. Os resultados a levaram a considerar que “as variáveis atuantes estavam mais relacionadas com os artigos do que com os possessivos” (SILVA, 1998a, p. 127).

Em um novo estudo, com dados do *Corpus Censo* (coletados no início dos anos 80), também no Rio de Janeiro, Silva (1998a) controla outras variáveis linguísticas, de nível semântico-discursivo, como *status informacional e não-parente*, subdividida entre *parente, relações humanas, possuídos não-inerentes, possuídos inerentes e partes do corpo*. A autora procurou refinar as variáveis, no caso a variável *parentesco*, para observar se o comportamento linguístico era o mesmo ou se havia alguma alteração.

Silva (1998b), também com base no *Corpus Censo*, insere variáveis sociais no fenômeno. A autora controlou *escolarização* (primário, ginásio e 2º grau), *idade* (de 7-14 anos; 15-25 anos; 26-49 anos; e 50-71 anos) e *sexo* (masculino e feminino), além da variável não estratificada *atuação da mídia e do mercado ocupacional*. Nesses dois estudos, a taxa do não preenchimento do determinante corresponde a 47% (2018/4299).

Descrevendo o português falado no Espírito Santo, Campos Jr. (2011), com uma amostra composta por 20 falantes da cidade de Vitória do banco de dados do Projeto PORTVIX (Português falado na cidade de Vitória/ES), identificou 67% (685/1016) de não preenchimento. Como preditoras da variação, Campos Jr. (2011) controlou o efeito de *ausência/presença e tipo de preposição, tipo do possessivo e outras formas, natureza do possuído, nível de escolaridade e gênero do falante*.

Na região Nordeste, Pereira (2017), analisa o fenômeno em 48 entrevistas informais coletadas em duas cidades de Pernambuco: 24 em Serra Talhada e outras 24 em Carnaíba (PEREIRA, 2017). Os resultados mostram que falantes de Serra Talhada não preenchem mais D que os de Carnaíba, com 72% (250/351) e 77% (226/293) respectivamente. Como preditoras da variação, Pereira (2017) controlou a *função sintática* e o cruzamento entre *função sintática e tipo de preposição*.

Sedrins *et al.* (2019) restringiram a análise aos dados de Carnaíba, com as mesmas 24 entrevistas do município do corpus de Pereira (2017). Nesse estudo, também foi controlada a função sintática desempenhada pelo possessivo pré-nominal além do *tipo de preposição, SN*

isolado, status informacional e valor semântico do SN (SEDRINS *et al.*, 2019), a frequência de não preenchimento é de 77% (226/293).

Considerando a diferenciação geográfica, Guedes (2019) estudou a fala de paraibanos que migraram para São Paulo em contraste com a fala de paulistanos e paraibanos não migrantes (GUEDES, 2019). A autora constatou que os paraibanos migrantes (Amostra PBSP) apresentam comportamento linguístico mais semelhante aos paulistanos (Amostra SP) quanto ao não preenchimento da posição D (49% e 46% respectivamente) do que aos paraibanos não migrantes (Amostra PB) (58%). A autora não disponibilizou os números absolutos.

Na Amostra PBSP, a autora observou incidência da *função sintática* e do *tipo de sintagma* sobre o não preenchimento. Guedes (2019) conclui que há polarização Nordeste vs. Sudeste em relação ao uso de artigos, já que seus dados seguem o mesmo comportamento dos de Callou e Silva (1997), sugerindo que a variável é indicadora da região geográfica de origem do indivíduo.

Siqueira (2020a), analisando a fala de estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) com base em 32 entrevistas da amostra Deslocamentos (2019), observou que nessa amostra prevalece o não preenchimento, com 53% (699/1268). Quanto à região de origem, os falantes do Deslocamento 4 (não naturais de Sergipe que se mudaram para estudar na UFS) preenchem menos, com 51,4% (164/319), do que os falantes do Deslocamento 3 (oriundos do interior de Sergipe que se mudaram para próximo à UFS) com 55,4% (159/287).

Por tempo no curso, ao final do curso (do 7º período para cima) há menos não preenchimento, com 48,1% (311/646), sugerindo que há influência do contato entre os falantes na comunidade, visto que no início (do 3º período para baixo) a taxa de não preenchimento é de 57,6% (358/622). Considerando o fenômeno apenas no português sergipano (removendo os falantes do Deslocamento 4) o não preenchimento é de 53,2% (505/949).

A metodologia das pesquisas é apresentada no Quadro 5:

Quadro 5: Organização da amostra das pesquisas

Autores	Amostras
Callou e Silva (1997)	Mais de 1500 horas de gravação realizadas na década de 70, com falantes de ambos sexos, nascidos nas capitais alvo, com ensino superior completo, distribuídos em três faixas etárias (25 a 35 anos; 36 a 55 e acima de 56), gravados em aulas e conferências, diálogos informais e entrevistas.
Silva (1982)	Entrevistas com três alunos de curso superior e um do então segundo grau e cinco jovens semialfabetizados que faziam parte do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)
Silva (1998a; 1998b)	Entrevistas coletas entre os anos 1980 e 1983, em diversos bairros do Rio de Janeiro, estratificado em sexo (masculino e feminino), faixa etária (15-25 anos, 26-49, e acima de 50 anos) e escolaridade (1º e 2º

	ciclos do ensino fundamental e ensino médio), sendo representativo da variedade popular, visto que não conta com informantes do nível superior.
Campos Jr. (2011)	Vinte entrevistas realizadas em 2002 com falantes nascidos e residentes em Vitória, ES, estratificados em gênero (masculino e feminino), faixa etária (7-14 anos, 15-25, 26-49, e acima de 50 anos), escolaridade (fundamental, médio e universitário).
Pereira. (2017)	24 entrevistas informais em Serra Talhada (PE) e 24 entrevistas informais em Carnaíba (PE), com duração mínima de 10min cada, estratificadas em sexo (masculino e feminino), faixa etária (6-17 anos, 18-35, e acima de 35 anos) e escolaridade (fundamental, médio e superior).
Sedrins <i>et al.</i> (2019)	24 entrevistas informais em Carnaíba (PE), com duração mínima de 10min cada, estratificadas em sexo (masculino e feminino), faixa etária (6-17 anos, 18-35, e acima de 35 anos) e escolaridade (fundamental, médio e superior).
Guedes (2019)	8 informantes paraibanos migrantes (Amostra PBSP) estratificadas em sexo (masculino e feminino), faixa etária (15-34 anos, 35-49, e acima de 50 anos), e escolaridade (até ensino médio e superior).
Siqueira (2020a)	32 entrevistas com duração de 40-60 min cada, com informantes da amostra Deslocamentos (2019), estratificada em gênero (masculino e feminino), tempo no curso (do 3º período para baixo e do 7º para cima) e deslocamento (naturais e residentes de Aracaju que vão e voltam para a UFS todo dia; naturais e residentes do interior de Sergipe que vão e voltam para a UFS todo dia; naturais do interior de Sergipe que se mudaram para a Grande Aracaju; e naturais de outros estados que se mudaram para a Grande Aracaju).

Fonte: elaborado pelo autor

Nenhuma das pesquisas apresenta amostra com perfil de estratificação similar, o que inviabiliza uma comparação direta. Na pesquisa de Silva (1982) só há 9 informantes, polarizados entre 4 universitários e 5 alfabetizandos do projeto MOBREAL; em sua pesquisa de 1998, a estratificação já é maior, abarcando outros níveis de escolarização (primário, ginásio e 2º grau) e outros níveis de faixa etária (de 7-14 anos; 15-25 anos; 26-49 anos; e 50-71 anos), além da estratificação sexo (feminino e masculino). Callou e Silva (1997) usam dados apenas de falantes com superior completo, além de seus dados serem diversificados em relação a coleta.

A amostra do estudo de Campos Jr. (2011) é composta por 20 informantes, estratificados segundo gênero (masculino e feminino), escolaridade (fundamental, médio e universitário) e faixa etária (07-14 anos; 15-25; 26-49; e 50 acima), essa última similar a Silva (1998a; 1998b). As amostras de Pereira (2017) e Sedrins *et al.* (2019) são compostas por 24 em cada município, estratificado segundo sexo (masculino e feminino), escolaridade (fundamental, médio e superior), e faixa etária (06 a 17 anos; 18 a 35; acima de 35 anos), com tempo mínimo de 10 minutos, o que pode resultar em poucos contextos para a ocorrência de situações de possessivos.

Diferenças nas amostras levam a diferenças nos resultados (FREITAG; ROST-SNICHELOTTO, 2015). Não podemos esperar que falantes do MOBREAL se comportem

linguisticamente da mesma forma que falantes do fundamental, médio e ensino superior. As diferenças podem ser resultado da constituição das amostras, e não apenas dos condicionantes linguísticos.

Quadro 6: Resultados para o não preenchimento da posição D antes de possessivos pronominais no PB contemporâneo

Autores	Corpora	Considerações/resultados
Callou e Silva (1997)		
Porto Alegre 21% (7/33) Salvador 34% (30/87) São Paulo 30% (62/209) Recife 40% (39/98) Rio de Janeiro 30% (119/399)	Projeto Norma Urbana Culta (NURC)	Variáveis linguísticas: <i>sintagma nominal</i> e <i>preposicionado</i> não há predomínio do não preenchimento; na <i>natureza do possuído</i> , o não preenchimento ocorre com <i>parentes</i> (56%)
Silva (1982) 57% nos dados orais	9 informantes (três alunos de curso superior e um do então segundo grau; cinco jovens semialfabetizados que faziam parte do Movimento Brasileiro de Alfabetização)	Variáveis linguísticas: possessivo <i>seu</i> como inibidor do preenchimento; especificidade e sintagmas preposicionados correlacionados ao preenchimento;
Silva (1998a) 47% (2018/4299)	Corpus Censo (Rio de Janeiro)	Variáveis linguísticas: <i>elemento não novo</i> (1637/2615 = 63%); <i>parentes</i> (1467/2223 = 66%); <i>relações humanas</i> (121/202 = 60%); <i>possuído não-inerente</i> (261/478 = 55%)
Silva (1998b) 47% (2018/4299)	Corpus Censo (Rio de Janeiro)	Variáveis sociais: escolaridades <i>primário</i> (892/1404 = 64%) e <i>ginásio</i> (764/1205 = 63%); faixas etárias <i>7-14 anos</i> (541/771 = 70%) e <i>15-25 anos</i> (610/965 = 64%); sexo <i>masculino</i> (862/1324 = 52%) e <i>feminino</i> (1160/1939 = 60%); atuação da <i>mídia média</i> (742/1216 = 61%) e <i>fraca</i> (217/341 = 64%); atuação do mercado ocupacional <i>média</i> (759/1315 = 58%) e <i>fraca</i> (420/732 = 57%)
Campos Jr. (2011) 67% (685/1016)	PORTVIX (2002), 20 informantes nascidos e residentes em Vitória, ES	Variáveis linguísticas: preposição <i>com</i> (43/62 = 69%); <i>3PS (seu/sua)</i> (11/13 = 85%), <i>reduplicado (mamãe/papai)</i> (54/59 = 92%), <i>2PS (seu/sua)</i> (53/87 = 61%); <i>parentesco</i> (489/644 = 76%), <i>não-parente</i> (50/83 = 60%), <i>partes do corpo</i> (14/23 = 61%), <i>abstrações não-únicas</i> (48/88 = 55%), <i>objetos não-inerentes</i> (29/57 = 51%) e <i>abstrações únicas</i> (30/59 = 51%). Variáveis sociais: <i>ensino fundamental</i> (367/507 = 72%), <i>ensino médio</i> (158/256 = 62%), <i>ensino universitário</i> (160/253 = 63%).
Pereira (2017) Serra Talhada 72% (250/351)	24 entrevistas informais	Variáveis linguísticas: funções sintáticas de <i>sujeito</i> (63/76 = 83%), <i>antitópico</i> (33/37 = 89%), <i>tópico</i> (26/41 = 63%), <i>objeto direto</i> (24/35 = 67%), <i>objeto indireto</i> (18/33 = 54,5%), <i>adjunto de nome</i> (67/89 = 76%) e

		<i>predicativo</i> (22/26 = 85%); preposição <i>com</i> (47/63 = 75%) e <i>por</i> (1/1 = 100%).
Sedrins <i>et al.</i> (2019) Carnaíba 77% (226/293)	24 entrevistas informais em Carnaíba, PE	Variáveis linguísticas: preposição <i>com</i> (47/58 = 81%); funções de <i>objeto indireto</i> (20/39 = 51%), <i>objeto direto</i> (49/63 = 78%), <i>sujeito</i> (47/58 = 81%), <i>adjunto de nome</i> (74/91 = 84%), <i>tópico</i> (8/12 = 67%), <i>complemento de nome</i> (21/22 = 95,5%) e <i>antitópico</i> (7/8 = 87,5).
Guedes (2019) 49% para os migrantes	8 informantes paraibanos migrantes (Amostra PBSP)	Variáveis linguísticas: ausência de preposição (63%); gênero do possessivo masculino (58%); funções de <i>objeto direto</i> (69%), <i>predicativo</i> (67%), <i>sujeito</i> (57%) e <i>tópico</i> (52%).
Siqueira (2020a) UFS 53% (699/1268)	32 informantes da amostra Deslocamentos (2019)	Variáveis linguísticas: <i>sintagma nominal</i> (71,3%); traços semânticos de <i>humano</i> (65,8%); contexto de <i>dado</i> (55,1%). Variáveis sociais: falantes do Deslocamento 3 (55,4%), Deslocamento 1 (52,6%), Deslocamento 2 (51,7%) Deslocamento 4 (51,4%); alunos do <i>início</i> do curso (57,6%).

Fonte: elaborado pelo autor

Há um padrão em relação aos condicionadores elencados para descrição do fenômeno, com variáveis linguísticas presentes em quase todas as pesquisas, exceto em Silva (1998b). Nos sintagmas em que não há preposições, os *sintagmas nominais*, há maior predomínio do não preenchimento do que em sintagmas com preposições, em que o preenchimento é alto (CALLOU; SILVA, 1997; GUEDES, 2019; SIQUEIRA, 2020a). As preposições que não podem se contrair com o determinante são as mais alçadas nesse processo. Em casos em que o artigo pode se combinar com a preposição, há menos recorrência de não preenchimento (GUEDES, 2019; SIQUEIRA, 2020a).

A função sintática também têm efeito sobre a variação. A maioria das funções apresenta predomínio do não preenchimento, principalmente as de *sujeito*, *predicativo* e *objeto direto*. O predomínio do não preenchimento é menor quando a função sintática necessita de preposição, como em *adjunto adverbial*, *objeto indireto*, *genitivo* e *complemento nominal* (GUEDES, 2019; PEREIRA, 2017).

Os resultados quanto ao sintagma e à função sintática sugerem condicionamento gramatical para a variação, na medida em que diferentes tipos de sintagmas e diferentes tipos de funções sintáticas apresentam variações no predomínio do não preenchimento.

Os condicionamentos semânticos e pragmáticos também foram controlados, via *status informacional*, com menos preenchimento em situações de informações *dadas* (SILVA, 1998a; SIQUEIRA, 2020a). O *tipo de posse* (também nomeada *parentesco* e *traço semântico*) apresenta efeito de condicionamento: Em Campos Jr. (2011), *parentes* teve maior recorrência de não preenchimento, resultado similar ao de Silva (1998a), em que também *parentes* apresenta maior porcentagem de não preenchimento, seguido por *relações humanas* e *possuído não-inerente*. Em Siqueira (2020a), o traço de *pessoa* é o único que apresenta predomínio do não preenchimento. A pessoa do possessivo tem relação com o não preenchimento, principalmente os possessivos *seu/sua* referentes a 2PS e a 3PS (SILVA, 1982; CAMPOS JR., 2011).

Quanto à *escolaridade*, enquanto em Silva (1998b) são os falantes do *primário* e *ginásio* que mais não preenchem D, em Campos Jr. (2011) são os falantes do *ensino fundamental* e *ensino universitário*. Como ponto em comum entre esses dois trabalhos, são os falantes do *ensino médio* ou *ginásio* que menos preenchem D.

Quanto ao *sexo*, tanto em Silva (1996b) quanto em Campos Jr. (2011), os *homens* apresentam predomínio do não preenchimento. As *mulheres*, ainda assim, também apresentam comportamento para o não preenchimento (SILVA, 1998b). Os dados quanto *faixa etária* só foram apresentados na pesquisa de Silva (1998b), em que todas as faixas etárias apresentam predomínio do não preenchimento.

Há estabilidade em relação às variáveis controladas: nos estudos que controlam a mesma variável, os resultados são próximos. O condicionamento linguístico é de natureza tanto sintática quanto semântica e pragmática. Se há essa similaridade, por que estudos diferentes apresentam variação nos resultados? A variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais é sensível ao fator dialetal, geográfico, o que incide sobre os resultados.

2.2.2.2 *Padrões dialetais na variação*

A variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais tem caráter dialetal: diferentes comunidades geograficamente localizadas apresentam padrões de preenchimento diferentes; “em Portugal e no Sul do Brasil, o artigo definido e o possessivo co-ocorrem normalmente, enquanto no Norte e Nordeste do Brasil o artigo é normalmente ausente” (LUCCHESI, 1993, p. 91, tradução nossa).²⁶

²⁶ No original: “in Portugal and the south of Brazil, the definite article and the possessive normally co-occur, whereas in northern and northeast Brazil the article is normally absent” (LUCCHESI, p. 1993, p. 91).

O estudo de Callou e Silva (1997) serve como base para observarmos diferenciação dialetal entre as diferentes regiões. Contudo, a amostra apresenta uma distribuição assimétrica tanto internamente (visto que algumas capitais tem mais de 100 ocorrências, enquanto outras menos que 30), quanto em relação às outras pesquisas, que apresentam números acima de 100 ocorrências.

A pesquisa de Guedes (2019), por sua vez, ajuda-nos a entender que migrantes tendem a adotar o comportamento linguístico de sua nova comunidade, já que a região de origem do falante migrante, a Paraíba, apresenta comportamento para o não preenchimento, diferente do seu local alvo de migração, São Paulo, em que há predomínio do preenchimento.

Siqueira (2020a), ao analisar a fala de estudantes por meio de variáveis como *deslocamento e tempo no curso*, observou que a região de origem do falante e a sua integração em termos de tempo na universidade apresentam incidência sobre a variação, visto que falantes do interior do estado não preenchem mais, na medida em que falantes externos ao estado não preenchem menos. Além disso, ao *início* do curso, os níveis do não preenchimento são maiores em comparação ao *final*, indicando “que esses alunos aumentam o uso do artigo na medida em que avançam na universidade” (SIQUEIRA, 2020a, p. 28).

A distribuição do fenômeno pelo Brasil, a partir dos estudos incluídos na revisão integrativa, permite observar se há similaridades/diferenças entre as regiões quanto aos resultados (Figura 2).

Figura 2: Distribuição do não preenchimento da posição D no português brasileiro

Fonte: elaborado pelo autor

Na Figura 2, os dados referentes a João Pessoa são os de Guedes (2019); Carnaíba e Serra Talhada são de Pereira (2017) e Sedrins *et al.* (2019); Recife, Salvador e Porto Alegre são de Callou e Silva (1997); os da UFS são de Siqueira (2020a); os dados de Vitória são os de Campos Jr. (2011); em São Paulo, Callou e Silva (1997) e Guedes (2019), respectivamente; no Rio de Janeiro, os percentuais são, respectivamente, de Silva (1982), Silva (1998a; 1998b) e Callou e Silva (1997).

Nos dados do Nordeste, há percentual de 58% para João Pessoa (PB), 77% (226/293) para Carnaíba (PE), 72% (250/351) para a cidade de Serra Talhada (PE), 40% (39/98) para Recife (PE), 53% (699/1268) para a Universidade Federal de Sergipe (SE) e 34% (30/87) para Salvador. No Sudeste, observamos um percentual de 67% (685/1016) para a cidade de Vitória (ES), três percentuais para o Rio de Janeiro (RJ), 57%, 47% (2018/4299) e 30% (119/399), e dois percentuais para São Paulo (SP), 30% (39/98) e 46%. No Sul só há dados para a cidade de Porto Alegre (RS), com 21% (7/33).

Embora as pesquisas apresentem metodologias diferentes, com amostras diferentes, considerando os percentuais gerais de distribuição, para o Sul e Sudeste, os números do não preenchimento são menores, enquanto para o Nordeste, são maiores. Por outro lado, na cidade de Vitória, localizada no Sudeste, o comportamento é mais similar ao do Nordeste, diferenciando-se dos outros resultados para a região, como também os resultados de Callou e Silva (1997) apresentam percentuais diferentes de todas as outras pesquisas, visto a diversificação na amostra, já que conta apenas com falantes com nível superior, em elocuições formais. Excluindo esses dados, as demais pesquisas com o português falado no Nordeste apresentam predomínio do não preenchimento.

Esses resultados sustentam a hipótese de que há efeito dialetal na variação do preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais em português, como sugere Lucchesi (1993). Nos estados alvos de nosso estudo, encontramos pesquisas sobre Bahia e Sergipe. Ainda assim, os resultados são divergentes, já que nos dados da Bahia de Callou e Silva (1997) há predomínio do preenchimento, enquanto em Siqueira (2020a) em Sergipe há o não preenchimento. Por isso, assumimos como padrão o não preenchimento de D, visto o comportamento do estado de Sergipe e de outras pesquisas no Nordeste apontarem para o menor uso do artigo no contexto de possessivos pré-nominais.

Na próxima seção, apresentamos uma perspectiva teórico-metodológica para explicar diferenças dialetais (caracterização, difusão e implementação na comunidade) e os efeitos de deslocamentos e contatos linguísticos como condicionantes da variação.

3. MUDANÇA DIALETAL: DESLOCAMENTOS E CONTATOS

Como vimos, no português brasileiro há variação no preenchimento da posição determinante em contextos de possessivo pré-nominal e há efeito da região do falante no condicionamento dessa variação. Nesta seção, apresentamos a perspectiva da Sociolinguística Variacionista para explicar porque diferentes comunidades apresentam comportamento linguístico diferente, considerando os processos de difusão da variação, migração e contato linguístico como condicionantes da mudança no repertório linguístico do falante, sempre estabelecendo relação com a comunidade sob estudo, a Universidade Federal de Sergipe. Usamos como base discussões apresentadas em Labov (2006; 2008), Britain (2006; 2008), Trudgill (1986), entre outros.

3.1 ESPACIALIDADE E VARIAÇÃO REGIONAL

Desde os primeiros estudos de orientação variacionista, focados na relação entre língua e sociedade (cf. LABOV, 1972; 2006; 2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), pontua-se que o estudo da comunidade é mais importante do que o indivíduo quando se descreve a língua (LABOV, 2006), em outras palavras, “a linguagem dos indivíduos não pode ser compreendida sem o conhecimento da comunidade da qual eles são membros” (LABOV, 2006, p. 05, tradução nossa).²⁷ A língua, um elemento social, é compartilhada por membros de uma comunidade; suas realizações dependem dos contextos sociais, linguísticos, culturais e geográficos nos quais os indivíduos estão inseridos.

Labov (2006), em seu estudo sobre a língua falada na comunidade do *Lower East Side*, área periférica de Nova Iorque, evidencia que a realização de cinco variáveis fonológicas reflete relações com a estrutura social da comunidade: i) /r/ exibe uma fina estratificação social com base na classe socioeconômica; ii) /th/ e /dh/ apresentam uma estratificação mais acentuada; iii) /æh/ exibe um padrão geral de estratificação com uma irregularidade interna; e iv) /oh/ aponta que há uma distribuição curvilínea em que a classe trabalhadora e a classe média baixa parecem liderar a mudança linguística em progresso.

Contudo, a descrição feita por Labov (2006) foi realizada a partir da língua falada em uma comunidade geograficamente localizada, uma comunidade específica. Os dados são referentes ao inglês falado apenas naquela área, não ao inglês de outras partes dos Estados

²⁷ No original: “the language of individuals cannot be understood without knowledge of the community of which they are members” (LABOV, 2006, p. 05).

Unidos, ou de outros países que possuem o inglês como língua oficial. A variação regional, a diferença no comportamento linguístico entre regiões, não foi considerada em sua pesquisa, não era seu objetivo. Britain (2008, p. 607, tradução nossa) destaca que, nas pesquisas de Labov (2006), a “espacialidade foi largamente ignorada. Relações sociais e estruturas sociais foram quantificadas e correlacionadas com outras estruturas sociais, ou no caso da dialetologia sociolinguística, com variáveis linguísticas (Labov 1966)”.²⁸ Com a ênfase nas relações sociais e as estruturas sociais, pouco espaço foi dado à geografia, ao espaço, nos estudos sobre a língua. Ainda assim,

Labov (1982), em sua revisão dos primeiros 20 anos do variacionismo, separou firmemente contribuições "espaciais" para a mudança de linguagem do "social" e tratou o estudo da heterogeneidade linguística no espaço, sociedade e tempo como uma "aliança natural" (1982: 20), mas de disciplinas separadas. Os geógrafos do dialeto estudam a linguagem no espaço e, ele diz, os sociolinguistas estudam a heterogeneidade na sociedade. (BRITAIN, 2008, p. 608, tradução nossa)²⁹

Mesmo que Labov (1982) considere a espacialidade na variação e mudança linguística, ele separa a espacialidade da sociedade. A espacialidade, o estudo de padrões geográficos para a língua era, até então, descrita pela Dialetologia, ramo da linguística que aborda, entre outros elementos, variáveis geográficas em suas análises, com aspectos lexicais e fonológicos (CHAMBERS; TRUDGILL, 2004). A divisão entre essas metodologias leva Labov (1994, p. 25, tradução nossa) a propor essa “aliança natural entre a dialetologia geográfica, sociolinguística, fonética, e a linguística histórica – campos que compartilham um interesse comum em dados objetivos”,³⁰ como referido por Britain (2008).

Contudo, se o foco dos sociolinguistas é estudar a heterogeneidade na sociedade, não podemos considerar que a sociedade esteja deslocada da espacialidade, que ela esteja removida de aspectos geográficos. O desenvolvimento de estudos geográficos da língua por meio da Dialetologia por um lado, com a descrição de padrões linguísticos correlacionados à sociedade por outro, propiciou o desenvolvimento de uma Sociolinguística que abarca padrões geográficos diferentes, uma Sociolinguística que abarca a variação regional.

²⁸ No original: “spatiality was largely ignored. Social relations and social structures were quantified and correlated with other social structures, or in the case of sociolinguistic dialectology, with linguistic variables (Labov 1966)” (BRITAIN, 2008, p. 607).

²⁹ No original: "Labov (1982), in his review of the first 20 years of variationism, firmly separated “spatial” contributions to language change from the “social,” and treated the study of linguistic heterogeneity in space, society, and time as a “natural alliance” (1982: 20) but of separate disciplines. Dialect geographers study language in space and, he says, sociolinguists study heterogeneity in society” (BRITAIN, 2008, p. 608).

³⁰ No original: “natural alliance of dialect geography, sociolinguistics, phonetics, and historical linguistics - fields that share a common interest in objective data” (LABOV, 1994, p. 25).

Comunidades geográficas diferentes possuem padrões linguísticos diferentes: países que falam a mesma língua, como Brasil e Portugal, possuem formas diferentes de dizer algo com o mesmo valor de verdade; estados diferentes do Brasil, como São Paulo e Paraíba, também possuem, como em Guedes (2019); regiões diferentes dentro do mesmo estado apresentam comportamento linguístico diferente, como em Pereira (2017) e Sedrins *et al.* (2019).

Do ponto de vista interno à língua, diferenças linguísticas podem afetar todos os níveis da gramática: a variação pode ocorrer no nível fonético (como a gradiência na palatalização, em realizações como em “tia”, “dia”); no fonológico (realização palatalizada de formas como “tia” e “dia”); no morfológico (alternância entre “tu” e “você”); no morfofonológico (redução do gerúndio, como “andamu”); no morfossintático (redução de marcas de plural, como em “tu anda”); no sintático (uso dos clíticos, como em “me empreste > empreste-me”); no discursivo (marcadores discursivos são os estudos mais comuns, como “né”, “então” etc.); e no lexical (como o uso diferenciado para se referir ao mesmo tubérculo em “aipim”, “mandioca” e “macaxeira”).

Diferenças na gramática da língua entre regiões configuram uma variedade da língua, o padrão de realização da língua de uma determinada comunidade. As variedades, as diferenças linguísticas com base em padrões regionais também podem ser chamadas de dialetos. Para Chambers e Trudgill (2004, p. 05, tradução nossa), “‘dialeto’ [...] se refere às variedades que são gramaticalmente (e talvez lexicalmente) como também fonologicamente diferentes de outras variedades”.³¹ Em outras palavras, um dialeto X é uma variedade da língua que é usada em lugar X (BRITAIN, 2009).

Observemos a seguinte experiência: se sairmos de determinado ponto do Brasil, digamos Aracaju (SE), e formos viajando de cidade por cidade dentro do estado de Sergipe, perceberemos diferenças no modo como as pessoas falam, sejam diferenças no nível fonológico, sintático ou lexical, sejam diferenças sutis ou diferenças abruptas. Se continuarmos nossa viagem, e passarmos pela Bahia, veremos que as variedades lá faladas são, além de diferentes do nosso ponto de partida, também diferentes das variedades faladas em outras cidades sergipanas. Quanto mais longe estivermos de nosso ponto de partida, mais diferenças haverá no modo como as pessoas falam, em como se caracteriza a variedade linguística desses lugares. Essas diferenças representam dialetos.

Segundo Boberg *et al.* (2018, p. 01, tradução nossa), “diferenças dialetais são causadas por duas forças operando em conjunto: a mudança linguística e a expansão de comunidades de

³¹ No original: “‘Dialect’, on the other hand, refers to varieties which are grammatically (and perhaps lexically) as well as phonologically different from other varieties” (CHAMBERS; TRUDGILL, 2004, p. 05).

fala”.³² A mudança linguística está presente em todas as línguas e ocorre em todas as comunidades, representando um processo pelo qual uma forma linguística é mais generalizada em detrimento de outra, havendo o domínio da primeira, e o apagamento da segunda. Com a mudança, diferentes comunidades desenvolvem diferentes formas de dizer algo, havendo uma diferenciação dialetal. Se uma mudança ocorre na gramática da língua de comunidade X, e não ocorre na gramática de comunidade Y, haverá diferenças entre essas duas comunidades.

Quando uma comunidade “se expande suficientemente através de um território, [...] a rede de comunicação interpessoal que difunde mudanças entre seus membros é interrompida [...] fazendo com que seja impossível para a mudança se difundir uniformemente através de toda a comunidade” (BOBERG *et al.*, 2018, p. 01, tradução nossa).³³ Ocorre a difusão não uniforme de novas variáveis dentro dessa comunidade, levando a alterações em seus padrões linguísticos, que podem ou não apresentar comportamento similar a outras comunidades.

As fronteiras entre os dialetos não são fixas, há um contínuo dialetal. Esse contínuo implica que “como as áreas de dialeto não podem ser nitidamente delimitadas devido a variáveis individuais [...] seguindo diferentes padrões de variação regional [...], também devem ser esperadas transições graduais entre áreas de dominância de variantes para variáveis individuais” (JESZENSZKY *et al.*, 2018, p. 78, tradução nossa).³⁴ Não há um ponto onde começa e termina um dialeto, há uma área transicional, com a confluência de dois ou mais dialetos em uma mesma área. Nos termos de Galton (2003, p. 169, tradução nossa), “uma área de transição pode ser representada analogicamente *como* uma área de transição, com os valores intermediários do campo representando diretamente a gradação na realidade subjacente”.³⁵ Em Sergipe, por exemplo, não temos como afirmar onde começa e termina um dialeto. Podemos percorrer todo o estado e passar por diferentes áreas – rurais ou urbanas. A língua que encontraríamos nesse percurso estaria num contínuo de transição, em que determinadas áreas apresentariam confluência dialetal, uma mistura de dois ou mais dialetos.

Com isso, além dos condicionantes sociais que podem agir sobre a variação linguística, a região geográfica da comunidade também exerce influência sobre a constituição de uma

³² No original: “dialect differences are caused by two forces operating in tandem: language change and the expansion of speech communities” (BOBERG *et al.*, 2018, p. 01).

³³ No original: “expands sufficiently across a territory, [...] the network of interpersonal communication that diffuses changes among its members is disrupted [...] make it impossible for change to diffuse evenly across the entire community” (BOBERG *et al.*, 2018, p. 01).

³⁴ No original: “since dialect areas cannot be sharply delimited due to individual variables [...] following different patterns of regional variation [...], gradual transitions ought to be expected between dominance areas of variants for individual variables as well” (JESZENSZKY *et al.*, 2018, p. 78).

³⁵ No original: “a transition zone can be represented analogically as a transition zone, with the intermediate field values directly representing the gradation in the underlying reality” (GALTON, 2003, p. 169).

variedade, já que comunidades diferentes possuem comportamentos linguísticos diferentes. Nessa diferenciação dialetal, há uma gradiência em relação às comunidades geograficamente diferentes e seus dialetos, visto que não há fronteiras dialetais fixas. Por isso, precisamos explicar como há a difusão dessas formas em outras comunidades, o que apresentamos na seção seguinte.

3.2 DIFUSÃO GEOGRÁFICA DE VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

Labov (2008) explica a mudança linguística em três estágios: a origem da mudança, sua propagação, e, por fim, seu término. O primeiro passo é observar onde surge a mudança. Para o autor, “na sua *origem*, uma mudança é uma das inúmeras variações confinadas ao uso de algumas pessoas” (LABOV, 2008, p. 152, grifos do autor). Estando confinada a algumas pessoas, a mudança encontra-se estagnada no espaço e no tempo, não aumentando o seu uso. A mudança só irá ser continuada a partir da sua *propagação*, em que “a mudança é adotada por números tão amplos de falantes que ela passa a contrastar com a forma mais antiga ao longo de uma ampla frente de interação social” (LABOV, 2008, p. 152). A última etapa é o *término*, em que “a mudança alcança regularidade pela eliminação de variantes concorrentes” (LABOV, 2008, p. 152). Se antes havia a concorrência de duas ou mais formas, ao término haverá a realização de apenas uma. Nosso foco é a propagação.

A propagação, ou difusão, é entendida como a ampliação no uso da variante em termos espaciais, ou seja, a expansão em seu uso em uma grande parte de indivíduos em diversas comunidades. Segundo Chambers e Trudgill (2004, p. 167, tradução nossa), “mudanças linguísticas podem se espalhar de um grupo social para outro grupo social (difusão sociolinguística); de palavra para palavra (difusão lexical); e de um ambiente linguístico para outro (difusão linguística). As mudanças também podem [...] se espalhar de um lugar para lugar”.³⁶ Consideramos aqui a difusão de lugar para lugar, por se relacionar com a pesquisa que desenvolvemos, como também porque a difusão espacial reflete os outros tipos de difusão (CHAMBERS; TRUDGILL, 2004).

Em uma mudança de lugar para lugar, a propagação sai de um ponto geográfico e se destina a outros pontos. Britain (2006) apresenta três modelos de difusão de formas linguísticas de lugar para lugar: modelo de onda de difusão (*wave-model diffusion*), hierarquia urbana de difusão (*urban hierarchy diffusion*) e difusão contrahierárquica (*contrahierarchical diffusion*).

³⁶ No original: “linguistic changes may spread from social group to social group (sociolinguistic diffusion); from word to word (lexical diffusion); and from one linguistic environment to another (linguistic diffusion). They may also [...] in this book, spread from place to place” (CHAMBERS; TRUDGILL, 2004, p. 167).

O *modelo de onda de difusão* “depende apenas do atrito da distância, é o modelo de difusão de 'ondas' ou contágios pelo qual as inovações, ao longo do tempo, irradiam a partir de um ponto central, atingindo locais próximos antes daqueles mais distantes” (BRITAIN, 2006, p. 655, tradução nossa).³⁷ Na difusão baseada no modelo de onda, a inovação atinge as comunidades mais próximas para depois atingir as mais distantes. Se uma inovação linguística começasse no centro de Aracaju, primeiro essa inovação acertaria as comunidades mais próximas, os bairros mais próximos, seguindo para os mais distantes, e assim além.

O modelo *difusão contrahierárquica* apresenta, como o nome diz, uma inversão em relação a hierarquia urbana (BRITAIN, 2006). Segundo Britain (2008, p. 626, tradução nossa), “às vezes, e possivelmente por razões de marcação de identidade e rejeição da entrada de formas e os valores que elas representam, inovações difundem contra a hierarquia urbana”.³⁸ São os traços da baixa hierarquia os mais difundidos, com novas formas linguísticas advindas desses lugares inserindo-se nos centros urbanos. Considerando um bairro periférico, na difusão contra o sentido da hierarquia a inovação viria primeiro de lá, e seguiria até o topo da organização urbana, a metrópole ou o centro.

No *modelo de hierarquia urbana* há um decréscimo em relação a hierarquia da organização nas áreas. A hierarquia segue o esquema de metrópole (grandes centros urbanos) > cidade (cidades) > vila (povoados) > campo (zona rural). A metrópole estaria no centro da difusão, que difundiria para a cidade, essa difundiria para a vila, e essa difundiria para o campo. Para Britain (2006, p. 655, tradução nossa),

a explicação usual para o modelo hierárquico é que, embora a distância entre o centro difuso e o local de recebimento tenha algum papel, é provável que a interação entre o centro urbano nas sociedades modernas seja maior e, portanto, um canal mais frequente e eficaz para a transformação de novas formas do que entre urbano e rural.³⁹

O surgimento de novas formas linguísticas na metrópole é o meio mais eficaz da difusão linguística, principalmente em centros urbanos desenvolvidos, já que a “interação entre centros urbanos e sociedades modernas é mais provável de ser maior, e então um condutor mais

³⁷ No original: “it depends solely on the friction of distance, is the 'wave' or contagion diffusion model whereby innovations, over time, radiate out from a central point, reaching nearby locations before those more distant” (BRITAIN, 2006, p. 655).

³⁸ No original: “sometimes, and possibly for reasons of identity-marking and the rejection of incoming forms and the values they represent, innovations diffuse against the urban hierarchy” (BRITAIN, 2008, p. 626).

³⁹ No original: “the usual explanation for the hierarchical model is that, while the distance between the diffusing center and the receiving location plays some role, interaction between urban center in modern societies is likely to be greater and, therefore, a more frequent and effective conduit for the transformation of new forms than between urban and rural” (BRITAIN, 2006, p. 655).

frequente e efetivo para acomodação e transmissão de inovações, que entre urbano e rural” (BRITAIN, 2008, p. 623, tradução nossa).⁴⁰ Com o grande fluxo de pessoas e a rede de transportes dessas metrópoles, há maior interação entre as pessoas que fazem parte dessas comunidades, ajudando na difusão de novas formas linguísticas.

A difusão não precisa necessariamente surgir numa metrópole. Outros lugares também possuem grande interação entre pessoas. Imaginemos aqui uma Universidade Federal. Nela, há um amplo fluxo de pessoas vindas de diferentes regiões, como também pertencentes a diferentes classes socioeconômicas. Com a pluralidade linguística advinda dessas pessoas, e a sua integração e interação na universidade, a difusão de variantes é extremamente alta.

Contudo, por mais que ocorra a difusão de formas linguísticas pelo espaço, essas formas só farão parte da comunidade se ela as aceitar como um todo. Segundo Labov (2008, p. 320), uma nova forma linguística “só se torna parte da língua quando é adotada pelos outros, ou seja, quando se propaga. Por conseguinte, a origem de uma mudança é sua ‘propagação’ ou aceitação pelos outros. A partir desse ponto, só temos uma continuação do mesmo padrão”. Por mais que um falante faça uso de uma nova forma, essa forma só fará parte da língua quando a comunidade se comportar de forma igual. Entra o paralelo entre mudança no indivíduo e mudança na comunidade.

Na mudança no indivíduo, apenas o seu comportamento linguístico é alterado (LABOV, 1994). É o caso de quando um falante migra para uma localidade em que há um dialeto diferente. Nessa nova comunidade, ele alterará a sua fala em detrimento do padrão da nova comunidade, de forma inconsciente. Ainda que seja uma mudança pequena, é “absurda a ideia de que uma comunidade inteira mudaria simultaneamente sem referência dos falantes entre si, sem uma transferência gradual de um falante para o outro” (LABOV, 2008, p. 320). É por meio da mudança no indivíduo que novas formas podem ser difundidas na comunidade.

A mudança na comunidade pressupõe que não é um caso isolado que irá fazer a mudança. Embora possa ser introduzido por um único falante, só haverá mudança na comunidade quando o comportamento dela for para uma generalização em relação a determinada forma linguística. Se o traço X entra na comunidade por meio de um falante, a mudança na comunidade só irá ocorrer quando houver a difusão por toda essa comunidade e a aceitação da nova forma por seus membros.

⁴⁰ No original: “interaction between urban centers in modern societies is likely to be greater, and therefore a more frequent and effective conduit for accommodation and transmission of innovations, than between urban and rural” (BRITAIN, 2008, p. 623).

Usando como base a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais, que é um marcador dialetal – formas linguísticas que distinguem dialetos – diferentes falantes de diferentes regiões que produzem diferentes formas para a variável inseridos em uma nova comunidade podem ora mudar seu repertório, uma mudança no indivíduo, adotando o comportamento linguístico da comunidade na qual ele está inserido, ora podem mudar o repertório de toda comunidade. Mas, para isso, a variante precisa se difundir na comunidade como um todo.

Retomando ao exemplo da Universidade Federal de Sergipe, composta por uma pluralidade linguística, não podemos achar que haverá uma mudança na comunidade. Sendo diversificada, com alunos vindos de diversos lugares, a língua que circula neste espaço não é representante de apenas uma comunidade, e sim de várias: comunidades com predomínio do não preenchimento e comunidades com predomínio do preenchimento. A mudança, se houver, irá ocorrer apenas ao nível do indivíduo: ele poderá mudar sua fala, a depender do seu nível de integração na comunidade, alterando o seu comportamento linguístico.

Por mais que haja a difusão de formas linguísticas, para que a mudança na comunidade ocorra, é necessário que toda a comunidade a aceite como pertencente a ela. Neste trabalho, nosso enfoque recai sobre a mudança no indivíduo, visando observar seus padrões de mudança no dialeto resultantes do deslocamento e da integração a comunidade acadêmica. Nas seções seguintes, apresentamos processos que levam com que o falante acomode o dialeto de sua região de origem – ou alguns traços desse dialeto – a traços de um novo dialeto.

3.3 DESLOCAMENTOS E CONTATOS LINGUÍSTICOS

A Sociolinguística Variacionista, além abordar questões relativas à variação e mudança linguística, interessa-se por contatos linguísticos. Um dos pontos tratados por Weinreich, Labov e Herzog (2006) em *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística* é a influência de um sistema linguístico sobre o outro advinda do contato, o que acaba por gerar variação e possível mudança, já que o tratamento da mudança linguística só está completo considerando o efeito de um sistema sobre o outro (LABOV, 2001). Todavia, para que possamos compreender o efeito dessa variável sobre a língua, precisamos explicitar os processos pelos quais falantes de diferentes variedades entram em contato. Nas seguintes seções, focalizamos o aspecto da migração/deslocamento como elementos que acarretam a difusão e conseqüente contato.

3.3.1 Processos de migração e deslocamentos

Pesquisas linguísticas têm evidenciado a influência da migração como difusora de inovações linguísticas e como condicionadora da variação e de mudança linguística (cf. BRITAIN, 2008; BORTONNI-RICARDO, 2011). Labov (2008, p. 343, acréscimo nosso) cita, por exemplo, o processo de migração do rural para o urbano em que, quanto ao falar do indivíduo rural, “mesmo sendo um marcador de identidade local, e uma fonte de prestígio em casa, ele [o falante rural] já pode ter consciência do caráter provinciano de sua fala antes de chegar na cidade”. Decorrente disso, o falante procura alterar a sua fala (conscientemente e inconscientemente) de acordo com as regras linguísticas de sua nova comunidade.

Segundo Lee (1980, p. 99), a migração é entendida como a mudança permanente ou semipermanente de residência do indivíduo. Para o autor, “não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna” (LEE, 1980, p. 99). Esses deslocamentos teriam como base o desenvolvimento econômico do indivíduo que, após analisar o custo-benefício de migrar, decide sobre o empreendimento de descolar (OLIVEIRA, 2011).

No Brasil, os últimos estudos feitos sobre a migração interna de forma permanente levam em consideração dados do Censo Demográfico 2000 (1995/2000) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada entre 2004 e 2009. Segundo Oliveira *et al.* (2011, p. 30), o Censo 2000

mostrou que os deslocamentos entre as regiões brasileiras envolvem cerca de 3,3 milhões de pessoas, dentre as quais, entre entradas e saídas, destacou-se a Região Nordeste que apresentou a maior perda absoluta (760 mil pessoas), tendo as trocas com o Sudeste contribuído com cerca de 2/3 dessa perda.

Um considerável contingente de pessoas tem migrado de suas localidades. A região Nordeste ainda apresenta o maior número de evasão, com grande parte de seus migrantes indo para a região Sudeste do país. Os dados do período entre 1999 e 2009 mostram que mais de 4,8 milhões de pessoas migraram entre regiões no Brasil, e só no Nordeste foram mais de 300.000 pessoas (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

O estado de Sergipe manteve uma estabilidade quanto à rotatividade de migração. Nos dados de 2004/2009, mais de 45.843 imigraram para este estado, advindos de diversas regiões do Brasil. Alagoas, por outro lado, foi caracterizada como área de baixa e média evasão migratória nesse período, com 81.318 imigrantes. A Bahia, com território amplo, agiu como

região expulsora da população, com um grande número de evasão, 378.618 emigrantes e 290.343 imigrantes (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

Quanto às migrações semipermanentes, apontamos duas delas: movimentos de circularidade e de pendularidade. O movimento de circularidade é entendido como “o movimento no qual a pessoa, sem ter mudado de residência, em um período de 30 dias, passe fora de casa a trabalho ou outras atividades” (OLIVEIRA, 2011, p. 17-18). Nesse movimento, a pessoa reside em uma determinada cidade/região, mas precisa, sazonalmente, residir em uma outra localidade, por não poder fazer o percurso diário por conta da distância. Se pegarmos um falante residente no interior de Sergipe, e considerarmos que sua cidade de residência fica a mais de 150km da Universidade Federal de Sergipe, o movimento de circularidade torna-se a maneira mais promissora para que ele possa ter acesso ao ensino, levando-o a residir nos intermédios do *campus*.

O outro movimento implica nas rotações diárias feitas pelo indivíduo de seu local de residência para seu local de trabalho ou estudo (OLIVEIRA, 2011): um operário que trabalha na cidade vizinha a sua precisa fazer um movimento pendular se quiser desenvolver suas atividades. Um estudante que faz faculdade em uma cidade próxima também precisa migrar diariamente para ter acesso ao estudo. O que diferencia esses dois movimentos é o tempo longe de suas residências-base: enquanto um exige maior intervalo de tempo, o outro exige um menor. Como discorreremos a frente, os informantes de nossa amostra se encaixam em ambos movimentos.

O Brasil apresenta em sua constituição populacional processos de migração. Com suas comunidades compostas por pessoas advindas de outras regiões do país, movidos por conta de alguma necessidade, seja socioeconômica ou não. Esses indivíduos acabam integrando novos grupos sociais e inserindo-se como parte deles. Nesse fluxo, observamos as pessoas que migram e ou se deslocam para São Cristóvão, Sergipe a fim de ter acesso à Universidade Federal de Sergipe.

Ainda assim, mesmo que estudos sobre processos de migração e deslocamentos relacionados à língua sejam fundamentais para compreender processos de mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), no Brasil há poucos estudos que deem enfoque sobre a migração a nível nacional e o contato entre variedades da mesma língua.

3.3.2 Contato linguístico

Inovações linguísticas são, geralmente, difundidas geograficamente de uma área para outra (TRUDGILL, 1986). Formas linguísticas que não são pertencentes a uma dada comunidade podem ser inseridas nela por meio de alguns princípios sociolinguísticos, como o contato. Por meio do ato de migrar, o falante entra em contato com variedades linguísticas que não são a sua, difundindo e absorvendo novas variáveis.

Para Britain (2018, p. 143, tradução nossa), “até certo ponto, todas as interações entre falantes de um idioma representam casos de contato com o dialeto, pois o dialeto de todos é pelo menos sutilmente diferente do de todos os outros, mesmo na mesma comunidade, família ou grupo de colegas”.⁴¹ O ato de interagir linguisticamente com alguém já se considera como contato linguístico. Conversar com alguém implica a troca de formas linguísticas, mesmo que nem sempre adotadas por eles.

No contato entre dialetos, “quando dois falantes de diferentes variedades da mesma língua que são completamente mutuamente inteligíveis entram em contato e conversam, itens podem ser transferidos de uma das variedades para a outra” (TRUDGILL, 1986, p. 01, tradução nossa).⁴² Os falantes adotam formas linguísticas diferentes, já que línguas – ou variedades – que estão socialmente em contato com outras mudam linguisticamente, como resultado de também estarem em contato fisiologicamente, na competência linguística do indivíduo (TRUDGILL, 1986).

No contato linguístico, as formas que os falantes buscam inserir em seu repertório são aquelas vistas como marcadores linguísticos da comunidade (TRUDGILL, 1986). Estando ao nível de consciência social, e sendo uma forma característica da fala da comunidade, o falante vai procurar mudar a sua própria fala, de forma inconsciente, como modo de aceitação nessa nova comunidade. Se o preenchimento da posição determinante antes de possessivos pronominais for um marcador linguístico na comunidade em questão, ao ingressarem nessa nova comunidade, falantes poderão adotar esse mesmo comportamento em sua fala.

Os falantes são mais conscientes das formas vistas como marcadores do que aquelas formas vistas como indicadores – que estão abaixo do nível de consciência social e não

⁴¹ No original: “to a certain extent, all interactions between speakers of a language represent cases of dialect contact, since everyone’s dialect is at least subtly different to everyone else’s even within the same community, family, or peer group” (BRITAIN, 2018, p. 143).

⁴² No original: “when two speakers of different varieties of the same language which are completely intelligible come into contact and converse, items may be transferred from one of the varieties to the other” (TRUDGILL, 1986, p. 01).

envolvem variação estilística. São, também, mais suscetíveis a adotarem marcadores do que estereótipos – formas com alto nível de consciência social que podem possuir julgamentos negativos (CHAMBERS; TRUDGILL, 2004). A discussão, então, recai sobre o nível de consciência social e estilística da variante na comunidade: falantes adotam os marcadores como modo de aceitação na comunidade por serem formas linguísticas perceptíveis e que não sofrem estigma. Dessa forma, podem evitar julgamentos sociais e linguísticos por parte da comunidade na qual eles querem ser vistos como pertencentes. No caso de um marcador dialetal, a integração do falante numa nova comunidade faz com que ele, de forma inconsciente, adote esse comportamento, como modo de pertencimento ao novo grupo.

A incorporação de novas formas linguísticas pelos falantes pode levar à aquisição de um segundo dialeto. Segundo Britain (2018, p. 146, tradução nossa), “o trabalho na aquisição de um segundo dialeto tende a se concentrar em migrantes individuais que se mudam para novas comunidades onde prevalece um dialeto ambiental relativamente distinto e focado”.⁴³

Na Universidade Federal de Sergipe, em que há a presença de alunos de outros estados – como também alunos de diferentes faixas etárias, escolaridades e sexo/gênero – é presumível que haja o contato linguístico e a troca de formas linguísticas, como também é presumível que a norma acadêmica altere o falar do aluno, visto a busca por aceitação em seu novo ambiente, já que

a universidade é uma experiência de realocação comum, embora não universal, para jovens adultos, muitas vezes envolvendo movimentos para novas regiões dialetais, ou interação com outros que vieram de outras regiões. Além disso, estudantes universitários passam por desenvolvimento significativo e mudança de identidade social (Arnett 2000, Larose e Boivin 1998), o que permite investigar os efeitos concorrentes ou cooperativos de exposição e identidade na mudança da língua. (CAMPBELL-KIBLER *et al.*, 2014, p. 21, tradução nossa)⁴⁴

A integração desses estudantes em novos grupos sociais universitários atua como condicionante na constituição de sua língua. Peguemos a seguinte situação: Pedro é baiano, nasceu e cresceu na região metropolitana de Salvador. A sua fala é considerada como pertencente ao dialeto da cidade, ao dialeto soteropolitano. Pedro começou a estudar na Universidade Federal de Sergipe. Em sua turma, 60% dos alunos são sergipanos, 20% baianos, 10% alagoanos e 10% de outros estados. Desses 60% sergipanos, ainda há uma parcela que é

⁴³ No original: “work in second dialect acquisition has tended to focus on individual migrants moving to new communities where a relatively distinct and focused ambient dialect prevails” (BRITAIN, 2018, p. 146).

⁴⁴ No original: “college is a common, though by no means universal, relocation experience for young adults, often involving moves to new dialect regions, or interaction with others who have come from other regions. In addition, college students undergo significant development and change of social identity (Arnett 2000, Larose and Boivin 1998), allowing us to probe the competing or cooperative effects of exposure and identity in language change” (CAMPBELL-KIBLER, 2014, p. 21).

do interior do estado, e outra que é da região metropolitana. O mesmo ocorre com os baianos, alagoanos e estudantes de outros estados. A turma de Pedro, então, é composta por uma gama de dialetos. Ao entrar em contato com esses alunos, Pedro pode adquirir traços de seus dialetos, como também Pedro pode compartilhar variantes de seu próprio dialeto, o que pode gerar a aquisição de um segundo dialeto.

Agora ampliemos a situação: além de Pedro compartilhar aulas com falantes de outras comunidades, e ter amigos de outras comunidades, Pedro reside com falantes de variados lugares, almoça na universidade com falantes de variados lugares, desenvolve pesquisa e extensão com falantes de variados lugares. O contato, nesse quadro, torna-se parte integrante do ambiente social no qual o aluno está inserido. A integração do estudante na nova comunidade vai ampliar o contato do aluno com diferentes variedades.

Com formas linguísticas sendo adotadas na interação, o repertório de todos os participantes contém variáveis linguísticas que não são características de sua comunidade de fala de origem, já que línguas ou variedades que estão em contato podem ser linguisticamente alteradas (TRUDGILL, 1986), levando com que o falante oriundo de outra região adquira um segundo dialeto, em que “o dialeto do falante entra em contato com aqueles de sua nova comunidade adotiva” (BRITAIN, 2006, p. 654, tradução nossa)⁴⁵ e adota traços dela.

A inserção do indivíduo na comunidade influencia em seus usos linguísticos. O contato entre normas, ocasionado pela migração, pode gerar uma adaptação do indivíduo ao seu novo grupo, mas não os fazendo nativos desse dialeto. Os estudos sobre a aquisição de um segundo dialeto mostram o efeito da nova região do dialeto, mas também sugerem “que os adultos não se tornam consistentemente nativos na nova variedade, mas se instalam em algum momento entre os dois” (CAMPBELL-KIBLER, 2014, p. 22, tradução nossa).⁴⁶ Assim, mesmo que o falante se encontre imerso em uma nova comunidade, mesmo que ele adquira um segundo dialeto, ele não se tornará nativo do dialeto daquela comunidade, ele apenas compartilhará de traços dele. Na seção seguinte, apresentamos estudos que têm dado enfoque ao deslocamento e a influência de um dialeto sobre o outro.

⁴⁵ No original: “a speaker’s dialect enters into contact with those of theirs newly adopted community (BRITAIN, 2006, p. 654)”.

⁴⁶ No original: “that adults do not consistently become native-like in the new variety, but rather settle at some point in between the two” (CAMPBELL-KIBLER, 2014, p. 22).

3.3.3 Estudos sobre migração/deslocamentos e língua

Estudos pioneiros no Brasil sobre a relação entre migração/deslocamento e língua incluem os realizados por Bortoni-Ricardo (1985; 2011), que analisa como migrantes rurais se ajustam ao ambiente urbano. Focando principalmente em Brasília, e a migração de brasileiros para residência na cidade satélite Brazlândia, em Brasília (DF), a autora observa as mudanças linguísticas que ocorreram no repertório desses indivíduos, focando, principalmente, em variáveis fonológicas (BORTONI-RICARDO, 1985; 2011):

o desfavorecimento de traços linguísticos tipicamente “rurais” ou “caipiras” (a vocalização da lateral palatal /ʎ/, monotongação de ditongos e a marca zero de concordância verbal): aqueles com maior índice de “integração” e “urbanização” apresentaram maior tendência a empregar formas consideradas padrão (OUSHIRO, 2016, p. 07).

A autora adota o conceito de redes sociais, que tem se mostrado eficiente para se estudar a língua, visto que fornece informações mais detalhadas sobre o uso que os falantes fazem da língua (MILROY, 1980). Para autora, quanto mais integrado a nova comunidade o falante for, maior será a tendência para que esses falantes mudem seu comportamento linguístico de tipicamente rural ou caipira para um comportamento linguístico mais urbano.

Oushiro (2016), descrevendo o comportamento das vogais pretônicas /e/ e /o/, como em “roseira” e “relógio”, comparou a fala de paraibanos residentes em São Paulo e no Rio de Janeiro com a fala de nativos dessas cidades. A autora constata que “há falantes que se aproximam bastante dos padrões de realização de vogais médias pretônicas dos nativos [...] a ponto de não se observarem diferenças significativas em relação às vogais dos nativos das respectivas comunidades anfitriãs” (OUSHIRO, 2016, p. 66-67).

Santana (2018), analisando a fala de sergipanos residentes na região metropolitana de São Paulo, descreve o comportamento de vogais pretônicas, similares às de Oushiro (2016), visando observar se esses sergipanos passaram a pronunciar essas vogais com menor grau de abertura, diferenciando-se do padrão característico dos falares do Nordeste, e se aproximando do padrão de São Paulo. A autora aponta “que alguns migrantes se acomodaram mais, enquanto outros não” (SANTANA, 2018, p. 223), como ocorreu em Oushiro (2016).

Guedes (2019) observa a fala de paraibanos migrantes em contraste com a fala de paulistanos e paraibanos não migrantes, inserindo em sua análise pontos relacionados à redes sociais, ao detalhar o perfil dos migrantes “com base no conjunto de informações sobre as redes de relações desses informantes, obtidas durante as entrevistas, foram mapeadas as interações

(distância/proximidade) dos migrantes paraibanos, numa escala de relações bastante próximas a relações distantes com falantes que usam a variante paulistana” (GUEDES, 2019, p. 1411).

A integração dos indivíduos na nova comunidade, observada por sua rede social, juntamente ao deslocamento de sua zona de origem para uma nova alocação, apresentam-se como variáveis que justificam o comportamento linguístico dos migrantes mais similar à nova comunidade (49% para os migrantes e 46% para os paulistanos), do que ao comportamento de sua comunidade de origem (58% para os paraibanos).

Na Universidade Federal de Sergipe, no escopo do projeto *Como fala, lê e escreve o universitário?*, temos buscado, sob coordenação da Profa. Dra. Raquel Freitag, observar o comportamento linguístico dos universitários por meio de seu deslocamento, sua região de origem, desenvolvendo estudos com base em quatro deslocamentos (Quadro 7), numa amostra composta por 64 falantes, 16 em cada deslocamento:

Quadro 7: Deslocamentos

Deslocamento 1	Estudantes da UFS nascidos na Grande Aracaju (Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra do Coqueiros) e que residem nela.
Deslocamento 2	Estudantes da UFS nascidos no interior de Sergipe que fazem o trajeto diário para a UFS.
Deslocamento 3	Estudantes da UFS nascidos no interior de Sergipe que residem na Grande Aracaju.
Deslocamento 4	Estudantes da UFS nascidos em outros estados, que atualmente residem na Grande Aracaju.

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Araújo *et al.* (2019)

Os dois primeiros deslocamentos representam aqueles que, ao fim do dia, estão em suas residências originárias, já que o percurso para a universidade não é longo. Os outros dois deslocamentos abarcam alunos que migram para as redondezas da universidade durante o período em que estão estudando na UFS. Na terminologia migratória, os estudantes do Deslocamento 1 e 2 representam o movimento pendular, visto o percurso diário, enquanto os do Deslocamento 3 fazem o movimento circular, retornando a suas casas originárias apenas após um longo período de tempo. Os estudantes do Deslocamento 4 também se inserem no movimento circular. Entretanto, seu tempo de retorno pode ser extremamente longo, a depender de sua região de origem.

Corrêa (2019), descrevendo a palatalização de /t/ e /d/, como em “tia” e “dia”, observou que são os integrantes do Deslocamento 4 que mais palatalizam, com 68,1% (2180/3200). Os outros três deslocamentos apresentam baixos números da palatalização, sendo 16,7%

(533/3200) para o Deslocamento 1, 10,4% (332/3200) para o Deslocamento 2 e 11,2% (359/3200) para o Deslocamento 3. O que pode justificar o predomínio da palatalização no Deslocamento 4, é o fato de que

o deslocamento IV é formado por estudantes de diferentes comunidades de fala [...], em tese, não sabemos qual a taxa de palatalização de cada uma dessas comunidades, mas, possivelmente, algumas delas apresentem de taxas de palatalização mais altas do que outras, justificando assim, o percentual de 68,1% da realização palatal e não de 100% (CORREA, 2019, p. 93).

O controle do tempo no curso (*início* – do 3º período para baixo – e *final* – do 7º para cima) apontou que os alunos do *final* do curso palatalizam mais (28,6% 1829/6400), enquanto os do *início* menos (24,6% 1575/6400), levando Corrêa (2019, p. 91) a concluir que, “quanto o maior tempo de inserção na comunidade, maior frequência de uso da variante palatal”. No entanto, o controle do índice de integração dos falantes à comunidade (maior e menor índice de integração) aponta que “não há correlação entre a taxa de palatalização e o índice de integração, o maior percentual de uso da variante palatal não ocorre na mesma proporção que os estudantes se integram a comunidade” (CORREA, 2019, p. 107).

Ribeiro (2019), estudando a variação nas preposições locativas “em” e “ni”, como em “vou em/ni Aracaju”, observou que a forma “ni” é mais encontrada nos Deslocamento 2 e 3 (4,5% 32/522 e 7,5% 49/532, respectivamente), seguidos pelo Deslocamento 4 (3,1% 19/583) e Deslocamento 1 (2% 13/512). A diferença de uso da variante “ni” em relação aos Deslocamentos 2 e 3 pode ser explicada por conta de sua origem interiorana, ou seja, a variante possui caráter dialetal interiorano. Quanto ao tempo de curso, os estudantes do *início* fazem mais uso do “ni” (4,7%) do que aqueles ao *final* (4%), e a redução no uso de “ni” pode ser justificada pelo caráter rural (SOUZA, 2015), gerando um estigma sobre a forma.

Siqueira (2020a) utiliza parte da mesma amostra que Corrêa (2019) e Ribeiro (2019) e constata que são os falantes do Deslocamento 3 que realizam mais o não preenchimento do determinante antecedendo possessivo (55,4% 159/287), seguido pelo Deslocamento 1 (52,6% 210/399) e pelo Deslocamento 2 (51,7% 136/263). Falantes do Deslocamento 4 (51,4% 164/319), oriundos de outros estados, apresentam comportamento linguístico diferente para a variável. Quanto ao tempo no curso, Siqueira (2020a) observa que o não preenchimento é maior no *início* (57,6% 358/622) do que ao *final* (48,1% 311/646).

Os resultados das diferentes variáveis sugerem que, na medida em que os falantes vão se inserindo na comunidade universitária, seu falar é alterado, seja para um maior uso da forma (como na palatalização), seja para um menor uso (troca *ni* ~ *em*; preenchimento/não preenchimento).

Mesmo que os estudos apresentados nessa seção não tenham uma agenda unificada na metodologia, eles evidenciam a incidência do processo de migração sobre a fala dos indivíduos, a incidência do deslocamento e a mudança que há em sua fala por meio do contato linguístico. Enquanto alguns fenômenos apresentam maior incidência para falantes externos ao estado alvo (CORREA, 2019; GUEDES, 2019), outros apresentam maior incidência internamente ao estado alvo (RIBEIRO, 2019; SIQUEIRA, 2020a), como também o comportamento pode ser bastante diferente a depender do falante (OUSHIRO, 2016; SANTANA, 2018). Falantes oriundos de diferentes regiões têm comportamentos linguísticos diferentes. Ao migrarem, esses usos podem ser alterados, o que vimos nessa seção.

Contudo, estados que são fronteiros entre si possuem comportamento linguístico similar ou tendem a distanciar seus dialetos?

3.4 PADRÕES DIALETAIS: ALAGOAS, BAHIA E SERGIPE

Regiões diferentes possuem padrões linguísticos diferentes, como também estados diferentes possuem dialetos que caracterizam sua extensão geográfica. Todos os estados estabelecem fronteira com outros territórios estaduais, levando com que falantes percorram suas extensões e entrem em contato com dialetos que não são nem pertencentes a sua comunidade, nem pertencentes aos dialetos que compõem seu estado. Alagoas, Bahia e Sergipe, por exemplo, fazem fronteira entre si (Figura 3):

Figura 3: Fronteira Alagoas, Bahia e Sergipe

Fonte: elaborado pelo autor

Alagoas, embora faça divisa com Sergipe e Bahia, separa-se desses estados pelo Rio São Francisco. Ao Sudoeste, uma pequena parte do estado faz divisa com a Bahia, e a parte Sul é com Sergipe. O estado também faz divisa com Pernambuco. Sergipe, o menor dos três estados, faz divisa ao Norte com Alagoas e ao oeste e sul com a Bahia; ao leste, encontra-se o Atlântico. Já a Bahia, além de fazer divisa com Alagoas e Sergipe, ainda faz divisa com Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Tocantins.

Formas linguísticas desses estados são compartilhadas por diferentes comunidades; comunidades próximas têm comportamento linguístico similar, visto que as fronteiras dialetais não são fixas, e sim contínuas. Para constituir parâmetro da fronteira dialetal no português falado nos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, realizamos a busca por resultados de fenômenos morfossintáticos variáveis disponíveis no Atlas Linguístico do Brasil (ALIB)⁴⁷ (CARDOSO *et al.*, 2014): i) pluralização do nome “degrau”; ii) flexão de “menos”; iii) “ter/haver” com sentido existencial; e iv) variação “tu/você”. O ALIB adota metodologia de constituição de amostra unificada e tem uma ampla rede de pontos dialetológicos. Contudo, ressaltamos que nossa pesquisa se guia por meio da Sociolinguística. Além disso, para complementar o panorama, consideramos resultados das pesquisas sociolinguísticas de Mendes (2007), Santos (2014) e Vitória (2016), que tratam da variação “nós/a gente” na função de sujeito.

Os dados na Tabela 2 são referentes à distribuição dos fenômenos morfossintáticos no ALIB. Embora os estados sejam representados pelas suas capitais (Alagoas por Maceió; Bahia por Salvador; e Sergipe por Aracaju), usamos para a descrição o nome dos estados, fator que controlamos em nosso estudo.

⁴⁷ A metodologia adotada no ALIB leva em consideração aspectos da dialetologia, que consiste em distribuir e analisar a língua por meio de localidades geográficas diferentes e é feito igualmente em todas regiões. No Atlas, por exemplo, foram coletados dados por 250 localidades distribuídas em todo o território brasileiro, considerando a extensão da região, a demográfica, cultura, história e o povoamento da área. Para mais informações, indicamos a visita ao site do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (<https://alib.ufba.br/>).

Tabela 2: Dados do Atlas Linguístico do Brasil

Pluralização de “degrau”			
	degraus	degrais	degrau
Alagoas	58%	21%	21%
Bahia	42%	16%	42%
Sergipe	38%	24%	38%
Flexão de “menos”			
	menos	menas	menos/menas
Alagoas	66%	34%	0%
Bahia	50%	50%	0%
Sergipe	50%	50%	0%
“Ter/Haver” com sentido existencial			
	ter	haver	
Alagoas	76-99%	1-25%	
Bahia	76-99%	1-25%	
Sergipe	76-99%	1-25%	
Tratamento do interlocutor por “tu/você”			
	tu	você	
Alagoas	1-25%	76-99%	
Bahia	0%	100%	
Sergipe	1-25%	76-99%	

Fonte: Cardoso *et al.* (2014)

Os resultados dos quatro fenômenos analisados pelo viés dialetológicos são variáveis em relação às capitais. Nos dois primeiros fenômenos, plural de “degrau” e flexão de “menos”, Sergipe e Bahia apresentam comportamento similar, enquanto Alagoas difere. No terceiro fenômeno, troca “ter/haver” existencial, o comportamento dos três estados é similar. No último fenômeno, troca “tu/você”, Bahia se difere de Sergipe e Alagoas ao usar apenas a forma “você”, enquanto as outras capitais apresentam uso de “tu”.

Em relação aos estudos sociolinguísticos, destacamos que a seleção de resultados considerou descrições linguísticas morfossintáticas do português falado nos três estados, o que restringiu a análise à variação “nós/a gente” na função de sujeito, conforme exemplo abaixo:

- (43) *Nós* corremos rápido.
A gente corre rápido.

Santos (2014), em Sergipe, Vitória (2016), em Alagoas, e Mendes (2007), na Bahia tratam do tema; diferentemente do ALIB, nos dados sociolinguísticos há diversificação metodológica, tanto em relação à amostra, quanto à configuração da comunidade, conforme vemos à medida em que apresentarmos cada pesquisa.

Santos (2014) toma como *corpus* entrevistas com 20 informantes do banco de dados Falante Cultos de Itabaiana/SE (ARAUJO; BARRETO; FREITAG, 2012), todos em fase de

conclusão do curso superior, ou recém-formados, estratificados segundo sexo (10 do sexo masculino e 10 do feminino), e faixa etária variada entre 21 e 32 anos. A cidade de Itabaiana fica no Agreste de Sergipe, a 54 km da capital, Aracaju.

Em 884 realizações de primeira pessoa do plural, 727 são do pronome “a gente”, com 82,2% de realização: “a gente” é mais frequente nos contextos de sujeito explícito, desinência nula, pretérito perfeito do indicativo, referência eu + eles, entre as mulheres e em contextos em que há maior polidez (SANTOS, 2014).

Em Alagoas, Vitória (2016) analisa a fala de 24 maceioenses cultos, residentes de Maceió que possuem ensino superior completo, coletada em 2010, e estratificadas segundo faixa etária (F1: 15-29 anos; F2: 30-44 anos; F3: acima de 44 anos) e sexo/gênero (masculino e feminino). Em 319 realizações de primeira pessoa do plural, 254 realizações são do pronome “a gente”, representando 80%; os contextos que condicionam “a gente” são os antecedido por a gente, expressão plena do sujeito, faixas etárias F1 e F2.

Na Bahia, Mendes (2007) analisa a variação por meio de falantes do português popular de Santo Antônio de Jesus, município localizado no recôncavo baiano. Os falantes são tanto da sede do município quanto da zona rural, estratificados por faixa etária (20-40 anos; 41-60 anos; e acima de 60), com baixa escolaridade (de analfabetos até a 4ª série). A autora não explicita quantos falantes compõem a amostra. Em 1970 realizações de primeira pessoa do plural, 1827 são para a forma “a gente”, representando 93%; são condicionadores os contextos de realização antes do verbo, quando a referência é o próprio falante, antecedido por a gente e sujeito não realizado com forma verbal não marcada, tipo textual descritivo, faixa etária de 41-60, falantes que estiveram fora da comunidade e que residem na sede do município.

Na Figura 4, apresentamos a distribuição dos percentuais.

Figura 4: Distribuição de “a gente” por Alagoas, Bahia e Sergipe

Fonte: elaborado pelo autor

Há diferença estatisticamente significativa entre a distribuição de “a gente” nas três amostras ($X^2(2, N= 3173) = 93.53, p < 0.001$), com associação fraca ($V^2 = 0.17$). As frequências de Maceió e Itabaiana são similares (80% e 82% respectivamente). Santo Antônio, no Recôncavo Baiano, apresenta maior diferença (93%). Com isso, em relação ao comportamento sintático da variação “nós/a gente” sujeito, as áreas de Alagoas e Sergipe são bastante similares na realização. Contudo, outras variáveis podem ter incidido sobre os resultados, como a escolarização, já que na amostra de Maceió e Itabaiana os falantes são do ensino superior, como também a organização das amostras como um todo.

Compondo o panorama com dados do Atlas Linguístico do Brasil, o comportamento das regiões é mais próximo quando há a substituição de um termo na sentença por outro, como a troca “ter/haver”, “tu/você”, “nós/a gente”, variáveis morfossintáticas.

Apresentamos a seguir o método para captar os efeitos da migração e do contato linguístico sobre a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais, como também para descrever padrões dialetais dos três estados estudados.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresentamos os procedimentos metodológicos para a descrição da variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais, de modo com que possamos responder à questão lançada ao início desta pesquisa. Para tanto, i) apresentamos a constituição da amostra, traçando um paralelo entre as amostras de 2019 e 2019/2020 no quadro de Deslocamentos; ii) definimos e descrevemos as variáveis que controlamos; e iii) explicitamos os procedimentos de tratamento dos dados, o método de análise.

4.1 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

No escopo do banco de dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2013), entre 2018 e 2019, foi realizada uma etapa de documentação linguística para descrever o comportamento linguístico de estudantes da UFS com base em sua região de origem e sua integração à universidade em termos de tempo, como parte do projeto *Como Fala, Lê e Escreve o Universitário?*. A amostra é rotulada de Deslocamentos (Quadro 8).

Quadro 8: Deslocamentos (2019)

Deslocamento 1	Estudantes da UFS nascidos na Grande Aracaju (Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra do Coqueiros) e que residem nela.
Deslocamento 2	Estudantes da UFS nascidos no interior de Sergipe que fazem o trajeto diário para a UFS.
Deslocamento 3	Estudantes da UFS nascidos no interior de Sergipe que residem na Grande Aracaju.
Deslocamento 4	Estudantes da UFS nascidos em outros estados, que atualmente residem na Grande Aracaju.

Fonte: adaptado de Araújo *et al.* (2019)

As pesquisas de Corrêa (2019), Ribeiro (2019) e Siqueira (2020a) fizeram uso da amostra coletada entre 2018 e 2019; os resultados evidenciaram a ação dos processos de migração e do contato entre normas, mostrando a funcionalidade da esquematização proposta nessa amostra. No período de 2019/2020, a amostra foi ampliada, com a restrição do Deslocamento 4: apenas estudantes de Alagoas e Bahia, visto que são estados vizinhos a Sergipe e há alunos que realizam movimento migratório (circulares) em função da UFS. Os Deslocamentos de 1 ao 3 seguem os mesmos critérios anteriores (Quadro 9).

Quadro 9: Deslocamento 4 na nova amostra

Deslocamento 4	Estudantes da UFS nascidos e criados em Alagoas e Bahia, que atualmente residem na Grande Aracaju.
----------------	--

Fonte: elaborado pelo autor

Além de ser estratificada quanto ao deslocamento do falante, a amostra leva em consideração (1) o *tempo no curso* do falante, segmentados em *início* (do 4º período para baixo) e *final* (do 5º período para cima), e (2) *sexo/gênero* do falante, dividido entre *masculino* e *feminino*.⁴⁸ Teríamos uma amostra com quatro deslocamentos, dois tempos de curso e dois sexos/gêneros (4x2x2), formando 16 células sociais, com 3 falantes em cada célula, totalizando 48 falantes. Todavia, no Deslocamento 4, havendo Alagoas e Bahia, escolhemos inserir para cada estado a mesma quantidade de falantes que nos outros Deslocamentos. Assim, todos os deslocamentos têm 12 falantes, totalizando 60 entrevistas (Tabela 3).

Tabela 3: Amostra do Deslocamento 2019/2020

	Início		Final	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Deslocamento 1	3	3	3	3
Deslocamento 2	3	3	3	3
Deslocamento 3	3	3	3	3
Deslocamento 4				
Alagoas	3	3	3	3
Bahia	3	3	3	3

Fonte: elaborado pelo autor

A constituição da amostra é aleatória estratificada: recorreremos de forma aleatória a estudantes do *campus*; mas, também temos uma amostra com característica de conveniência, visto a colaboração de estudantes voluntários e sua acessibilidade (BUCHSTALLER; KHATTAB, 2013). Ao fim, nossa amostra pode ser descrita como amostra de cota, ou de julgamento, visto que temos “um número fixo de falantes em cada uma das categorias, que são preenchidas pelo pesquisador de campo por conta da conveniência e/ou julgamento (FREITAG, 2018, p. 671).

⁴⁸ Embora aqui tenhamos inserido uma visão binária de sexo/gênero, ressaltamos que, durante as entrevistas sociolinguísticas, pedíamos para os falantes indicarem seu sexo biológico, sua identidade de gênero e sua orientação sexual. Contudo, todos os falantes, ao falarem de identidade, consideraram-se dentro do espectro binário. Assim, mantivemos a repartição masculino/feminino.

A coleta dos dados segue o protocolo definido para o banco de dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2017), com entrevistas de cerca de 40-60 min. a partir de um roteiro de questões variadas (Anexo 1). As primeiras perguntas eram de checagem, fatos em relação ao falante, as demais eram perguntas voltadas a questões sociais, como Educação, Segurança, Saúde, Igualdade de Gênero, etc. Na última parte, inserimos um teste de percepção linguística. Como tínhamos que recobrir 40 min no mínimo, algumas questões foram adicionadas ao longo da entrevista.

Para esta etapa da coleta, contamos com um total de 9 pesquisadores, sendo 6 do mestrado acadêmico em Letras e 3 estudantes de graduação em Letras Vernáculas inseridos em Iniciação Científica. Desses pesquisadores, 4 deles são oriundos de Alagoas, enquanto os demais são naturais de Sergipe, com 2 deles do interior do estado.

Na procura por falantes, revezávamos em turnos e saíamos pelo *campus* em busca de estudantes que pudessem participar. Ao início, era uma atividade produtiva. Após metade das coletas, enquanto em alguns perfis tínhamos facilidade em conseguir falantes, em outros havia uma dificuldade, como falantes do final do curso, ou dos Deslocamentos 3 e 4. Recorremos às redes sociais (*Facebook, Instagram e Twitter*), como também a conhecidos, para que conseguíssemos encontrar falantes que se enquadrassem nessas células.

Encontrando falantes, eles precisavam nos acompanhar até o Condomínio de Laboratórios (LAMID), localizado na própria universidade. Lá, assinavam o termo de consentimento livre (Anexo 2), autorizando a realização da pesquisa, e uma ficha social informando os seus dados (Anexo 3). Após isso, eram direcionados à cabine acústica que há no LAMID. Para a gravação, contamos, a princípio, com dois tipos de gravadores: de lapela e de mesa. A partir da entrevista 40, deixamos apenas o gravador de mesa (por problemas técnicos) e adotamos a gravação em vídeo.

Ao fim, mais de 100 entrevistas foram coletadas, com algumas células sociais acima do esperado, enquanto outras no valor correto. Para a seleção das entrevistas nas células que ultrapassavam três, priorizamos aquelas que já tinham 40 minutos gravados ao início do teste de percepção, por serem as que mais tinham falas dissertativas dos participantes. Abaixo apresentamos a distribuição dos informantes por sua localidade (Figura 5; Figura 6; Figura 7):

Figura 5: Informantes do Deslocamento 1

Fonte: elaborado pelo autor

Figura 6: Informantes do Deslocamento 2 e 3

Fonte: elaborado pelo autor

Figura 7: Informantes do Deslocamento 4

Fonte: elaborado pelo autor

Os falantes são oriundos de diversas regiões dos estados em questão, o que permite a captação de diferentes variedades regionais de cada estado. Observando essa distribuição, passamos para os procedimentos pós coleta da amostra.

4.2 PROCEDIMENTO DE TRATAMENTO DA AMOSTRA

Para a transcrição dos áudios que compõem a amostra, contamos com o suporte do *software* ELAN (HELLWIG; GEERTS, 2013). Por meio dele, transcrevemos os arquivos de áudios que coletamos, como também os de vídeo (Figura 8). Recorremos a esse programa pois uma de suas vantagens é a “sincronização entre o arquivo de mídia e a transcrição/anotação, o que facilita enormemente a análise linguística dos dados (por exemplo, para codificação de variantes de variáveis fonéticas)” (OUSHIRO, 2014, p. 117).

Figura 8: Exemplo de uso do ELAN

Fonte: elaborado pelo autor

As transcrições passaram por uma etapa de revisão, a fim de verificar se há erros e/ou desalinhamento. Após este processo, exportamos as transcrições tanto no formato do programa quanto em formato .txt, visto que o ELAN permite que haja a exportação dessas transcrições em outros formatos.

Com os arquivos em .txt, identificamos todas as ocorrências de possessivos pronominais. Lemos toda a conversa de todas as entrevistas, já que controlamos aspectos semântico-pragmáticos para a descrição do fenômeno que aqui apresentamos. Após a identificação das ocorrências e a distribuição na planilha, observamos se os possessivos pronominais possuíam a posição determinante preenchida ou não, a fim de ver como se dá essa distribuição. Também categorizamos as ocorrências com base nas variáveis que utilizamos para observar se há associação entre essas variáveis independente e a distribuição da variável dependente, conforme vemos a seguir.

4.3 VARIÁVEIS E TESTE DE ASSOCIAÇÃO

Na Seção 2, vimos que a variação no preenchimento possui condicionante nos níveis linguístico, com atuação da sintaxe, semântica e pragmática, e social, com atuação do sexo/gênero, escolaridade e faixa etária, além da região geográfica da comunidade. Para a nossa análise, buscamos testar a associação entre variáveis independentes na variação. Essas variáveis são de natureza linguística e extralinguística.

As variáveis extralinguísticas são as da própria estratificação e são as que nos ajudarão a responder à pergunta de pesquisa, são elas: *deslocamento*, *tempo no curso* e a variável não estratificada *índice de integração*, além de *sexo/gênero*. Já as variáveis linguísticas são *tipo de possessivo*, subdividido em *pessoa do possessivo*, *gênero do possessivo* e *número do possessivo*; *tipo de sintagma*, subdividido em *tipo de preposição* e *contração de preposição*; *função sintática*, *status informacional*, *definitude* e *valor semântico do SN*.

Na revisão sistemática, as pesquisas apresentam uma similaridade nas variáveis linguísticas. Já sendo descritos, poderíamos excluir de nossa pesquisa pois a tendência é que os resultados sejam similares. Contudo, optamos por manter, como forma de observar se há efeito dessas variáveis e se o padrão se segue em nossos dados. Algumas dessas variáveis sofreram alteração em nossa pesquisa, como é o caso de *valor semântico*, *status informacional* e *função sintática*, conforme justificamos em sua descrição.

Para cada variável, realizamos análises univariadas da distribuição com a variável dependente (o (não) preenchimento da posição determinante), visualizadas por meio de gráficos de barras (exceto *função sintática*, apresentada por tabela de contingência). Como teste de significância para estas análises univariadas, observamos a relação entre a frequência absoluta da variável dependente em relação à independente, se é efeito do acaso ou se há interferência, por meio de teste de associação, aqui usado o de qui-quadrado. O teste apresenta um p-valor, que é comparado com nosso p-valor pré-determinado: o α (alfa) no valor de $< 0,05$ (5%), que significa que, se repetirmos um teste 100 vezes, cinco dessas vezes o resultado pode ser diferente do obtido inicialmente. Com isso, a H_0 é a negação da questão, não há associação, quando $p =$ ou $> 0,05$, enquanto a H_1 é a hipótese alternativa, quando o $p < 0,05$, em que pontuamos se há efeito de determinada variável independente sobre a variável dependente, se há associação. Consideremos, todavia, que o teste de qui-quadrado não se aplica se a amostra for pequena, se 20% das observações forem inferiores a 5 ou se houver células vazias. Não sendo possível aplicar o teste de qui-quadrado, optamos pelo teste exato de Fisher, com o mesmo valor de α . Para medir a associação entre a variável independente e a distribuição da variável dependente, trabalhamos com o V^2 de Cramer, medida de associação que vai de 0 a 1: i) 0 representa a ausência de associação; ii) 1 representa o número mais forte de associação; iii) os números que se enquadram entre 0 e 1 formam uma escala, com os números mais próximos a 0 demonstrando associação fraca e os mais próximos a 1 associação forte. Apresentamos a seguir as variáveis independentes e as hipóteses.

4.3.1 Deslocamento

A variável independente Deslocamento apresenta efeitos sobre a língua a depender do fenômeno linguístico analisado. No estudo explanatório de Siqueira (2020a), são os falantes do Deslocamento 4 que apresentam o menor número do não preenchimento (51,4% 164/319). Os falantes do Deslocamento 3, do interior de Sergipe que residem na Grande Aracaju, apresentam a maior frequência (55,4% 159/287), já os dos Deslocamentos 1 e 2 apresentam 52,6% (210/399) e 51,7% (163/263) respectivamente.

Há, em certo grau, o efeito da região de origem do falante sobre o fenômeno, principalmente se olharmos os resultados do Deslocamento 4, em que há predominância de falantes baianos (cf. CORREA, 2019). Para essa variável, lançamos a seguinte pergunta aos dados: os deslocamentos interferem na distribuição da variável dependente? A H_0 é a de que não há interferência dos deslocamentos. A H_1 é a de que sim, há interferência. Consideramos que nos dados de Alagoas e Bahia haverá o menor percentual para o não preenchimento, enquanto nos de Sergipe haverá o maior percentual.

4.3.2 Tempo no curso

Falantes mudam seu comportamento linguístico entre o início e o final do curso em relação a variados fenômenos linguísticos (CORREA, 2019; RIBEIRO, 2019; SIQUEIRA, 2020a). O tempo de exposição do falante a variedades diferentes da sua pode influenciar em mudanças em seu repertório linguístico (BRITAIN, 2006; 2008; TRUDGILL, 1986), já que, em hipótese, quanto mais tempo em uma comunidade, mais integrado o falante estará a ela. Por meio da observação por tempo aparente (LABOV, 1994), para essa variável, fazemos a seguinte questão: o tempo no curso interfere na distribuição da variável dependente? A H_0 é a de que não há interferência. A H_1 é a de que sim, há interferência, considerando que ao final do curso os falantes estarão fazendo um menor não preenchimento comparado ao início.

Além disso, questionamos se há interação entre *deslocamento* e *tempo no curso* na distribuição da variável dependente. Para tanto, cruzamos as variáveis, como modo de observar a relação entre as variáveis. Como H_0 , pontuamos que não há interação significativa entre as variáveis; como H_1 , consideramos que sim, há interação significativa.

4.3.3 Índice de integração

Com base em Corrêa (2019), que controlou a integração dos estudantes à universidade como forma de observar mudanças em seu comportamento linguístico, buscamos fazer o mesmo, já que, conforme Campbell-Kibler *et al.* (2014), sujeitos tendem a mudar seu comportamento social e linguístico na universidade. Para o índice de integração, usamos os mesmos critérios de Corrêa (2019), são eles: vulnerabilidade (medida por receber auxílio ou não), onde almoça, ocupação, se participa de grupo de pesquisa ou extensão, e com quem mora. A pontuação vai de 1 a 4: 1 menos integrado e 4 mais integrado (Quadro 10). Segundo Corrêa (2019, p. 73), “por temos uma variável do índice com quatro [...] foi necessário que a pontuação fosse ajustada para todas as variáveis de acordo com a maior ou menor integração do estudante [...] nenhuma variável pode ter um peso maior do que a outra”.

Quadro 10: Índice de Integração

Variáveis	Níveis	Pontuação
Ocupação	Estuda e trabalha	1
	Só estuda	4
Com quem mora	Familiares	1
	Sozinho	2
	Com amigos	3
	Residentes	4
Onde almoça	Em casa	1
	Traz de casa	2
	Restaurantes próximos	3
	Na UFS	4
Inserção acadêmica	Não participa	1
	Participa	4
Vulnerabilidade	Não recebe auxílio	1
	Recebe auxílio	4

Fonte: adaptado de Corrêa (2019, p. 76)

Em *ocupação*, o aluno que só estuda possui maior pontuação por poder ficar mais tempo na universidade, o que dá uma ideia de maior integração, diferente do aluno que trabalha, que não dispõe de muito tempo para isso. Em *com quem mora*, 4 é aplicado a quem mora com residentes porque a gama de integração é maior, já que são alocados 6 alunos por residência, de diferentes regiões, que frequentam a mesma universidade, diferente de quem mora só ou com familiares, que tende a ser um quadro fixo.

Em *onde almoça*, aqueles alunos que almoçam no restaurante universitário interagem mais do que aqueles alunos que almoçam em casa, em restaurantes ou trazem o almoço de casa, por isso o valor 4. Em *inserção acadêmica*, alunos que fazem parte de grupos de pesquisa ou desenvolvem atividades de extensão passam mais tempo na universidade, o que os faz ser mais integrados. Por fim, em *vulnerabilidade*, alunos que recebem auxílio também tendem a ficar mais na universidade, tanto para estudar, quanto para consumir a refeição do restaurante universitário.

Quanto maior a pontuação do aluno, maior sua integração à universidade. Por outro lado, quanto menor a pontuação, menor sua integração a universidade.⁴⁹ Para essa variável, a pergunta é: a integração dos alunos na universidade tem correlação com a distribuição da variável dependente? A H_0 é que não há correlação. A H_1 é a de que sim, há correlação.

Além disso, buscamos correlacionar *índice de integração* com *tempo no curso*, questionando se a integração dos alunos e o tempo no curso tem efeito sobre a distribuição. Correlacionamos as variáveis, com foco em duas hipótese: H_0 é de que não há correlação, e H_1 é a que há correlação, na qual demonstramos seu efeito.

4.3.4 Sexo/gênero⁵⁰

Embora o condicionamento por parte da variável sexo/gênero possa estar relacionado ao prestígio social da variante, não temos pesquisas que comprovem em que nível o fenômeno aqui estudado está quanto à consciência social e estilística dos falantes. Contudo, há pesquisas que apontam o desconhecimento dessa variação pelos falantes, e há pesquisas que apresentam resultados em que os homens preenchem menos a posição D, como em Campos Jr. (2011) (31% 123/391) e em Silva (1998b) (35% 462/1324). Baseados nessas pesquisas, nossa questão é: há interferência do comportamento dos sexos/gêneros quanto ao não preenchimento? Como H_1 , consideramos que sim, e que os falantes do sexo/gênero masculino lideram o não preenchimento no contexto estudado.

⁴⁹ Devemos considerar que o índice é hipotético. Não podemos confirmar, de fato, se os alunos são mais ou menos integrados.

⁵⁰ Nas últimas décadas tem se questionado sobre a relação entre sexo/gênero e língua (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010; FREITAG, 2015). Atualmente os papéis sociais que os diferentes gêneros desempenham em sociedade são mais amplos, e não limitados, como era à época das primeiras reflexões sobre a relação sexo/gênero e língua. Ainda assim, inserimos essa variável como forma de observar se há ou não associação.

4.3.5 Tipo de possessivo e subdivisões

Silva (1982) aponta que a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos está mais relacionado ao artigo do que ao possessivo. Contudo, um maior controle sobre essa variável pode nos dar diferentes resultados, observamos se a afirmação da autora segue em nossos dados. Em pesquisas, os resultados em relação aos possessivos são bastante variados. Em Silva (1982), o possessivo de 3P age como inibidor para o preenchimento. Em Campos Jr. (2011), todas os possessivos condicionam o não preenchimento. Quanto ao *gênero do possessivo*, em Guedes (2019), no falar de paraibanos migrantes, o gênero *feminino* condiciona o preenchimento, na medida em que *masculino* inibi.

Para essa variável, questionamos se há interferência do tipo de possessivo realizado sobre a variável dependente. Apresentamos três subdivisões: *pessoa do possessivo* (primeira, segunda ou terceira), *gênero do possessivo* (feminino ou masculino) e *flexão do possessivo* (singular ou plural). As hipóteses são as mesmas para as subdivisões: H₀, não há interferência; H₁, sim, há interferência dessas subdivisões dos possessivos sobre a distribuição.

4.3.6 Tipo de sintagma e tipo de preposição

A maioria das pesquisas demonstra que em Sintagmas Preposicionados (44) o não preenchimento de D é quase ausente (CAMPOS JR., 2011; SILVA, 1982). Em contrapartida, em Sintagmas Nominais (45) os números costumam ser maiores (CAMPOS JR., 2011; SIQUEIRA, 2020a), predominando o não preenchimento.

(44) A bolsa é *de sua* professora.

(45) Eu trouxe *seu* chapéu.

Se o fenômeno se comporta de forma diferente em sintagmas diferentes, isso precisa ser detalhado. Fazemos a seguinte pergunta: há efeito do tipo de sintagma sobre a variável dependente? Nossa H₁ é de que sim, há efeito do tipo de sintagma, com os SN apresentando predomínio do não preenchimento nos dados, e os SP apresentando predomínio do preenchimento.

Além disso, Salles (2001) aponta que um aspecto da relação entre Preposição e o Sintagma Determinante na posição de objeto, em línguas como o português, é a contração entre a preposição e o artigo. Em pesquisas sobre o fenômeno, com preposições que não se contraem

o não preenchimento de D é maior (CAMPOS JR., 2011; GUEDES, 2019; SEDRINS *et al.*, 2019). No Quadro 11 esquematizamos as preposições que ocorrem no contexto estudado.

Quadro 11: Preposições

Preposições que contraem	Preposições que não contraem
[a]: ele deu a bola <i>ao seu</i> cachorro	[sobre]: eu queria falar <i>sobre o seu</i> pai
[por]: Pedro daria a vida <i>pela sua</i> mãe	[desde]: te conhece <i>desde o seu</i> batismo
[em]: Joana mora <i>na sua</i> antiga casa	[com]: Paulo está <i>com a sua</i> namorada
[para]: eu dei o trocado <i>pro meu</i> sobrinho	[durante]: ele morreu <i>durante o seu</i> mandato
[de]: você viu a filha <i>da nossa</i> professora?	[sem]: estou <i>sem meu</i> celular

Fonte: elaborado pelo autor

Observando o uso de preposições nos SP, questionamos se há efeito na distribuição da variável dependente por tipo de preposição. Como H₁, hipotetizamos que sim, há efeito; com preposições que *não contraem* predomina o não preenchimento.

4.3.7 Função Sintática

A terceiro variável linguística diz respeito a função sintática desempenhada pelo Sintagma que contém o possessivo. Para tanto, elencamos sete delas:

- i) adjunto adverbial: tenho muita saudade *de minha cidade*
- ii) genitivo: esse cachorro não é *de seu filho?*
- iii) acusativo: eu trouxe *seu celular*
- iv) dativo: ele deu para *seu marido* um carro novo
- v) predicativo: os estudos eram *seu único motivo de vida*
- vi) sujeito: *minha namorada* me largou
- vii) tópico: *meu patrão*, ele me demitiu
- viii) agente da passiva: Eu fui educada *por meu irmão*
- ix) SN isolado: DOC: Quem te criou? INF: *minha mãe*

Para evitar uma lista extensa de funções sintáticas, mesclamos objeto indireto com complemento nominal em dativo, por possuírem comportamento semelhante. As funções de

adjunto adverbial, genitivo e dativo com possessivos são categoricamente realizadas com preposição, as outras funções não têm essa categoricidade.

Pesquisas que levam em consideração essa variável demonstram que em funções sintáticas que levam preposição o não preenchimento é menor (GUEDES, 2019; SEDRINS *et al.*, 2019), visto o comportamento em SP. Em funções que não possuem preposição o não preenchimento é maior, como sujeito e acusativo (SEDRINS *et al.* 2019). Com base nessas informações, nossa questão é: a função sintática do sintagma possessivizado pré-nominal possui efeito sobre a variável dependente? Como H₁, consideramos que sim, há efeito da função, na medida em que as funções em que não há preposição ou as que podem acontecer sem preposição são as que mais apresentam o não preenchimento, como sujeito, acusativo, tópico e predicativo.

4.3.8 Status Informacional

O *status* informal diz respeito à novidade da informação durante o processamento do discurso (PRINCE, 1992). Pesquisas que controlam essa variável no fenômeno aqui estudado usam uma taxonomia binária como ponto de análise (SILVA, 1998a; CAMPOS JR., 2011; SIQUEIRA, 2020a): i) *novo*, entidades evocadas pela primeira vez no discurso; e ii) *dado*, entidades já evocadas na linha discursiva (PRINCE, 1992). Os resultados dessas pesquisas sugerem que os falantes tendem a não preencher D em informações dadas (SILVA, 1998a; SIQUEIRA, 2020a).

Todavia, na taxonomia proposta por Prince (1992) ainda há outros *status* que podem ser fundamentais par analisar o fenômeno. Principalmente se observamos que a visão binária não dá conta de observar tudo.

(46) Eu conheci *sua* mãe.

Em sentenças como em (46), embora o sintagma “sua mãe” tenha sido evocado pela primeira vez, ele não é necessariamente novo, visto que há uma inferência de que o outro falante possui uma mãe. Resolvemos expandir essa variável para outras formas.

Além de *novo* e *dado*, ainda há os *status* de *inferíveis* e *inferíveis contidos*. Os *inferíveis* dizem respeito a ideia de que “quando um falante evoca uma entidade no discurso, é comum o caso de que ele/ela assuma que o ouvinte infira a existência(-discursiva) de outras certas entidades, baseado na crença do falante sobre as crenças do ouvinte e sua capacidade de

raciocínio” (PRINCE, 1992, p. 304, tradução nossa).⁵¹ O falante insere elementos no discurso com base na crença de que seu ouvinte já tem conhecimento desse elemento.

(47) Passei pela UFS e *seu portão* estava fechado.

O nome portão em (47) é inferível, visto que o ouvinte associa que a UFS possui um portão, que está fechado. Os *inferíveis contidos* são similares aos *inferíveis*, mas o conhecimento da entidade está dentro de sua descrição, não são completamente inferíveis (PRINCE, 1992). Observando o comportamento similar entre os *inferíveis*, unimos ambas formas em uma só. Tanto os *inferíveis* e *inferíveis contidos* serão representados apenas por *inferíveis*.

Com base nessas divisões, e nos resultados de outras pesquisas, lançamos a seguinte questão: o *status* da informação interfere na variável dependente? Como H₁, hipotetizamos que sim, na medida em que o não preenchimento ocorrerá mais quando a informação for *dada* ou *inferível*.

4.3.9 Definitude

A definitude é muitas vezes atrelada ao artigo definido. Um SN com artigo seria [+definido], enquanto SN sem artigo (ou outros elementos que carregam tal função, como demonstrativos) seria [-definido]. Lyons (1999) sugere que no português SN que contenha possessivo só é [+definido] quando há a presença do artigo. Embora essa visão seja amplamente difundida, não concordamos com ela. No português brasileiro, em que há variação no preenchimento de D antecedendo possessivos, o não preenchimento não implica no estatuto [-definido] do SN. Para provar isso, buscamos controlar a visão de definitude defendida por Enç (1991).

Enç (1991) traça a relação de definitude a partir da seguinte formulação: para que um SN seja caracterizado como [+definido], é preciso que seu referente discursivo já tenha sido anteriormente estabelecido no discurso. Em contraparte, para que um SN seja visto como [-definido], é necessário que o elemento citado obedeça a noção de novo, não estabelecido anteriormente no discurso. A autora lança um esquema em relação a natureza desse processo. Para que seja estabelecido um padrão de definitude, é necessário que a ligação seja por meio de uma relação de identidade. Vejamos o exemplo abaixo:

⁵¹ No original: “when a speaker evokes some entity in the discourse, it is often the case that s/he assumes that the hearer can infer the (discourse-)existence of certain other entities, based on the speaker’s beliefs about the hearer’s beliefs and reasoning ability” (PRINCE, 1992, p. 304).

(48) O menino estava andando com seu cachorro quando seu cachorro fugiu.

Em (48), a primeira ocorrência de “seu cachorro” é apresentada pela primeira vez na interação, o que atende a condição de novo, logo [-definido]. Já a segunda ocorrência de “seu cachorro” já possui um antecedente estabelecido, sendo uma informação já presente no discurso, logo [+definido]. Se não houvesse um elemento anterior ao qual o possessivo se identificasse, esse possessivo seria [-definido]. Enç (1991) nomeia de *strong antecedent* (antecedente forte) o antecedente de um definido. Forte porque a ligação estabelecida entre o antecedente e o definido é de identidade.

Por meio dessa variável, buscamos observar se há interferência entre o não preenchimento de D com possessivo e a visão de definitude. Por isso, fazemos a seguinte questão: a definitude interfere na distribuição da variável dependente? Nossa H₁ em relação à variável é a de que sim, há interferência.

4.3.10 Valor semântico

Uma das variáveis que se tem buscado controlar em relação à variação no preenchimento de D antecedendo possessivos envolve o valor semântico-pragmático advindo da relação entre o possessivo e o nome que o segue. Pesquisas como a de Campos Jr. (2011), Guedes (2019) e Silva (1998a) usam uma ampla gama não homogênea de valores, como i) parente; ii) relações humanas; iii) partes do corpo; iv) abstrações não-únicas; v) objetos não-inerentes; vi) abstrações únicas; e vii) objetos inerentes. Os resultados em relação a essa variável têm demonstrado que nos valores [+humano] há maior não preenchimento, enquanto nos valores [-humano] menor.

Embora essa distribuição tenha se mostrado produtiva, aqui buscamos seguir um outro viés de categorias para o valor, que vai dos traços mais fortes de concretude para os mais abstratos, por considerarmos que pode haver relação do não preenchimento com esse plano. Para tanto, adotamos a escala proposta por Heine *et al.* (1991) em relação a categorias metafóricas:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Pessoa é a categoria mais concreta, enquanto *qualidade* é a mais abstrata. Por meio dessa escala, abarcamos valores semântico-pragmáticos relacionados aos nomes seguintes aos

possessivos. A categoria de a) *pessoa* envolve traços humanos, como *mãe, pai, professor, etc.*; b) *objeto* se relaciona com coisas do mundo, de forma concreta, como *carro, celular, notebook, etc.*; c) *atividade* se aplica a processos que podem ser feitos, como *curso, formação, percurso, etc.*; d) *espaço* diz respeito tanto a espaços físicos quanto a espaços mentais, como *casa, escola, mente, etc.*; e) *tempo* é mais abstrato que os anteriores, se relacionando a aspectos temporais, como *infância, juventude, estadia, etc.*; f) a última categoria é a mais abstrata e mais confusa – *qualidade* – agindo como “um tipo de pega tudo para um número de conceptualizações bem divergentes” (HEINE *et al.*, 1991, p. 49, tradução nossa),⁵² muitas vezes abarcando *maneiras, instrumentos, etc.*

Os autores apresentam a seguinte organização/síntese para a categoria (domínio) e as conceptualizações de cada categoria (tipo de conceitos):

Quadro 12: Categorias e conceptualizações

Domínio	Tipo de conceitos
PESSOA	Conceitos humanos
OBJETO	Tipicamente conceitos inanimados
ATIVIDADE	Eventos, processos, e ações
ESPAÇO	Relações espaciais
TEMPO	Relações temporais
QUALIDADE	Estados e qualidades

Fonte: Heine *et al.* (1991, p. 57, tradução nossa)

Segundo Heine *et al.* (1991, p. 52, tradução nossa), “a presença de categorias metafóricas pode ser variavelmente refletida em enunciados completos, em proposições, em conceitos únicos ou em um tipo de contexto em que é dada a conceptualização dada”.⁵³ Para essa variável, questionamos se categorias metafóricas interferem na distribuição da variável dependente. A H_0 é a de que não há interferência; a H_1 é a de que as categorias metafóricas interferem na distribuição.

4.3.11 Contextos excluídos

Para uma melhor análise do fenômeno, é preciso considerarmos que nem todos os contextos em que há possessivos pré-nominais podem ser analisados em nossa pesquisa. Alguns

⁵² No original: “a kind of catchall for a number of quite divergent conceptualizations” (HEINE *et al.*, 1991, p. 49).

⁵³ No original: “the presence of categorial metaphors may be reflected variously in whole utterances, in propositions, in single concepts, or in the kind of contexts in which a given concept is used” (HEINE *et al.*, 1991, p. 52).

contextos serão desconsiderados buscando uma apuração mais precisa dos resultados. São os contextos de:

- i) contextos com demonstrativos, como em *essa minha irmã*;
- ii) vocativos: *Meu irmão*, como é que pode isso?
- iii) expressões cristalizadas: *Meu Deus do Céu!* O que eu posso fazer?
- iv) expressões idiomáticas: *Cada macaco no seu galho*;
- v) contextos em que o N não aparece representado sintaticamente na sentença: trouxe meu casaco e o *seu*;
- vi) preposição para + a: eu trouxe isso *pra a minha mãe*;
- vii) outros contextos em que é impreciso saber se há artigo: *quando o meu pai* estava vivo; *portanto o seu amigo* precisa ir embora; *toda a nossa* vida escorre pelas nossas mãos; *como o seu* pai disse;
- viii) contextos em que o falante repete a pergunta do entrevistador: DOC: qual *a sua* opinião sobre x? FALANTE: *a minha* opinião?
- ix) contextos que necessitam da preposição “a” + artigo “o”: *ao meu lado*, *ao meu redor*.

Como apresentamos na seção 2, demonstrativos não coocorrem com artigos, o que nos leva a remover esses contextos. Os contextos de vocativos foram excluídos visto que há uma categoricidade em sua realização sem determinantes (SILVA, 1998a), o mesmo pode ser dito em relação às expressões cristalizadas. As expressões idiomáticas, ainda que possam variar, são geralmente reproduzidas de uma única forma pelos falantes, por isso resolvemos excluí-las. No contexto (v), como o nome que segue o possessivo está marcado apenas discursivamente, resolvemos tirar esse contexto. Já para os pontos (vi) e (vii), as suas exclusões dizem respeito à imprecisão que há em percebermos se houve o preenchimento do determinante ou se é apenas resultado do contexto anterior, como no em (vi) em que há uma assimilação entre a última vogal de “para” e o artigo “a”. Mesmo que possuamos o arquivo em áudio para a checagem, não há como sabermos precisamente se há um determinante ou não.

Excluimos contextos como em (viii) por compreendermos que o falante vai responder de forma igual a pergunta, mudando apenas a pessoa gramatical. Contextos como em (ix) são excluídos por serem realizados preferencialmente pela construção preposição + artigo, o que inibi a variação no preenchimento da posição. Excluindo esses contextos, esperamos obter resultados mais precisos para a análise do fenômeno.

4.4 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Após a identificação, a quantificação e a aplicação das variáveis independentes sobre as ocorrências, realizamos as análises estatísticas univariadas desses dados no programa computacional R (R CORE TEAM, 2018), mais especificamente na *interface* RStudio, por meio dos pacotes estatísticos *ggplot2* (WICKHAM, 2016) e *ggstatsplot* (PATIL; POWELL, 2018), que apresentam a distribuição da variável dependente em relação às variáveis independentes controladas por meio de gráficos. Os gráficos gerados já apresentam testes de associação. Contudo, como forma de validação, realizamos testes de associação por meio da função *chiq.test* e *fisher.test*; desenvolvemos o teste de correlação aplicando o método de Spearman. Relembramos que o p-valor que assumimos para aferir a associação (como também a correlação) é o $\alpha < 0,05$.

Descritas quais variáveis independentes apresentam significância nas análises univariadas, partimos para uma análise multivariada, permitindo-nos observar simultaneamente o efeito de todas as variáveis independentes sobre a variável dependente. Utilizamos regressão logística como técnica para a análise multivariada, que permite a predição de valores categóricos a partir de uma série de variáveis preditoras (nossos variáveis independentes).

Com base nos resultados, realizamos a interpretação e explicação linguística e social dos dados obtidos, para entendermos quais variáveis interferem na distribuição da variável dependente e em quais variáveis há maior predomínio do não preenchimento de D no contexto estudado. Apresentamos essa interpretação e explicação na Seção 5, a seguir.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baseados no que foi discutido ao longo desta pesquisa, nesta seção, apresentamos nossos resultados e discussões, observando quais variáveis independentes interferem na distribuição da variável dependente e sua associação com ela, de modo a responder a pergunta lançada ao início deste texto, confirmando ou refutando nossa hipótese, e cumprir com nosso objetivo.

5.1 DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS DADOS

Após a leitura de todas as 60 entrevistas sociolinguísticas que compõem a amostra Deslocamentos (2019/2020), obtivemos um total de 2326 possessivos pré-nominais. Desses possessivos, 1309 das ocorrências são para o não preenchimento, representando 56%, como em (49), enquanto 1017 das ocorrências correspondem ao preenchimento, representando 44% (Gráfico 2), como em (50).

(49) *meu* irmão é formado em Contabilidade então eu vi ah isso é massa (AMA3FI).⁵⁴

(50) *o meu* curso que é jornalismo ele só tinha aqui na universidade (FER3FI).

Gráfico 2: Distribuição dos possessivos pré-nominais na amostra Deslocamentos

$\chi^2_{\text{gof}}(1) = 36.66, p = < 0.001, \hat{V}_{\text{Cramer}} = 0.13, \text{CI}_{95\%} [0.09, 0.16], n_{\text{obs}} = 2326$

■ Preenchimento ■ Não preenchimento

Fonte: elaborado pelo autor

⁵⁴ A notação que segue os exemplos a partir daqui diz respeito à identificação das entrevistas que compõem a amostra. As três primeiras letras correspondem às três primeiras letras do nome do informante; o quarto símbolo, numérico (1, 2, 3 ou 4), corresponde ao deslocamento; o quinto símbolo (F ou M) corresponde ao sexo/gênero do informante; e o sexto símbolo (I ou F) corresponde ao tempo no curso.

Essa distribuição é estatisticamente significativa, confirmada pelo valor de qui-quadrado, em que $X^2(1, N= 2326) = 36.66$ $p < 0.001$. Nos dados da amostra Deslocamentos (2019/2020) predomina o não preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais, o que reafirma a ideia de que em regiões dialetais do Nordeste há o predomínio do não preenchimento, visto que os números são próximos aos de outras pesquisas na região (SIQUEIRA, 2020a; GUEDES, 2019; PEREIRA, 2017; SEDRINS *et al.*, 2019).

Sendo estatisticamente significativa, precisamos observar se o padrão de realização, a distribuição, é condicionada por alguma variável independente, se há interferência de variáveis sobre os números observados da variável dependente. Nas próximas seções, descrevemos se há associação entre as variáveis listados na Seção 4 com a distribuição do não preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais. Começamos pelas variáveis que respondem nossa questão inicial: *deslocamento*, *tempo no curso* e *índice de integração*.

5.1.1 Condicionamentos extralinguísticos

A motivação para considerar *deslocamento* decorre do fato de a variação no preenchimento da posição determinantes já ter se mostrado sensível à mobilidade (GUEDES, 2019; SIQUEIRA, 2020a) e de a universidade ser plural em relação às origens dos estudantes. Há estudantes tanto da região da universidade, quanto de outros locais, como do interior do estado, de estados vizinhos e de estados mais distantes. O espaço universitário é compartilhado por pessoas que pertencem a regiões dialetais diferentes e possuem, em seu repertório linguístico, diferentes variantes para fenômenos da língua. A variação no preenchimento da posição determinante é um desses fenômenos. Para essa variável, tomamos como H_1 que há associação: a variável interfere na distribuição da variável dependente, com falantes de Alagoas e Bahia não preenchendo mais que os outros falantes (Gráfico 3).

Gráfico 3: Distribuição do não preenchimento por deslocamento

Fonte: elaborado pelo autor

O Deslocamento 3 (63% 324/514) apresenta a maior frequência para o não preenchimento, seguido do Deslocamento 1 (62,7% 315/502) e do Deslocamento 2 (56,8% 210/370). O Deslocamento 4, Alagoas (53,9% 253/469) e Bahia (43,9% 207/471), apresenta as menores frequências para o não preenchimento. Essa diferença é estatisticamente significativa, confirmada pelo valor de qui-quadrado, em que $X^2(4 N= 2326) = 48.25 p < 0.001$, com associação fraca ($V^2 = 0.14$): rejeitamos a H_0 e aceitamos a H_1 , de que há interferência dos deslocamentos sobre a distribuição da variável.

Bahia é o único deslocamento que apresenta predomínio do preenchimento. A frequência do não preenchimento no Deslocamento 4 confirma nossas considerações para essa variável: com falantes externos a Sergipe o não preenchimento a posição determinante antes de possessivos pré-nominais é menor, reforçando os números obtidos na pesquisa de Siqueira (2020a), com dados da amostra Deslocamentos (2019), na qual também com falantes do Deslocamento 4 o não preenchimento é menor (51,4% 164/319).

A diferença entre os deslocamentos é um indício do caráter dialetal dessa variação, já que falantes de diferentes regiões possuem padrões linguísticos diferentes para a variação no preenchimento em nossos dados, o que responde parte de nossa pergunta inicial, se a variação no preenchimento é sensível ao fator dialetal. Os resultados confirmam que sim, frente a distribuição dos números observados para as diferentes regiões. Referindo-se a variedades que são diferentes de outras variedades, como propõem Chambers e Trudgill (2004), podemos observar a distinção dialetal. Além disso, corrobora com discussões acerca do modelo de

difusão proposto por Britain (2008): com a Universidade Federal de Sergipe tendo um amplo fluxo de pessoas vindas de diferentes regiões, ocorre, na difusão da variação no preenchimento da posição determinante, tanto uma difusão contra-hierárquica, na qual o falante do interior difunde a variedade de sua região, quanto uma difusão hierárquica, na qual o falante da região urbana difunde a variedade de sua comunidade para falantes de outras regiões.

A região dialetal do falante interfere nos usos que ele faz do não preenchimento da posição determinante; a integração em uma nova comunidade, por vias de tempo, também pode interferir nesses usos, o que nos leva a controlar *tempo no curso* (Gráfico 4), subdividido em *início* (4º período para baixo) e *final* (5º período para cima). Nossa H_1 é a de que há interferência, considerando que ao *final do curso* os falantes estarão fazendo um menor não preenchimento comparado ao início.

Gráfico 4: Distribuição do não preenchimento por tempo no curso

Fonte: elaborado pelo autor

Falantes do *início* do curso (58,4% 652/1116) não preenchem mais do que falantes do *final* do curso (54,3% 657/1210). Essa diferença entre os *tempos no curso* é estatisticamente significativa ($X^2(1, N = 2326) = 4.02$ $p = 0.045$), com associação extremamente fraca ($V^2 = 0.04$). Rejeitamos a H_0 , e aceitamos a H_1 , de que há interferência na distribuição da variável dependente. O alto valor de p (0.045) e o baixo valor de associação demonstra que sua significância não é tão forte: embora o *tempo no curso* interfira na distribuição, essa interferência é fraca.

A frequência dos dados confirma nossas considerações de que com falantes ao *final do curso* o não preenchimento é menor quando comparado com aqueles do *início*, comportamento

similar ao que foi observado em Siqueira (2020a), no qual a frequência do não preenchimento é maior com falantes do início do curso (57,6% 311/622) do que com os do final (48,1% 358/646), o que nos leva a hipotetizar que, no decorrer do curso, os falantes mudam seus usos quanto à variação no preenchimento da posição determinante.

Podemos aferir que a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais é sensível à integração do estudante universitário por vias de tempo, já que, observando pela perspectiva de tempo aparente, há uma mudança no comportamento linguístico desses falantes. Com isso, o tempo de exposição a diferentes variedades, o tempo de contato, pode alterar o comportamento linguístico do falante, como propõe Trudgill (1986).

Para ter um melhor dimensionamento do comportamento do *tempo no curso* e *deslocamento*, apresentamos um cruzamento entre as variáveis independentes e a variável dependente (Gráfico 5):

Gráfico 5: Cruzamento entre tempo no curso e deslocamento

Fonte: elaborado pelo autor

No nível *início*, há predomínio do não preenchimento em todos os deslocamentos. A menor frequência é para Alagoas (51% 127/247). A maior frequência é observada no Deslocamento 1 (68% 153/225), seguido do Deslocamento 3 (63% 147/234); Deslocamento 2 (55% 101/182); e, por último, a Bahia (54% 124/228), que possui a segunda menor frequência. Essa diferença é estatisticamente significativa ($X^2(4, N= 1116) = 17.52, p = 0.002$), com

associação fraca ($V^2 = 0.11$). Os menores números do não preenchimento, no *início*, são observados na fala de estudantes externos a Sergipe.

No nível *final*, o deslocamento Bahia (34% 83/243) é o único que não apresenta predomínio para o não preenchimento. A maior frequência para o não preenchimento é observada no Deslocamento 3 (63% 177/280), mesma frequência do *início*; os Deslocamentos 1 (58% 162/277) e 2 (58% 109/188) apresentam frequências iguais; Alagoas (57% 126/222) apresenta comportamento próximo ao dos Deslocamentos 1 e 2. A diferença observada entre os deslocamentos no nível *final* é estatisticamente significativa ($X^2(4, N= 1210) = 52.22, p < 0.001$), com associação fraca ($V^2 = 0.20$).

Diferentemente do que é observado no *início*, o Deslocamento 4, Bahia, apresenta drástica mudança, predominando o preenchimento ao *final* (54% ~ 34%). O Deslocamento 1 (68% ~ 58%) e o Deslocamento 4, Alagoas (51% ~ 57%), também apresentam uma mudança, mas seu comportamento ainda é para o não preenchimento. O Deslocamento 3 não apresenta mudança (63% ~ 63%) e o Deslocamento 2 (55% ~ 58%) apresenta pouca mudança. A interferência na mudança observada entre os tempos de curso (Gráfico 6) é, principalmente, resultado dos falantes do Deslocamento 1 e do Deslocamento 4 (Alagoas e Bahia).

Gráfico 6: Mudança na distribuição por tempo no curso e deslocamento

Fonte: elaborado pelo autor

Esses resultados ajudam a compreender que a migração, o deslocamento de uma região dialetal para outra região, juntamente ao contato com diferentes variedades e ao tempo de

contato, interfere nos usos linguísticos feitos pelos falantes, na medida em que pode haver mudanças nesses usos quanto à variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais, conforme propõem modelos de difusão dialetal e contato linguístico (BRITAIN, 2008; 2009; 2018; TRUDGILL, 1986), já que variedades que estão socialmente em contato com outras mudam linguisticamente.

Conduzimos, contudo, uma Análise de Variância (ANOVA) para examinar o efeito do *deslocamento* e do *tempo no curso* sobre a frequência do não preenchimento. O teste demonstra que não há interação significativa entre as variáveis $F(4, 50) = 1.20$, $p = 0.323$, $\omega^2_p = 0.013$. Falhamos em rejeitar a H_0 : embora haja diferença nos deslocamentos ao observar o tempo no curso, essa diferença não é estatisticamente significativa. Passemos, então, para a observação do índice de integração.

Ao migrar para uma nova comunidade, falantes entram em contato com variedades de língua diferentes da sua. Do mesmo modo, falantes originários dessa comunidade são expostos a novas variedades. O engajamento desses falantes nessa comunidade aumenta a possibilidade de exposição que esses falantes podem ter a variedades diferentes.

Em uma comunidade diversificada como a Universidade Federal de Sergipe, *campus* Prof. José Aloísio Campos, o engajamento permite que o falante seja exposto a uma ampla gama de dialetos, podendo, por meio do contato, incorporar formas linguísticas ao seu próprio repertório. O índice de integração é a forma que encontramos para controlar o engajamento dos falantes nessa comunidade – afora o *tempo no curso*. Pontuamos de 1 a 4, com base em elementos apresentados pelos falantes em sua ficha social (ocupação, com quem mora, onde almoça, inserção acadêmica e vulnerabilidade), de modo em que: i) quanto mais alto o valor, maior sua integração; e ii) quanto menor seu valor, menor sua integração.

Para observar o comportamento dessa variável, primeiro realizamos teste de Shapiro-Wilk, de modo a observar se a distribuição da frequência de não preenchimento e do índice de integração era normal. A H_0 desse teste é a de que a distribuição é normal, quando $p > 0.05$. O teste para a distribuição da frequência demonstra que a distribuição não é normal ($p = 0.001$); o teste para o índice de integração também demonstra que a distribuição não é normal ($p = 0.001$). Não sendo normal, o teste que usamos para observar a correlação entre a variável dependente e *índice de integração* é um teste não-paramétrico, o teste de correlação de Spearman. Relembremos que a H_0 é que não há correlação, enquanto a H_1 é a de que sim, há correlação (Gráfico 7):

Gráfico 7: Correlação entre o não preenchimento e índice de integração

Fonte: elaborado pelo autor

O teste de correlação de Spearman entre a frequência do não preenchimento e o *índice de integração* é negativa e não significativa ($\rho = -0.07$, $p = 0.602$). Falhamos em rejeitar a H_0 : do ponto de vista estatístico, não há correlação entre a integração do aluno e a distribuição do não preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais, visto a dispersão.

Podemos ver ainda se há diferenças quanto ao *tempo no curso* (Gráfico 8). Retomamos nossas hipóteses: i) H_0 , não há correlação entre *tempo no curso* e *índice de integração*; H_1 , há correlação.

Gráfico 8: Correlação do não preenchimento com índice de integração por tempo no curso

Fonte: elaborado pelo autor

Para o nível *início*, a correlação é positiva e não significativa ($\rho = 0.01$, $p = 0.954$): não há correlação entre os dados dos falantes do início do curso, a frequência do não preenchimento e o índice de integração. Para o nível *final*, a correlação é negativa e não significativa ($\rho = -0.14$, $p = 0.449$): também não há correlação entre os dados dos falantes do início do curso, a frequência do não preenchimento e o índice de integração. Falhamos em rejeitar a H_0 , e constatamos que não há correlação. Além disso, podemos ver que os falantes do *início* são menos integrados. É presumível que, nesse período, eles ainda não estejam tão engajados à universidade. Os ao *final* são mais dispersos no índice de integração.

As variáveis independentes até então apresentados são as que possibilitam responder à pergunta que lançamos no início desta pesquisa: a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais pelos universitários da UFS é sensível ao fator dialetal e à integração do estudante à comunidade da UFS? Nossa hipótese é de que a variação no preenchimento da posição determinante é sensível ao fator dialetal, e que falantes externos a Sergipe apresentam tendência ao preenchimento, enquanto os internos a Sergipe apresentam tendência ao não preenchimento, mas que, ao final do curso, o comportamento será similar entre os grupos, como resultado do efeito da integração à comunidade acadêmica. Isso porque, como discutimos, o universitário se move para uma nova região dialetal e interage com outros que vieram de outras regiões (CAMPBELL-KIBLER *et al.*, 2014), o que atua como condicionante na constituição de sua língua já que, por meio dessa interação, há o contato com diferentes variáveis (TRUDGILL, 1986), podendo resultar em mudanças no falar do indivíduo (LABOV, 1994).

Os dados obtidos apresentaram pontos que afirmam a pergunta e pontos que a negam. Afirmam na medida em que a variação é sensível ao fator dialetal, conforme vimos em *deslocamento* (Gráfico 3); e na medida em que é sensível à integração por vias de tempo, conforme vimos em *tempo no curso* (Gráfico 4). Negam na medida em que a integração não pôde ser comprovada por meio do *índice de integração* (Gráfico 7; Gráfico 8), o que refuta, em partes, a ideia de que essa mudança seria resultante da integração do universitário à rotina acadêmica.

Podemos, então, afirmar que a variação no preenchimento da posição determinante é sensível ao fator dialetal – já que regiões geográficas diferentes apresentam padrões linguísticos diferentes para a variação, formando diferentes regiões dialetais da língua (CHAMBERS; TRUDGILL, 2004) –, com dados de Sergipe e Alagoas predominando o não preenchimento e dados da Bahia predominando o preenchimento, e é sensível à integração à nova comunidade considerando seu tempo de curso – que por si já demonstra, em algum nível, integração –, com falantes ao final não preenchendo mais que falantes ao início. A integração do estudante na nova comunidade amplia seu contato com diferentes variedades (CAMPBELL-KIBLER *et al.*, 2014), o

que resulta em mudanças em sua língua, já que variedades que estão em contato podem ser linguisticamente alteradas (TRUDGILL, 1986). Contudo, não há efeito de outro tipo de integração.

É possível que outras variáveis também estejam interferindo na distribuição da variável dependente, como a variável extralinguística sexo/gênero.

Os estudos pioneiros relativos à variável sexo – considerando apenas o biológico – pontuaram que “a diferenciação sexual da fala frequentemente desempenha um papel importante no mecanismo da evolução linguística” (LABOV, 2008, p. 348): as mulheres eram mais conservadores diante de uma variante desprestigiada socialmente, enquanto os homens eram mais inovadores. Todavia, essas “observações nas quais se baseiam essas alegações sobre mulheres e homens foram produzidas em diferentes momentos e em diferentes circunstâncias, com populações diferentes daquelas cujo comportamento linguístico está sendo utilizado para explicar” (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p. 95). Considerando o fato de que a sociolinguística trabalha com a premissa de que a língua é influenciada pelo social, devemos também considerar que a língua será adaptada aos moldes da sociedade (FREITAG, 2015). Os papéis sociais que os diferentes sexos desempenham em sociedade são mais amplos. Os olhares para sexo também, abarcando não apenas a perspectiva biológica, mas também o gênero do indivíduo, compreendido como uma construção social ou cultural (FREITAG, 2015), visão que adotamos na constituição de nossa amostra.

Pesquisas anteriores que controlam sexo/gênero têm demonstrado seu efeito sobre a distribuição da variação (SILVA, 1996b; CAMPOS JR., 2011): o predomínio do não preenchimento ocorre na fala de falantes do sexo/gênero masculino. Lembremos que na H_0 não há interferência dos sexos/gêneros sobre a distribuição, e na H_1 há sim, e que os falantes do sexo/gênero *masculino* lideram o não preenchimento no contexto estudado.

Gráfico 9: Distribuição do não preenchimento por sexo/gênero

Fonte: elaborado pelo autor

Falantes do sexo/gênero *feminino* (57,1% 702/1229) não preenchem mais do que falantes do sexo/gênero *masculino* (55,3% 607/1097), o que difere das pesquisas de Silva (1998b) e Campos Jr. (2011), e do que consideramos para essa variável. A diferença na distribuição em nossos dados não é estatisticamente significativa ($X^2(1, N= 2326) = 0.75, p = 0.386$). Falhamos em rejeitar a H_0 : do ponto de vista estatístico, não há interferência dos sexos/gêneros sobre a distribuição da variável dependente. Os falantes, em nossa amostra, fazem o uso de ambas as variantes independente de seu sexo/gênero.

Tais resultados apresentam distinção quanto à outras pesquisas que consideram a mobilidade e o sexo do falante, como Bortoni-Ricardo (1985), no qual há favorecimento de formas padrão pelos falantes do sexo masculino, resultado, como propõe a autora, da pressão do mercado de trabalho e da rede social dos migrantes, já que os homens tendem a exercer atividades profissionais fora do seu centro de origem, convivendo mais tempo com falantes da variedade da região, enquanto as mulheres tendem a exercer apenas atividades domésticas, o que limita seu acesso a falantes da variedade da região. Em nossos dados, por outro lado, a similaridade entre ambos sexos/gêneros dos falantes pode ser resultante do mesmo tipo de integração: tanto falantes do sexo/gênero masculino quanto do feminino tendem a interagir com falantes de diferentes variedades da mesma forma.

Compreendendo o condicionamento extralinguístico sobre a distribuição de nossa variável dependente, nas próximas seções, continuamos com a descrição com base em variáveis

linguísticas: *tipo de possessivo e subdivisões, tipo de sintagma e tipo de preposição, função sintática, status informacional, definitude e valor semântico.*

5.1.2 Condicionamentos linguísticos

A princípio, buscamos observar a distribuição da variável dependente com base no tipo de possessivo e suas subdivisões. Por meio dessas variáveis, podemos ver se a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos tem relação com o possessivo. Subdividimos a variável considerando *pessoa do possessivo* (primeira, segunda ou terceira), *gênero do possessivo* (feminino e masculino) e *flexão do possessivo* (singular e plural). A principal motivação para seu controle é a ideia de que o fenômeno está mais relacionado ao artigo definido do que ao possessivo, como apontado por Silva (1982). Buscamos ver se essa ideia se mantém em nossos dados. Para cada subdivisão, consideramos como H_1 que há interferência do possessivo sobre a distribuição da variável dependente.

Gráfico 10: Distribuição do não preenchimento por pessoa do possessivo

Fonte: elaborado pelo autor

Em todas as pessoas predomina o não preenchimento. A frequência do não preenchimento é maior no possessivo de *primeira pessoa* (56,4% 1186/2104), em (51), do que em possessivos de *segunda* (55,6% 55/99), em (52), e de *terceira pessoa* (55,3% 68/123), em (53).

- (51) *minha* mãe ela é pedagoga do ensino público também (ANT1MI).
- (52) porque o que você não faria na frente de *sua* família você faz com seus amigos aí (ANT1MI).

- (53) as outras minorias também estão ganhando *seus* espaços na sociedade (CAIIMI).

Entretanto, essa diferença não é estatisticamente significativa ($X^2(2, N= 2326) = 0.08$, $p = 0.962$). Falhamos em rejeitar a H_0 : não há interferência da pessoa do possessivo para a distribuição do não preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais. Observemos, então, se há interferência do *gênero* do possessivo (Gráfico 11).

Gráfico 11: Distribuição do não preenchimento por gênero do possessivo

Fonte: elaborado pelo autor

A frequência de não preenchimento é maior em possessivos do gênero *masculino* (60,2% 676/1123), em (54), do que em possessivos do gênero *feminino* (52,6% 633/1203), em (55), como também ocorre em Guedes (2019), e essa diferença é estatisticamente significativa ($X^2(1, N= 2326) = 13.55$, $p < 0.001$), com associação fraca ($V^2 = 0.07$), o que confirma nossa H_1 , demonstrando que o *gênero do possessivo* interfere na distribuição da variável dependente.

- (54) eu passo *meu* fim de semana trancada em casa assistindo alguma série (ISA1FI).
 (55) *minha* mãe quer que a filha seja doutora então (ISA1FI).

Esse resultado é um indício de que o não preenchimento pode ter relação com o possessivo, visto que com possessivos do gênero *feminino* há pouca diferença, enquanto no gênero *masculino* há uma diferença maior. Todavia, o baixo valor de associação demonstra que essa relação não é tão forte. Observemos a *flexão do possessivo* (Gráfico 12).

Gráfico 12: Distribuição do não preenchimento pela flexão do possessivo

Fonte: elaborado pelo autor

A frequência do não preenchimento é maior com possessivos no *plural* (62,9% 299/364), em (56), do que com possessivos no *singular* (55% 1080/1962), em (57). Essa diferença é estatisticamente significativa, confirmada pelo valor de qui-quadrado ($X^2(1, N=2326) = 7.72, p = 0.005$), com associação fraca ($V^2 = 0.05$). Confirmamos nossa H_1 , demonstrando que a flexão interfere na distribuição: quando o possessivo está flexionado no plural, há maior frequência para o não preenchimento da posição determinante antes de possessivo do que com o possessivo flexionado no singular.

(56) *meus* pais são daqui de Sergipe (CAR4MF).

(57) *minha* irmã gosta bastante de ler também (PED4MF).

O não preenchimento da posição determinante antes de possessivo pré-nominal possui relação com o possessivo quanto ao seu gênero e quanto a sua flexão, em que há maior predomínio do não preenchimento com possessivos no *masculino* e no *plural*, o que difere do que é encontrado nos dados de Silva (1982), mas essa relação não se estende à pessoa do possessivo. Passemos para a variável *tipo de sintagma e tipo de preposição*.

Pesquisas que têm considerado essa variável (CAMPOS JR.; 2011; GUEDES, 2019; SIQUEIRA, 2020a) demonstram que, com sintagmas preposicionados, a frequência de não preenchimento é menor comparada ao comportamento em sintagmas nominais, o que nos leva a controlar essa variável. Sintagmas nominais (SN) são aqueles sintagmas que possuem um nome como núcleo [SN [a_{Det} [menina_N]]], em (58), enquanto sintagmas preposicionados (SP)

são aqueles que possuem uma preposição como núcleo do sintagma [SP [dp[SN [aDet [menina_N]]]], como em (59). Retomando nossa H₁: há efeito do tipo de sintagma, com os SN apresentando predomínio do não preenchimento, e os SP apresentando predomínio do preenchimento (Gráfico 13).

(58) *meu_{Poss} pai_N nasceu aqui em Aracaju mesmo (DAN1MF).*

(59) *vá assistir um filme saia *com_P seus_{Poss} amigos_N (DAN1FF).**

Gráfico 13: Distribuição do não preenchimento por tipo de sintagma

Fonte: elaborado pelo autor

Como evidência ao que foi apresentado, em SN predomina o não preenchimento, com 76,9% (1117/1453), como em (60); em SP, por outro lado, a frequência do não preenchimento é baixa, com 22% (192/873), em (61). O comportamento entre os diferentes tipos de sintagma é estatisticamente significativo ($X^2(1, N= 2326) = 667.57, p < 0.001$), com associação média ($V^2 = 0.54$). É, até então, a variável que apresenta maior força de associação com a distribuição. Rejeitamos a H₀, e aceitamos a H₁, que há efeito do tipo de sintagma sobre a distribuição do não preenchimento da posição determinante antes de possessivo pré-nominal.

(60) *minha dificuldade maior foi essa (RIV3MF).*

(61) *só moro *com meu* esposo (VAG2FF).*

O que faz com que em sintagmas preposicionados haja baixa frequência de não preenchimento? Salles (2001) demonstra que em português a preposição pode aparecer

contraída com o determinante, o que condiciona o preenchimento da posição. Frente a isso, controlamos a variável *tipo de preposição*, subdividida entre preposição *que contrai*, em (62), e preposição *que não contrai*, em (63). Campos Jr. (2011), Guedes (2019) e Sedrins *et al.* (2019) demonstram que as preposições que contraem apresentam baixos números do não preenchimento.

- (62) eu acho que o SUS é um programa muito necessário *em nossa* sociedade que garante saúde pública e grátis pra todos (MAI3MI).
- (63) sair *com meu* namorado (AUR4FF).

Para essa variável, nossa H_1 é a de que há efeito do *tipo de preposição* sobre a distribuição da VD, com as preposições *que não contraem* as que mais apresentam não preenchimento (Gráfico 14).

Gráfico 14: Distribuição do não preenchimento por tipo de preposição

Fonte: elaborado pelo autor

A frequência do não preenchimento é maior com preposições que *não contraem* (74,9% 143/191), como em (64), do que com preposições que *contraem* (7,2% 48/682), em (65), o que reforça a ideia de que com preposições com as quais o determinante pode contrair o seu preenchimento é maior, corroborando o que foi apresentado por Sedrins *et al.* (2019), Campos Jr. (2011) e Guedes (2019). Essa distribuição é estatisticamente significativa, confirmado pelo teste de qui-quadrado ($X^2(1, N= 873) = 398.44, p < 0.001$), com associação média/forte ($V^2 = 0.68$), demonstrando que o tipo de preposição em SP tem boa associação com a distribuição dos dados. Rejeitamos a H_0 e aceitamos a H_1 : o tipo de preposição interfere na distribuição da

variável dependente, com predomínio do não preenchimento em sintagmas preposicionados com preposições que *não contraem*.

(64) eu sinto muito mais isso *com meus* primos do interior daqui (CAR4MF).

(65) eu tiro isso *por meus* pais (BRE2FI).

O fato de a preposição poder contrair com o determinante pode inibir o não preenchimento. A preposição com característica [+aglutinante], como “de” e “em”, puxa para a estrutura do sintagma o determinante, o que faz com que haja baixo predomínio de sintagmas preposicionados com preposições que contraem com a posição determinante não preenchida. O comportamento do não preenchimento em sintagmas preposicionados depende do tipo de preposição presente na estrutura. Por outro lado, o comportamento do não preenchimento em sintagmas nominais não pode ser explicado pelo mesmo princípio. O controle da função sintática pode dar indícios desse comportamento.

Os elementos da língua estabelecem relações entre si. Um desses tipos de relações é descrito por meio da função sintática: a função que um sintagma desempenha na sentença. Controlar essa variável ajuda-nos a observar se a distribuição do não preenchimento é sensível à função sintática. Nossa H₁ é de que há efeito da função, uma vez que funções em que não há preposição ou as que podem acontecer sem preposição são as que mais apresentam o não preenchimento, como sujeito, objeto direto, tópico e predicativo (Tabela 4).⁵⁵

⁵⁵ Optamos pelo uso de tabela por ser uma variável com muitos níveis. O gráfico de barra, embora permita vários níveis para uma variável, não permitiu uma visualização adequada, ocorrendo sobreposição de níveis sobre outros.

Tabela 4: Distribuição do não preenchimento por função sintática

<i>Função</i>	<i>Variável dependente</i>		<i>Total</i>
	Não preenchimento	Preenchimento	
Acusativo	240 72.3 %	92 27.7 %	332 100 %
Adjunto Adverbial	120 28.5 %	301 71.5 %	421 100 %
Agente da passiva	1 20 %	4 80 %	5 100 %
Dativo	73 32.4 %	152 67.6 %	225 100 %
Genitivo	23 9.8 %	212 90.2 %	235 100 %
Predicativo	49 57 %	37 43 %	86 100 %
SN isolado	51 86.4 %	8 13.6 %	59 100 %
Sujeito	633 80.4 %	154 19.6 %	787 100 %
Tópico	119 67.6 %	57 32.4 %	176 100 %
Total	1309 56.3 %	1017 43.7 %	2326 100 %

$\chi^2=645.240 \cdot df=8 \cdot Cramer's V=0.527 \cdot Fisher's p=0.0004$

Fonte: elaborado pelo autor

A frequência do não preenchimento é maior com *SN isolado* (86,4% 51/59), quando o possessivo e o nome ocorrem só, conforme (66), seguido pela função de *sujeito* (80,4% 633/787), em (67), função de *acusativo* (72,3% 240/332), em (68), função de *tópico* (67,6% 119/176), em (69) e função de *predicativo* (57% 49/86), em (70). Nas demais funções, não há predomínio do não preenchimento: função de *dativo* (32,4% 73/225), em (71), função de *adjunto adverbial* (28,5% 120/421), em (72), *genitivo* (9,8% 23/235), como em (73), e *agente da passiva* (20% 1/5), em (74).

- (66) DOCMS: (hes) a sua família ela tem o hábito de ler?
FRA3FF: *meu irmão* só (FRA3FF).
- (67) *meu pai* que escolheu meu nome (CAT4FF).
- (68) ele apertou meu *minha barriga* (MIK4FF).
- (69) *meus pais* eles trabalhavam de manhã de tarde (ANT1MI).
- (70) e tipo ele é meu *meu colega* de classe então assim (CAR4MF).
- (71) buscando uma forma alternativa de renda pra dar *a seus filhos* (ENI4MI).
- (72) costumava ficar muito em casa mas eu sempre saía *com minhas amigas* (FER3FI).

- (73) tô com vontade de ir na casa *de minha vó* é fácil de ir (BAR3FF).
 (74) eh tá aí outra coisa que foi influenciada *por meu irmão* (FER3FI).

Como há células com poucas ocorrências, fizemos teste exato de Fisher. O teste demonstra que a distribuição é estatisticamente significativa ($p = 0.0004$), com associação média ($V^2 = 0.52$). Há efeito da função sintática sobre a distribuição dos dados. Apenas as funções sintáticas que podem ocorrer sem preposição apresentaram predomínio do não preenchimento, como *SN isolado, sujeito, acusativo, predicativo e tópico*. Em funções que necessitam de preposição, como *dativo, adjunto adverbial, genitivo e agente da passiva*, predomina o preenchimento, o que reforça o que foi encontrado por Guedes (2019) e Sedrins *et al.* (2019).

O não preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais em nossos dados está mais ligado ao tipo de sintagma do que à função sintática, visto que esses resultados reforçam o que foi encontrado em *tipo de sintagma e tipo de preposição*. Contudo, como demonstrado no teste estatístico, a função sintática ainda interfere sobre a distribuição, provavelmente resultante da presença/ausência de preposição e da frequência de cada função em nosso *corpus*.

As próximas variáveis são de ordem semântico-pragmática: *status* informacional, definitude e valor semântico do SN.

Conforme pontuamos em nossa seção sobre determinantes, a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais também é de ordem semântico-pragmática: o determinante limita nomes a valores específicos do mundo (CASTILHO *et al.*, 2008; LONGOBARDI, 2001; LYONS, 1999). Contudo, esses valores nem sempre são compartilhados pelos falantes na interação: quando conversamos, falamos tanto sobre informações que nossos ouvintes compartilham, quanto sobre informações novas. Frente a isso, controlamos o *status informacional* sobre a distribuição da variável dependente. Consideramos a condição da informação apresentada no sintagma em que se localiza o possessivo por meio de três *status*: *novo*, como em (75), *inferível*, em (76) e *dado*, em (77).

- (75) é série não deixo de assistir *meu Master Chef* no domingo (MIK4FF).
 (76) *minha mãe* é formada em Pedagogia (CAT4FF).
 (77) **meu irmão** é formado em Contabilidade então eu vi ah isso é massa [...] *meu irmão* tipo não mora aqui ele me deu e ele acertou em cheio (AMA3FI).

Em (75), o SN “meu Master Chef” é apresentado pela primeira vez, o que o configura como uma informação *nova*. Diferentemente de (76) em que, embora o SN “minha mãe” tenha sido apresentado pela primeira vez, inferimos que o falante tenha uma mãe, o que torna a informação *inferível*, e não nova. Em (77), a informação “meu irmão” é *dada* pois havia sido previamente apresentada na fala do falante.

Para essa variável, tomamos como H_1 que há interferência do *status* sobre a distribuição da variável dependente, na medida em que o não preenchimento ocorrerá mais quando a informação for *dada* ou *inferível* (Gráfico 15).

Gráfico 15: Distribuição do não preenchimento por *status* informacional

Fonte: elaborado pelo autor

A frequência do não preenchimento é maior com informações *dadas* (58,7% 827/1410), em (78), do que com informações *inferíveis* (57,2% 151/264) e *novas* (50,8% 331/652), em (79) e (80) respectivamente, o que confirma o que consideramos para essa variável. Estatisticamente, a distribuição é significativa ($X^2(2, N= 2326) = 11.37, p = 0.003$), com associação fraca ($V^2 = 0.06$). Confirmamos a H_1 , já que há interferência da condição da informação na distribuição da variável dependente.

(78) **minha tia** pagava entendeu? [...] *minha tia* não lê (BEA4FI).

(79) teve uma época que eu morei com *minha vó* é uma coisa que também marca muito (JUL4FF).

(80) eh ultimamente eu tenho mais saído com *minha namorada* de vez em quando (ANT1MI).

Os falantes de nossa amostra tendem a não preencher a posição determinante antes de possessivos pré-nominais quando a informação é *dada e inferível*. Quanto à condição *nova*, há pouca diferença entre o preenchimento e o não preenchimento, o que dialoga com os resultados encontrados em nosso estudo exploratório (SIQUEIRA, 2020a) e com os resultados de Silva (1998a). Para Said Ali (1931), o preenchimento da posição funcionaria como um reforço: o possessivo aliado ao artigo determina o nome a que ele se refere, como também chama a atenção antes para o possuidor do que para a coisa que era possuída. Falantes preenchem a posição determinante antes de possessivos pré-nominais quando a informação é nova como forma de trazer a atenção do interlocutor a essa informação, reforçando-a e evidenciando o elemento que segue ao possessivo como distinto de outros da mesma espécie.

Paralela a condição da informação, há a condição de identificabilidade da informação, também de ordem semântico-pragmática, explicada por meio da definitude. Tipicamente, o elemento que preenche a posição determinante, o artigo definido, é associado à definitude: o uso do artigo torna o nome que o segue definido, identificável pelos participantes da interação (LYONS, 1999); sua ausência, o não preenchimento da posição determinante, resultaria em uma leitura indefinida do nome. Contudo, aqui consideramos o conceito de definitude que leva em consideração o ancoramento com elementos previamente estabelecidos no discurso, a visão de Enç (1991): um SN é [+definido] quando seu referente discursivo foi estabelecido no discurso; um SN é [-definido] quando o elemento citado obedece a condição de novo, sem referente estabelecido no discurso. O exemplo (81) exemplifica esse comportamento:

(81) eu ajudava muito *meus amigos* [...] eu sempre ajudei *os meus amigos* de fazer trabalho (DANIFF).

Enquanto o primeiro SN “meus amigos” representa uma ideia nova, o segundo SN “os meus amigos” representa uma informação dada. Seguindo a visão de Enç (1991), o primeiro SN seria indefinido, pois não foi mencionado anteriormente, não podendo haver a relação de identidade do nome que se fala; o segundo SN seria definido, pois identificável com o referente já mencionado no discurso.

Controlamos essa variável visto a discussão acerca de o possessivo em si carregar ou não a capacidade de atribuir valor [+definido] ao nome (LYONS, 1999; GIORGI; LONGOBARDI, 1991; MATEUS *et al*, 2003; NEVES, 2008). Como a visão de Enç (1991) implica que é a informação e não um elemento que carrega o valor, descrevemos se os usos dos

possessivos acarreta em visão [+ definida]. Para essa variável, tomamos como H_1 que há interferência da definitude sobre a distribuição da variável dependente.

Gráfico 16: Distribuição do não preenchimento por definitude

Fonte: elaborado pelo autor

A frequência do não preenchimento é maior com SN *definido* (58,7% 827/1409), em (82), do que com SN *indefinido* (52,6% 482/917), em (83), e essa diferença é estatisticamente significativa, em que $X^2(1, N= 2326) = 8.49, p = 0.004$, com associação fraca ($V^2 = 0.06$). Aceitamos a H_1 : a definitude do SN interfere na distribuição dos dados.

- (82) *meu tio* lendo [...] (tá) acho que de incentivo da minha família mesmo é *meu tio* (GON1MF).
- (83) *minha casa* é a cinco minutos daqui (MIR3FI).

Com SN *definido* e *indefinido* predomina o não preenchimento, o que nos leva a hipotetizar que não é o preenchimento da posição determinante antes de possessivos pronominais por artigo definido que carrega o traço de definitude para o SN, e sim a informação contida nesse SN, que atende a condição de nova para ser indefinida e a condição de dada para ser definida, reforçando a ideia de que SN com possessivo contém leitura definida independente do uso do artigo definido.

Contudo, reconhecemos a limitação da visão de definitude abordada nesta pesquisa. Como adverte Haspelmath (1999, p. 231, tradução nossa), “[...] noções como menção prévia

ou familiaridade são insuficientes”,⁵⁶ já que usos anafóricos representam uma pequena parcela de usos na língua. Um refinamento da variável ajudaria no entendimento do comportamento da variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais. Por hora, ficamos com a visão de Enç (1991) que apresenta efeitos sobre a distribuição, e seguimos para a descrição de outra variável semântico-pragmática, o valor semântico do SN no qual se localiza o possessivo.

O possessivo pode relacionar diferentes valores semânticos, como de posse, de localização, de familiaridade etc. a depender de seu uso. Esse valor é dado, principalmente, através dos nomes que o seguem. Em nossa pesquisa, controlamos o valor semântico-pragmático por meio da escala metafórica proposta por Heine *et al.* (1991), que vai do mais concreto ao mais abstrato.

Contudo, não conseguimos abarcar todos os valores expressos pelos possessivos: houve 2 ocorrências nas quais os nomes se referiam a animais. Baseados na escala de Heine *et al.* (1991), nenhuma categoria apresentada comporta esse tipo de nome. Assim, para não interferir na análise, as ocorrências foram removidas. Nossa H_1 para essa variável é a de que as categorias metafóricas interferem na distribuição (Gráfico 17).

Gráfico 17: Distribuição do não preenchimento por valor semântico

Fonte: elaborado pelo autor

Os valores semânticos nos quais predomina o não preenchimento são os mais concretos: *pessoa* (62,2% 968/1399), como em (84), e *objeto* (60,3% 47/78), em (85). Nos

⁵⁶ No original: “[...] notions like previous mention or familiarity are insufficient” (HASPELMATH, 1999, p. 231).

demais valores há predomínio do preenchimento: *atividade* (36,1% 70/194), em (86), *espaço* (18,6% 41/220), como em (87), *tempo* (33,9% 39/115), em (88), e o mais abstrato *qualidade* (44,7% 142/318), em (89). Essa variável mostrou-se estatisticamente significativo, em que $X^2(5, N= 2324) = 294.95, p < 0.001$, com associação fraca ($V^2 = 0.35$). Rejeitamos a H_0 e aceitamos a H_1 , na qual confirmamos que há interferência do valor semântico na distribuição da variável dependente. Não há uma ligação direta entre [+concreto], [+abstrato] e o não preenchimento, visto a distribuição em formato de U.

- (84) *minha avó* materna que foi a única avó que eu tive (ISA4FF).
- (85) eles queriam também levar *meu celular* só que eu corri (LUI4MI).
- (86) *meu curso* é como você falou mesmo é um curso teórico (MIC4MI).
- (87) eu não tenho tantos amigos dessa *minha cidade* (ENI4MI).
- (88) *meus finais* de semana recentemente são estar em casa (ISA2FF).
- (89) um sistema que tem tem *suas falhas* (ANT1MI).

As maiores frequências ocorrem com nomes que remetem à traço de pessoa, o que pode ser resultado do tipo de roteiro que utilizamos para as entrevistas que compõem a amostra, composto por perguntas pessoais: o falante fala muito de si e das pessoas que compõem sua vida; ou do fato de que, com nomes de parentesco, como “mãe”, “pai” e “irmão”, e com relações pessoais, como “namorado”, “amigo” e “professor”, a posição D antes de possessivos tende a não ser preenchida, como apontam Silva (1998a), Campos Jr. (2011) e Siqueira (2020a). Os outros valores com maior frequência, *objeto* e *qualidade*, são valores que, muitas vezes, relacionam-se com a pessoa: os objetos que ela possui e qualidades, como em (90) e (91).

- (90) quando eu recebi *minha primeira bicicleta* ((RISOS)) (LUI4MI).
- (91) *meu sotaque* mudou bastante (ISA4FI).

Como aponta Bybee (2007, p. 18, tradução nossa), e isso pode ser aplicado ao português, “uma das mais usadas palavras em inglês é o eu, e outros pronomes de primeira pessoa (objeto e possessivo) são muito frequentes (Scheibman 2002)”,⁵⁷ o que justifica o extensivo uso de nomes que se relacionam a eles mesmos.

⁵⁷ No original: “one of the most used words in English is I, and other first person pronouns (object and possessive) are also very frequent (Scheibman 2002)” (BYBEE, 2007, p. 18).

Por outro lado, os valores que menos apresentam não preenchimento se distanciam da relação [+pessoa], como *atividade*, *espaço* e *tempo*. Contudo, o não preenchimento é decorrente, principalmente, da organização dos sintagmas. As categorias *atividade*, *espaço* e *tempo* são as que mais ocorrem com preposição (Gráfico 18), o que resulta no predomínio do preenchimento.

Gráfico 18: Distribuição do valor semântico por tipo de sintagma

Fonte: elaborado pelo autor

Ocorrendo com preposições, os sintagmas com esses tipos de nome tendem a vir com a posição determinante preenchida, o que resulta no não predomínio do não preenchimento. Com isso, embora haja efeito do valor semântico sobre a distribuição da variável dependente, essa variável é afetada pelo tipo de sintagma na qual se insere o possessivo.

5.1.3 Condicionamentos da variação

Apresentamos uma sumarização, apontando as frequências e o resultado dos testes estatísticos, descrevendo onde ocorre o não preenchimento (Quadro 13).

Quadro 13: Sumarização dos resultados

Variável	Considerações
Deslocamento	Apresentou significância estatística ($X^2(4 N= 2326) = 48.25 p < 0.001$). O predomínio ocorre com falantes do <i>deslocamento 3</i> (63% n= 324/514), <i>deslocamento 1</i> (62,7% n= 315/512), <i>deslocamento 2</i> (56,8% n= 210/370) e de <i>Alagoas</i> (53,9% n= 253/469)

Tempo no curso	Apresentou significância estatística ($X^2(1, N = 2326) = 4.02$, $p = 0.045$). O predomínio ocorre com falantes do <i>início</i> (58,4% $n = 652/1116$) e do <i>final</i> (54,3% $n = 657/1210$).
Índice de integração	Não apresentou significância estatística ($\rho = -0.07$, $p = 0.602$).
Sexo/gênero	Não apresentou significância estatística ($X^2(1, N = 2326) = 0.75$, $p = 0.386$). O predomínio ocorre com falantes do sexo/gênero <i>feminino</i> (57,1% $n = 702/1229$) e do <i>masculino</i> (55,3% $n = 607/1097$).
Tipo de possessivo e subdivisões	Pessoa: não apresentou significância estatística ($X^2(2, N = 2326) = 0.08$, $p = 0.962$). O predomínio ocorre com <i>primeira pessoa</i> (56,4% $n = 1186/2104$), <i>segunda pessoa</i> (55,6% $n = 55/99$) e <i>terceira pessoa</i> (55,3% $n = 68/123$); Gênero: apresentou significância estatística ($X^2(1, N = 2326) = 13.55$, $p < 0.001$). O predomínio ocorre com o gênero <i>masculino</i> (60,2% $n = 676/1123$) e <i>feminino</i> (52,6% $n = 633/1203$); Flexão: apresentou significância estatística ($X^2(1, N = 2326) = 7.72$, $p = 0.005$). O predomínio ocorre com o possessivo no <i>plural</i> (62,9% $n = 299/364$) e <i>singular</i> (55% $n = 1080/1962$).
Tipo de sintagma e tipo de preposição	Tipo de sintagma: apresentou significância estatística ($X^2(1, N = 2326) = 667.57$, $p < 0.001$). O predomínio ocorre com <i>sintagmas nominais</i> (76,9% $n = 1117/1453$); Tipo de preposição: apresentou significância estatística ($X^2(1, N = 873) = 398.44$, $p < 0.001$). O predomínio ocorre com preposições que <i>não contraem</i> (74,9% $n = 143/191$).
Função sintática	Apresentou significância estatística (<i>Fisher's</i> $p = 0.0004$). O predomínio ocorre em <i>SN isolado</i> (86,4% $n = 51/59$), <i>sujeito</i> (80,4% $n = 633/787$), <i>acusativo</i> (72,3% $n = 240/332$), <i>tópico</i> (67,6% $n = 119/176$) e <i>predicativo</i> (57% $n = 49/86$).
Status informacional	Apresentou significância estatística ($X^2(2, N = 2326) = 11.37$, $p = 0.003$). O predomínio ocorre em <i>dado</i> (58,7% $n = 827/1410$), <i>inferível</i> (57,2% $n = 151/264$) e <i>nova</i> (50,8% $n = 331/652$).
Definitude	Apresentou significância estatística ($X^2(1, N = 2326) = 8.49$, $p = 0.004$). O predomínio ocorre em <i>definido</i> (58,7% $n = 827/1409$) e <i>indefinido</i> (52,6% $n = 482/917$).
Valor semântico	Apresentou significância estatística ($X^2(5, N = 2324) = 294.95$, $p < 0.001$). O predomínio ocorre em <i>pessoa</i> (62,2% $n = 968/1399$) e <i>objeto</i> (60,3% $n = 47/78$).

Fonte: elaborado pelo autor

Algumas das variáveis seguem o que foi encontrado por outros estudos, como *deslocamento*, com predomínio do não preenchimento nos dados do próprio estado (SIQUEIRA, 2020a), *tempo no curso*, no qual dados do *início* apresentam maior frequência do não preenchimento (SIQUEIRA, 2020a), *tipo de sintagma*, com predomínio em SN (CALLOU; SILVA, 1997; GUEDES, 2019; SIQUEIRA, 2020a), *tipo de preposição*, na qual o predomínio ocorre com preposições que *não contraem* (GUEDES, 2019; SEDRINS *et al.* 2019), *função sintática*, em que o não preenchimento predomina em função que não leva preposição (GUEDES, 2019; PEREIRA, 2017), *status informacional*, com o predomínio do não preenchimento em informações *novas* (SILVA, 1998a; CAMPOS JR., 2011; SIQUEIRA, 2020a), e *valor semântico*, predominando em nomes [+pessoa] (SILVA, 1998a; CAMPOS JR., 2011; SIQUEIRA, 2020a).

Outras variáveis ou apresentam diferenças ou não existem em pesquisas revisadas, como *sexo/gênero*, que não apresentou significância, com predomínio em falantes do sexo/gênero *masculino*; *pessoa do possessivo*, que também não apresentou significância e há predomínio na *primeira pessoa*; *gênero do possessivo*, com predomínio no gênero *masculino*; *flexão*, predominando no *plural*; e *definitude*, na qual o predomínio é maior em contextos *definidos*.

A variável independente *tipo de sintagma* apresentou a maior medida de associação ($V^2 = 0.54$), o que nos leva a hipotetizar que a variação no preenchimento da posição determinante antes de D tem relação com a organização do sintagma no qual o possessivo se insere, já que com preposições [+aglutinantes] há baixos usos do não preenchimento. Com isso, o *tipo* de preposição justifica o comportamento do não preenchimento em SP. Mas e quanto aos SN? Os dados em relação ao não preenchimento em SN pode ser justificado pelo caráter dialetal que há na variação do não preenchimento da posição determinante. Como discutimos, falantes do Nordeste tendem a não preencher mais que aqueles do Sul e Sudeste, o que pode responder nossa questão sobre os SN.

Os dados demonstram que na distribuição da variação do não preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais, há interferência de variáveis de ordem extralinguística e linguística. Todavia, a descrição foi realizada sem observar a interferência de outras variáveis. Uma análise multivariada nos permite expandir o valor exploratório.

5.2 ANÁLISES MULTIVARIADAS

Feitas as análises univariadas para descrever a distribuição dos dados e as associações (cf. 5.1), observamos, nesta seção, quais variáveis estão favorecendo a realização do não

preenchimento por meio de análises multivariadas de regressão logística, com base em modelos lineares generalizados, que permitem “verificar o efeito simultâneo de múltiplas variáveis previsoras, a fim de chegar a um modelo para descrever, explicar e prever o comportamento da variável resposta” (OUSHIRO, 2017, p. 182).

Antes de apresentarmos os resultados dos modelos, pontuamos a retirada da variável *tipo de preposição*, por só ocorrer em sintagmas preposicionados, a não inclusão de *sexo/gênero do informante* e *pessoa do possessivo*, por não apresentarem significância nas análises univariadas, e a retirada das variáveis *função sintática* e *valor semântico do SN*, por terem muitos níveis e por gerarem células vazias, o que atrapalharia na ortogonalidade dos modelos. Chamamos de Modelo 1 o modelo com as variáveis extralinguísticas (deslocamento e tempo no curso), e de Modelo 2 o modelo com as variáveis extralinguísticas e as demais variáveis.

Nas tabelas que apresentam os resultados dos modelos (Tabela 5; Tabela 6), os valores são representados em estimativas ou *logodds* (*logs* de razões de chance de a variável de interesse ocorrer – o não preenchimento). Valores positivos correspondem ao favorecimento da ocorrência da variável de interesse, e valores negativos correspondem ao desfavorecimento, que são lidos em relação ao valor de *intercept*, apresentado na primeira linha da tabela.

Tabela 5: Estimativas e significâncias no Modelo 1

	<i>Estimativa</i>	Pr(> z)**
<i>Intercept*</i>	0.62	<0.001***
Deslocamentos		
Variáveis	Deslocamento 2	-0.25
	Deslocamento 3	0.01
	Alagoas	-0.37
	Bahia	-0.77
Tempo		
Final	-0.19	0.02*

* O valor de *intercept* corresponde aos valores de *deslocamento 1* e *início*.

** Os asteriscos que seguem aos valores de p correspondem aos seguintes códigos: 0 = ‘***’, 0.001 = ‘**’ e 0.01 = ‘*’.

Dentro do Modelo 1, o poder explanatório é fraco ($R^2 = 0.02$), o que explica 2% da variação observada. O *intercept* do modelo é de 0.62 (SE = 0.10, 95% CI [0.43, 0.83], $p < 0.001$). As variáveis *deslocamento* e *tempo no curso* estão correlacionadas com a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais, já que há diferenças significativas entre um ou mais níveis das variáveis e o valor de *intercept*.

Na variável *deslocamento*, os dados do Deslocamento 4, Alagoas e Bahia, apresentam desfavorecimento significativo ao não preenchimento (-0.37 $p= 0.003$ e -0.77 $p< 0.001$, respectivamente), o que retoma nossa ideia de que com falantes externos a Sergipe o não preenchimento é menor. Falantes do *final* do curso também desfavorecem o não preenchimento (-0.19 $p= 0.02$), o que nos leva a pontuar que, na medida em que mais se integram na universidade em vias de tempo, mais eles adquirem um comportamento linguístico para o preenchimento. O coeficiente do modelo, por outro lado, aponta um favorecimento do não preenchimento quando o falante é do Deslocamento 1 no início do curso (0.62 $p< 0.001$). Os coeficientes apresentados no Gráfico 19 são condizentes com os resultados do modelo.

Gráfico 19: Estimativas no Modelo 1

Fonte: elaborado pelo autor

Os resultados reforçam o que foi observado nas análises univariadas. Passemos para a observação do Modelo 2 (Tabela 6):

Tabela 6: Estimativas e significâncias no Modelo 2

	<i>Estimativa</i>	<i>Pr(> z)**</i>
<i>Intercept*</i>	12.48	0.96
Deslocamentos		
Deslocamento 2	-0.32	0.05
Deslocamento 3	0.02	0.89
Alagoas	-0.41	0.007**
Bahia	-0.81	<0.001***
Tempo		
Final	-0.22	0.02*
Gênero do possessivo		
Masculino	0.13	0.19
Flexão do possessivo		
Plural	0.80	<0.001***
Tipo de sintagma		
Preposicionado	-2.59	<0.001***
Status informacional		
Inferível	0.58	<0.001
Dado	-10.84	0.97
Definitude		
Indefinido	-11.40	0.97

* O valor de *intercept* corresponde aos valores de *deslocamento 1*, *início*, *feminino*, *singular*, *nominal*, *novo* e *definido*.

Dentro do Modelo 2, o poder explanatório é fraco ($R^2 = 0.32$), o que explica 32% da variação observada, porém maior do que o poder explanatório do Modelo 1 ($R^2 = 0.02$), o que nos leva a pontuar que as variáveis linguísticas têm grande associação com a variação. O *intercept* do modelo é 12.49 (SE = 324.74, 95% CI [-53.69,], $p = 0.969$). As variáveis *deslocamento*, *tempo no curso*, *tipo de sintagma* e *status informacional* estão correlacionadas com a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais, já que há diferenças significativas entre um ou mais níveis das variáveis e o valor de *intercept*; as variáveis *gênero do possessivo* e *definitude*, por outro lado, não estão associadas.

Os números quanto às variáveis *deslocamentos* e *tempo no curso* são similares ao Modelo 1, com as mesmas variáveis (des)favorecendo o não preenchimento. Por outro lado, as variáveis *flexão do possessivo* e *status informacional* estão correlacionadas com o não preenchimento, que é favorecido quando o possessivo está flexionado no *plural* (0.80 $p < 0.001$) e quando a informação é *inferível* (0.58 $p < 0.001$). Na variável *tipo de sintagma*, há

desfavorecimento do não preenchimento quando o sintagma é *preposicionado* (-2.59 $p < 0.001$). Os coeficientes apresentados no Gráfico 20 são condizentes com os resultados do modelo.

Gráfico 20: Estimativas no Modelo 2

Fonte: elaborado pelo autor

Os resultados desse modelo reforçam o que apresentamos nas descrições de frequências e associações. Contudo, diferentemente das análises univariadas, as variáveis *gênero do possessivo* e *definitude* não predizem o comportamento da variável de interesse, o não preenchimento. Variáveis como *deslocamento*[Alagoas; Bahia], *tempo no curso*[final], *flexão do possessivo*[plural], *tipo de sintagma*[preposicionado] e *status informacional*[inferível] têm efeito significativo quanto ao falante preencher ou não a posição determinante antes de possessivos pré-nominais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, apresentamos discussões em relação ao fenômeno linguístico que propomos descrever: os usos do (não) preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais, focando em aspectos dialetais e de contato, de modo a responder a questão lançada ao início desta pesquisa, se a variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais pelos universitários da Universidade Federal de Sergipe, *campus* Prof. José Aloísio de Andrade é sensível ao fator dialetal e à integração do estudante à comunidade da UFS. Tínhamos como hipótese que a variação no preenchimento da posição determinante é sensível ao fator dialetal, e que falantes externos a Sergipe apresentam tendência ao preenchimento, enquanto os internos a Sergipe apresentam tendência ao não preenchimento, mas que, ao final do curso, o comportamento será similar entre os grupos, como resultado do efeito da integração à comunidade acadêmica.

A partir da questão e hipótese, tomamos por objetivo específico apresentar uma descrição em relação à função de determinação no português, como também as categorias de palavras que são alçadas à posição determinante. Na Seção 2, caracterizamos a determinação em português, seu comportamento e as classes de palavras que a compõem, como também apresentamos uma revisão integrativa sobre o fenômeno, apontando seu caráter dialetal, de modo a dar mais suporte ao que aqui propomos investigar.

Também desenvolvemos neste trabalho, por meio da Sociolinguística Variacionista, discussões acerca da relação entre língua e sociedade, dando enfoque à variação regional, à difusão e ao contato linguístico. Na Seção 3, discorremos sobre o efeito do contato na língua do falante, centrados na espacialidade, na difusão, na migração e na integração de indivíduos a novos ambientes, relacionando com nossa comunidade foco, a Universidade Federal de Sergipe. A discussão nos proveu subsídios para observar o comportamento linguístico dos falantes da amostra Deslocamentos (2019/2020), considerando seu descolamento e sua integração à universidade em vias de tempo, e como a fala do indivíduo poderia mudar resultante desse deslocamento e da integração.

Apresentamos também, na Seção 4, nossos procedimentos metodológicos, demonstrando como prosseguiríamos com nossa descrição, quais dados seriam analisados e quais variáveis independentes controlaríamos, de modo com que, ao adentrarmos na seção de descrição e análise, tivéssemos controle de como nossa questão inicial seria respondida. Com isso, partimos para a identificação das ocorrências do fenômeno.

Após a identificação, obtivemos um total de 2362 ocorrências de possessivos pronominais. Dessas ocorrências, 1309 (56%) não possuíam a posição determinante preenchida, o que confirma seu predomínio em nossos dados e confirma o que pontuamos em relação ao comportamento dessa variável no português falado na região Nordeste. Frente a distribuição, observamos o efeito das variáveis predictoras, as variáveis independentes, sobre a distribuição da variável dependente, por meio de análises uni e multivariadas, dando enfoque, primeiramente, às variáveis que responderiam nossa questão de pesquisa.

Em deslocamento, o não preenchimento ocorre com maior frequência na fala de estudantes internos ao estado de Sergipe, como falantes do Deslocamento 1 (62,7% 315/502), Deslocamento 2 (56,8% 210/370) e Deslocamento 3 (63% 324/514), e na fala de estudantes do estado de Alagoas (53,9% 253/469), pertencente ao Deslocamento 4. Com falantes da Bahia (43,9% 207/471), há predomínio do preenchimento. A análise multivariada demonstra que com falantes de Alagoas e Bahia, os *logs* de razões de chance desfavorecem o não preenchimento. Frente a isso, vemos que há uma diferença nos padrões dialetais: com falantes externos a Sergipe a frequência do não preenchimento é menor, havendo um desfavorecimento.

Controlamos tempo no curso com vistas a observar se essa variação é sensível à integração do estudante à universidade por vias de tempo, e se há mudança no modo como ele faz uso dessa variação por meio do tempo aparente. Os resultados demonstram que ao final do curso (54,3% 657/1210) a frequência do não preenchimento é menor do que ao início (58,4% 652/1116). Na análise multivariada, os *logs* de razões de chance do tempo *final* desfavorecem significativamente o não preenchimento, o que nos leva a hipotetizar que, resultante da inserção por tempo na comunidade e do contato com falantes de diferentes dialetos, os universitários de nossa amostra mudam o modo como fazem uso da variável.

Conforme ilustrado em nosso objetivo e questão, tínhamos como parte da hipótese que a integração do estudante à universidade incidiria sobre seus usos do não preenchimento. Para tanto, controlamos o índice de integração. Contudo, o teste de correlação entre a frequência da nossa variável dependente e o índice de integração não demonstrou significância.

Os dados obtidos quanto a essas variáveis afirmam e rejeitam nossa pergunta de pesquisa. Afirmam porque a variação é sensível ao fator dialetal, conforme deslocamento (Gráfico 3), e é sensível à integração por vias de tempo, conforme tempo no curso (Gráfico 4). Negam porque a integração não pôde ser comprovada por meio do índice de integração (Gráfico 7; Gráfico 8), o que refuta a ideia de que a variação seria resultante da integração do universitário à comunidade acadêmica. Respondendo à pergunta que lançamos ao início dessa pesquisa e retomada no início desta seção, afirmamos que a variação no preenchimento da

posição determinante é sensível ao fator dialetal, com dados de falantes externos a Sergipe desfavorecendo o não preenchimento, e é sensível à integração à comunidade apenas considerando seu tempo de curso – que por si já demonstra integração –, com falantes ao final desfavorecendo o não preenchimento.

Controlamos também outras variáveis, de modo a observar diferentes tipos de condicionamento sobre a variável dependente. Pontuamos, *a priori*, que as variáveis independente sexo/gênero do informante e pessoa do possessivo não apresentaram significância estatística no modelo de análise univariada. No conjunto das variáveis que apresentaram significância, pontuamos o predomínio do não preenchimento em gênero do possessivo – masculino (60,2% 676/1123) e feminino (52,6% 633/1203) –, flexão do possessivo – plural (62,9% 299/364) e singular (55% 1080/1962) –, tipo de sintagma – sintagma nominal (76,9% 1117/1453) –, tipo de preposição – preposição que não contrai (74,9% 143/191) –, função sintática – SN isolado (86,4% 51/59), sujeito (80,4% 633/787), acusativo (72,3% 240/332), tópico (67,6% 119/176), predicativo (57% 49/86) –, status informacional – informação dada (58,7% 827/1410), inferível (57,2% 151/264) e nova (50,8% 331/652) –, definitude – definido (58,7% 827/1409) – e valor semântico do SN – pessoa (62,2% 968/1399) e objeto (60,3% 47/78). Análises multivariadas demonstram que apenas as variáveis flexão do possessivo, tipo de sintagma e *status* informacional apresentam efeitos preditivos sobre a variável dependente.

A variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais é associada a condicionamentos extralinguísticos e linguísticos. O condicionamento linguístico apresenta semelhanças com outras pesquisas sobre a temática, principalmente quanto ao tipo de sintagma, função sintática e *status* informacional (e.g. SILVA, 1982; 1998a; 1998b; CAMPOS JR.; GUEDES, 2019; SEDRINS *et al.*, 2019; SIQUEIRA, 2020a).

Como sugestões para pesquisas futuras, com base no que foi observado nesse estudo, cabe compreendermos, de fato, como a variável descrita está ao nível de consciência dos falantes. Primeiro, porque mudança linguística está associada, principalmente, com formas que estão ao nível de consciência do falante (LABOV, 1994). Segundo, porque em ambientes de contato, são também as formas ao nível de consciência as mais propensas a serem adotadas pelos falantes (TRUDGILL, 1986). Compreender como essa variável está encaixada ao nível de consciência, pode-nos dar maiores indícios acerca de padrões dialetais e de contato sobre o fenômeno.

Destarte, por meio desse estudo, contribuímos para a descrição do português brasileiro sobre o comportamento dos determinantes, com enfoque na variação do preenchimento da posição determinante antes de possessivo pré-nominal; também contribuímos para discussões

quanto à relação entre espacialidade/migração/língua, e discussões sobre mudança linguística advinda do contato e da integração do estudante ao ambiente universitário, iniciados, na UFS, por Corrêa (2019) e Ribeiro (2019). Para além disso, contribuímos para o desenvolvimento de pesquisas com enfoque na descrição, análise e usos linguísticos no Brasil, e o desenvolvimento de estudos descritivos do português falado em Sergipe.

7. REFERÊNCIAS

- ABNEY, S. **The English noun phrase in its sentential aspect**. Dissertação - Cambridge, MA. Ph.D., MIT, 1897.
- ALMEIDA, N. M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ARAÚJO, A. S.; BARRETO, E. A.; FREITAG, R. M. **Banco de dados de falantes cultos de Itabaiana**. Aracaju, 2012.
- ARAÚJO, A. S. *et al.* **O controle da mobilidade na constituição de amostras sociolinguísticas**. In: ABRALIN 50, Maceió (Apresentação de Trabalho/Comunicação), 2019.
- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BARROS, L. M. M.; BITTENCOURT, T. Pessoas do discurso e pronomes possessivos. **Cadernos de Letras da UFF- GLC**, v. 27, p. 63–82, 2003.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BENVENISTE, E. A natureza dos pronomes. **Problemas de lingüística geral I**, v. 3, p. 277-285, 1995.
- BOBERG, C. *et al.* Introduction. In: BOBERG, C.; NERBONNE, J.; WATT, D. (eds.). **The Handbook of Dialectology**. Wiley Blackwell, 2018, p. 01-15.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **The Urbanization of Rural Dialect Speakers: a Sociolinguistic Study in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BRAGA, J. V. *et al.* Bare singular and bare mass nouns in Brazilian Portuguese: First results of an empirical survey. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 9, n. 1, p. 75-94, 2010.
- BRAGA, M. L. *et al.* Artigo definido. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (orgs.). **Gramática do português culto falado do Brasil, vol. 2: Classes de palavras e processos em construção**. Editora da UNICAMP, 2008, p. 87-116.
- BRAGA, M. L.; SILVA, G. M. O. Discurso e abordagens quantitativas. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 41, n. 1, p. 41-55, 1997.
- BRITAIN, D. Language/dialect contact. In: BROWN, K. (ed.). **Encyclopedia of Language and Linguistics**. Elsevier, p. 651-657, 2006.

BRITAIN, D. Space, diffusion and mobility. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.). **The handbook of language variation and change**. Blackwell publishing, 2008, p. 604-637.

BRITAIN, D. Dialect contact and new dialect formation. In: BOBERG, C.; NERBONNE, J.; WATT, D. (eds.). **The Handbook of Dialectology**. Wiley Blackwell, 2018, p. 143-158.

BUCHSTALLER, I.; KHATTAB, G. Population samples. In: PODESVA, R. JR.; SHARMA, D. **Research methods in linguistics**. New York: Cambridge University Press, 2013, p. 94-115.

BYBEE, J. Background and current context. In: BYBEE, J (org.). **Frequency of use and the organization of language**. New York: Oxford University Press on Demand, 2007, p. 03-34.

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.

CALLOU, D. A variação no português do Brasil: o uso do artigo definido diante de antropônimos. In: **Faculdade de Letras da UFRJ, Série Conferência**. 2000.

CALLOU, D.; SILVA, G. M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, D. (Org.). **Diversidade Lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997, p. 11-27.

CÂMARA JR., J. M. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

CAMPBELL-KIBLER, K. *et al.* Apparent time and network effects on long-term cross-dialect accommodation among college students. U. Penn **Working Papers in Linguistics**, v. 20, n. 2, 2014.

CAMPOS JR., H. S. **A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciência Humanas e Sociais, 2011.

CARDOSO, S. A. *et al.* **Atlas linguístico do Brasil**. EDUEL, 2014.

CASTILHO, A. T. O Artigo no português culto de São Paulo. In: CASTILHO, A. T. **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 67-88.

CASTILHO, A. T. Demonstrativos. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (orgs.). **Gramática do português culto falado do Brasil, vol. 2: Classes de palavras e processos em construção**. Editora da UNICAMP, 2008, p. 117-136.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, A. T. *et al.* Os especificadores. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (orgs.). **Gramática do português culto falado do Brasil, vol. 2: Classes de palavras e processos em construção**. Editora da UNICAMP, 2008, p. 85.

CASTRO, A. Os Possessivos em Português Europeu e Português Brasileiro - unidade e diversidade. In: Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, p. 599-613, 2001.

CASTRO, A. Possessivos e artigo definido expletivo em PE e PB. **Revista Veredas**, v. 10, n. 1 e 2, p. 01-18, 2006.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. **Dialectology**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CORREA, T. R. A. **A variação na realização de /t/ e /d/ na comunidade de práticas da UFS: mobilidade e integração**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

COSTA, T. M. **Determinantes definidos: um estudo sobre a estrutura dos DPs na história do português**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2016.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

ECKERT, P.; MCCONNEL-GINET, S. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (orgs.). **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 93-108.

ENÇ, M. The semantics of specificity. **Linguistic inquiry**, p. 1-25, 1991.

FAINGOLD, E. D. Demonstrative Pronouns: a source of definite articles in history. In: **The Development of grammar in Spanish and the Romance Languages**. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 39-53.

FLORUPI, S. A. **Estudo da Variação do Determinante em Sintagmas Nominais Possessivos na História do Português**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2008.

FREITAG, R. M. K. Banco de dados Falares Sergipanos. **Working Papers em Linguística**, v. 14, n. 1, p. 156-164, 2013.

FREITAG, R. M. K. (Re)discutindo sexo/gênero na sociolinguística. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (ed.). **Mulheres, Linguagem e Poder – Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015, p. 17-74.

FREITAG, R. M. K. Sociolinguística no/do Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 58, n. 3, p. 445-460, 2016.

FREITAG, R. M. K. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 2, p. 667-686, 2018.

FREITAG, R. M. K.; ROST-SNICHELOTTO, C. A. Análises contrastivas: estabilidade, variedade ou metodologia? **Working Papers em Linguística**, v. 16, n. 1, p. 157-169, 2015.

FRITSCH, T. Latim vulgar – esboço histórico e lingüístico. **Língua e Literatura**, v. 2, n. 2, p. 123-131, 1973.

GALTON, A. On the Ontological Status of Geographical Boundaries. In: DUCKHAM, M. (ed.). **Foundations of geographic information science**. London: Taylor & Francis, 2003, p. 151-171.

GIORGI, A.; LONGOBARDI, G. **The syntax of Noun Phrases: configuration, parameters and empty categories**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1991.

GIVON, T. **Context as other minds: The pragmatics of sociality, cognition and communication**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2005.

GUEDES, S. Emprego do artigo definido em situação de contato dialetal. **Domínios de Lingu@gem**, v. 13, n. 4, p. 1401-1432, 2019.

GUY, G.; ZILLES, A. **Sociolingüística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HASPELMATH, M. Explaining article-possessor complementarity: economic motivation in Noun Phrase syntax. **Language**, v. 75, n. 2, p. 227-243, 1999.

HEINE, B. *et al.* **Grammaticalization: A conceptual framework**. University of Chicago Press, 1991.

HELLWIG, B.; GEERTS, J. **ELAN: Linguistic Annotator**. Versão 4.4.0. 2013. Disponível em: mpi.nl/corpus/manuals/manual-elan.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

IORDAN, I.; MANOLIU, M. **Manual de lingüística románica**. Madrid: Gredos, 1972.

JESZENSZKY, P. *et al.* A gradient perspective on modeling interdialectal transitions. **Journal of Linguistic Geography**, v. 6, p. 78-99, 2018.

KABATEK, J. Existe-ilun cycle de grammaticalisation de l' article dan langues romanes? In: van DEYCK, R.; SORNICOLA, R.; KABATEK, J. (eds.). **La variabilité en langue**, Vol II., Les quatre variations, Gand. Communication & Cognition, (Studies in Language 8 & 9), 2005, p. 139-172.

LABOV, W. **Language in the inner city: Studies in the Black English vernacular**. University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. **Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera**. Southwest Educational Development Laboratory, 1978.

LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (eds.). **Perspectives in Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982, p. 79-92.

LABOV, W. **Principles of linguistic change, volume 1: Internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, W. **Principles of linguistic change, volume 2: Social factors**. Oxford: Language in Society, v. 29, 2001.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York city**. Cambridge University Press, 2006.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980, p. 89-114.

LONGOBARDI, G. Reference and Proper Names: A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form. **Linguistic Inquiry**, v. 25, n. 4, p. 609-665, 1994.

LONGOBARDI, G. The structure of DPs: some principles, parameters, and problems. In: BALTIN, M; COLLINS, C. (eds.) **The Handbook of Contemporary Syntactic Theory**. Blackwell, 2001, p. 562–603.

LUCCHESI, D. The article systems of Cape Verde and São Tomé creole Portuguese: general principles and specific factors. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 8, n. 1, p. 81-108, 1993.

LYONS, C. A possessive parameter. **Sheffield Working Papers in Language and Linguistics 2**, p. 98–104, 1985.

LYONS, C. The syntax of English genitive constructions. **Journal of Linguistics 22**, p. 123–143, 1986.

LYONS, C. **Definiteness**. New York: Cambridge University Press, 1999.

MAGALHAES, T. V. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. **Revista Leitura**, v. 1, n. 47, p. 123–143, 2011.

MATEUS, M. H. M. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Livraria Almeida, 1983.

MATEUS, M. H. M. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTOS E SILVA, R. V. **Estruturas Trecentistas: elementos para uma Gramática do Português Arcaico**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.

MENDES, R. P. S. **O perfil da alternância do sujeito “nós” e “a gente” em Santo Antônio de Jesus: um recorte no português popular do interior da Bahia**. Salvador. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, UFBA, 2007.

MILROY, L. **Language and social networks**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

MULDER, W.; CARLIER, A. Definite articles. In: HEINE, B; NARROG, H. **The Oxford Handbook of Grammaticalization**. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 1–10.

NAZÁRIO, M. L. **Uso variável do artigo definido diante de pronome possessivo na variedade linguística da comunidade de fala dos Almeidas**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, 2007.

NEVES, M. H. M. Os pronomes. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (orgs.). **Gramática do português culto falado do Brasil, vol. 2: Classes de palavras e processos em construção**. Editora da UNICAMP, 2008, p. 507-622.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos de português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OLIVEIRA, A. T. R. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011, p. 09-27.

OLIVEIRA, A. T. R. *et al.* O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011, p. 28-48.

OLIVEIRA, R. P.; ROTHSTEIN, S. Bare singular arguments in Brazilian Portuguese: Perfectivity, telicity, and kinds. In: KABATEK, J.; WALL, A. (Ed.). **New perspectives on bare noun phrases in Romance and beyond**. John Benjamins Publishing, 2013, p. 189-222.

OUSHIRO, L. **Introdução à Estatística para Linguistas** (versão 1.0.2). Zenodo, 2017. <http://doi.org/10.5281/zenodo.1202201>

OUSHIRO, L. Transcrição de entrevistas sociolinguísticas com o ELAN. In: FREITAG, R. M. (org.). **Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística**. São Paulo: Blücher, 2014, p. 117-131.

OUSHIRO, L. **A acomodação dialetal e a estabilidade de padrões sociolinguísticos na fala adulta**. Relatório Científico (Pós-doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PATIL, I.; POWELL, C. **GGSTATSPLOT: “ggplot2”, Based Plots with Statistical Details**, 2018.

PEREIRA, D. K. F. **A realização de artigo definido no português falado na região do sertão do Pajeú - PE**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. Ática, 2005.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PRINCE, E. F. The ZPG letter Subjects, definiteness, and information-status. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (Eds.). **Discourse Description: Diverse linguistic analyses of a fund-raising text**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1992, p. 295–326.

R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2017. Disponível em: <<https://www.r-project.org/>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

RIBEIRO, C. C. S. **Deslocamento geográfico e padrões de uso linguístico: a variação entre as preposições em ~ ni na comunidade de práticas da Universidade Federal de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

RINKE, E. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. **Estudos de lingüística galega**, v. 2, p. 121-139, 2010.

ROTHSTEIN, S. Some cross-linguistic aspects of bare NP distribution. In: KABATEK, J.; WALL, A. (Ed.). **New perspectives on bare noun phrases in Romance and beyond**. John Benjamins Publishing, 2013, p. 35-61.

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

SANTOS, K. **Estratégias de polidez e a variação nós vs. a gente na fala de discentes da Universidade Federal de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SEDRINS, A. P. *et al.* A função sintática e o licenciamento de artigos definidos diante de antropônimos e de possessivos pré-nominais. **Domínios de Lingu@gem**, v. 13, n. 3, p. 1266-1295, 2019.

SILVA, G. M. O. **Estudo da Regularidade na Variação dos Possessivos no Português do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

SILVA, G. M. O. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a, p. 120-145.

SILVA, G. M. O. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998b, p. 265-281.

SIQUEIRA, M. Efeitos do contato entre normas na variação linguística: a presença de artigo definido antecedendo possessivos no falar universitário da UFS. **Porto das Letras**, v. 6, n. 1, p. 8-33, 2020a.

SIQUEIRA, M. O caráter dialetal na variação do preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais. **Web Revista SOCIODIALETO**, v. 10, n. 30 ser. 2, p. 19-42, 2020b.

SOUZA, E. S. **A preposição 'ni' no *continuum* rural-urbano de comunidades baianas**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

TRUDGILL, P. **Dialects in contact**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

VINCENT, N. The emergence of the D system in Romance. In: KEMENADE, A. van (Ed.). **Parameters of morphosyntactic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 149–169.

VITÓRIO, E. G. S. L. A. Variação nós e a gente na fala culta da cidade de Maceió/AL. **Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 24, p. 159-172, 2016.

WEINREICH, U; LABOV, W. HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WICKHAM, H. **ggplot2: Elegant Graphics for Data Analysis**. New York: Springer-Verlag, 2016. Disponível em: <https://ggplot2.tidyverse.org>.

ANEXOS

ANEXO 1

Roteiro para entrevista sociolinguística

Perguntas de checagem

1. Qual o seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. Em que cidade/UF você nasceu?
4. Onde você mora atualmente?
5. Quais os nomes dos seus pais?
6. Em que cidade/UF eles nasceram? Onde eles vivem?
7. Qual o nível de escolaridade deles?
8. Quais as profissões deles?
9. Com quem você mora?
10. Qual o curso você faz? Está em qual período?
11. Por que você veio estudar na Universidade Federal de Sergipe?
12. Qual meio de transporte você mais utiliza para vir para a universidade? Por quê?
13. Caso seja um informante que more no interior e que venha de ônibus: o ônibus que você pega é público ou locado pela associação de estudantes da sua cidade?
14. Você trabalha ou já trabalhou? Como foi essa experiência?
15. Você acha que trabalhar e estudar pode dar certo?

Moradia

16. Há quanto tempo mora no bairro/cidade X?
17. Sempre morou nesse lugar?
18. Como foi sua infância onde você mora (ou morou)? Mudou muito em relação aos dias de hoje?
19. Qual a memória mais marcante de sua infância nesse lugar?
20. Você gosta de morar lá?
21. Se tivesse oportunidade, moraria em outro lugar? Qual? Por quê?
22. O que você mais gosta de fazer no local onde mora?
23. O que é atrativo para os moradores da comunidade?
24. O que é chato para os moradores da comunidade? (pedir para o informante falar sobre problemas da localidade)
25. Você já viajou para fora do seu estado?
26. Quais os lugares que você já visitou? Como foi? Por que você foi?
27. Gostaria de voltar?
28. Tem alguma viagem que você sonha em fazer? Qual? Por quê?

Lazer

29. O que você gosta de fazer no final de semana?
30. Quais lugares você costuma frequentar por lazer?
31. Você costuma frequentar cinema, museu, teatro?
32. Gosta de ler livros? Qual seu favorito? Por quê? Pode resumir?
33. Ler algo pela internet, quais sites?
34. Sua família tem hábito de ler?
35. Você acha o hábito de leitura importante? Por quê?

Educação

36. Você acha que a educação pública deve ser assegurada pelo governo? Por quê?
37. A educação pública melhorou ou piorou nos últimos anos? Por quê?
38. Você considera importante que as bolsas (como PIBIC, PIDID, bolsas auxílios) ofertadas na universidade tenham como critério de escolha a vulnerabilidade socioeconômica para pessoas com baixa renda?
39. Você considera importante às políticas para garantir o acesso e permanência dos alunos na educação básica: transporte escolar, plano nacional do livro didático, merenda escolar? Por quê?
40. Quais pontos negativos e os positivos os quais você observa na educação pública?
41. O Brasil investe o suficiente ou não em educação?
42. O que você pensa sobre o governo federal financiar o acesso de estudantes ao ensino superior em instituições privadas?
43. Muitos jovens ingressam na universidade por meio dos programas PROUNI e o FIES, você considera que esses programas diminuí a desigualdade social entre os jovens?
44. Você concorda ou não que a política de cotas para ingresso de negros/as na universidade diminuí a desigualdade entre brancos e negros?
45. Como foi a experiência de começar um curso superior?
46. Você sentiu ou sente alguma dificuldade em seu curso?
47. Por que você escolheu esse curso?
48. A infraestrutura da UFS atende às necessidades do seu curso?
49. O que você pensa em fazer depois que terminar a graduação? Pretende ingressar no mercado de trabalho de imediato ou fazer uma especialização ou mestrado? Por quê?

Segurança pública

50. O bairro em que você mora é violento?
51. Você concorda ou não com o ditado “Bandido bom é bandido morto”?
52. Qual o papel da segurança pública?
53. A segurança pública [de Aracaju/São Cristóvão] tem conseguido proteger os cidadãos?
54. A polícia é ágil? Consegue atender as demandas da população?

Políticas de igualdade de gênero

55. Você concorda com o ditado “Se as mulheres não usassem roupas tão curtas haveria menos violência contra elas”?
56. Você acha que as mulheres atualmente “tem conquistado muito espaço na sociedade”, por quê?
57. A violência atinge homens e mulheres da mesma forma?
58. É recorrente de uns tempos pra cá ouvirmos a frase: “a comunidade de gays e lésbicas tem ganhado muitos privilégios”. Você concorda com essa frase ou não? Por quê?
59. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal decretou que a homofobia é crime. Você concordou com “essa conquista” de toda comunidade lgbtqi+ ?
60. A questão de gênero tem ganhado muita evidência na mídia ultimamente. Dragqueens cantoras, como Pabllo Vittar, mulheres e homens transexuais, como o Tammy Miranda, a filha que agora é filho da Gretchen, gays já tem aparecido em novelas. Quais motivos você considera que levou essas pessoas terem visibilidade nos meios de comunicação?
61. Você considera a discussão de gênero ou até mesmo o empoderamento feminino necessários ou mimimi?

Saúde pública

62. Já teve algum problema de saúde? Qual?
63. A saúde pública é um direito que deve ser assegurado pelo governo?
64. A saúde pública no Brasil funciona?
65. Como você avalia o Sistema Único de Saúde (SUS)?
66. Quais os pontos negativos e os positivos do SUS?
67. Há problemas no funcionamento do SUS? Quais?
68. Como o SUS poderia ser melhorado?
69. A quantidade de médicos (e especialistas) no SUS é suficiente para atender a demanda da população?
70. No bairro em que você mora há unidade de saúde da família?
71. Você já precisou usar algum serviço do SUS? Como você descreve a experiência?

Teste de percepção linguística

72. Aqui no estado de Sergipe, você já percebeu alguma diferença no modo como as pessoas falam? Você seria capaz de imitar (caracterizar) essa fala?
73. Você acredita que, estando em outro lugar ou em contato com pessoas de outro lugar outras pessoas podem identificar de onde você é (a sua origem) apenas pela maneira como você fala? Por quê?
74. Você acha que as pessoas que moram na capital falam diferente das que moram no interior? Como?
75. O que mais chama sua atenção quando as pessoas estão falando?
76. Você acha que seu modo de falar mudou depois que você entrou na universidade?

77. Falar **otfo, mutfo, biscofto, otfenta** é comum onde você mora?
78. Falar essas mesmas palavras é comum aqui na universidade?
79. O que você acha desse jeito de falar?
80. Falar **pranta; broco; praneta e franela** é comum onde você mora?
81. Você acha que esse jeito de falar é típico de alguma localidade?
82. Você acha que esse modo de falar tem alguma relação com a escolarização da pessoa?
83. Falar **tjia,dzia, dentje,médzico** é comum onde você mora?
84. Falar essas mesmas palavras é comum aqui na universidade?
85. O que você acha desse jeito de falar?
86. Você acha que esse jeito de falar é típico de alguma localidade?
87. Você acha que esse modo de falar tem alguma relação com a escolarização?
88. Você acha que esse modo de falar é considerado mais bonito?
89. Você acha que **dodzo e doido** tem a mesmo significado?
90. Você usa essas palavras nos mesmos contextos?
91. Quando você está falando sobre você junto a mais alguém você fala mais **nós** ou fala mais **a gente**? Por quê?
92. Você acha que é melhor usar mais **nós** ou **a gente**?
93. O que você acha de construções como “**nós comemu**”, “**a gente vamu**”, “**nós vai**”?
94. Você acha que essas formas determinam de onde o falante é? (região do país, Estado)
95. Você acha que a escolarização tem relação com a escolha de uma dessas formas?

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro participante,

Estamos convidando-o a participar como voluntário(a) de uma pesquisa de campo a ser realizada por meio da gravação de entrevistas sobre temas relacionados às experiências de vida e práticas acadêmicas universitárias.

A coleta será realizada com o objetivo de desenvolvermos o Projeto Falares Sergipanos virtual: variedade, diversidade, contato e os direitos linguísticos (Edital 02/2015 SENACON/MJ; Edital CAPES/FAPITEC/SE 10/2016 PROMOB). A partir da identificação de valores e atitudes da comunidade universitária, o projeto tem como finalidade coletar práticas das vivências dos estudantes universitários.

A entrevista coletada ficará disponível no banco de dados *Falares Sergipanos*, do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade – GELINS, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CAAE: 0386.0.107.000-11), para ser utilizada em pesquisas futuras. Serão resguardadas todas as informações de identificação de forma que se mantenha o anonimato.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento. Esta pesquisa apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler e etc. Não será cobrado nada, não haverá gastos e não estão previstos ressarcimentos ou indenizações.

Você poderá solicitar esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer etapa do estudo.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Raquel Meister Ko. Freitag (Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Letras Vernáculas), telefone (79) 2105-6602.

Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Desde já, agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Assentimento para participação

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e me retirar do estudo a qualquer momento sem qualquer prejuízo, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura do (a) documentador (a)

ANEXO 3

FICHA SOCIAL (PERGUNTAS DE CHECAGEM)

Nome: _____

Qual o curso? _____

Campus/UFS: _____ Período: _____ Idade: _____

Qual a sua ocupação? _____ Gênero: _____

Profissão dos seus pais: _____ / _____

Cidade/UF onde nasceu: _____

Cidade/UF onde mora atualmente: _____

Bairro _____

Mora...

Na casa dos pais

República

Residência Estudantil

Casa própria

Outro, onde?

Onde almoça quando está aqui na UFS?

No Resun

Nos restaurantes

Vai almoçar
em casa

Traz de casa

Outro, onde?

Como você vem para UFS?

A pé

Transporte coletivo/
Setransp

Transporte
escolar

Carro
próprio
ou familiar

Carona

Táxi/lotação/
Uber/moto
taxi

Moto

Bicicleta

É bolsista?

Sim

Não

Recebe algum auxílio estudantil?

Sim

Não

Número do Celular: _____